



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

**CRUZ DAS ALMAS
MARÇO DE 2017**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições do disposto na Instrução Normativa TCU Nº 63 de 01 setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa TCU Nº 72 de 15 de Maio de 2013, da Decisão Normativa TCU Nº 154 de 19 de Outubro de 2016 e Decisão Normativa TCU Nº 156 de 30 de Novembro de 2016 e da Portaria - TCU Nº 59, de 17 de Janeiro de 2017

Cruz das Almas, Março de 2017.

REITORIA	
Reitor	Silvio Luiz de Oliveira Soglia
Vice-Reitor	Georgina Gonçalves dos Santos
PRO REITORIAS	
Pró-Reitora de Graduação	Rita de Cassia Dias Pereira Alves
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação	Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Pró-Reitora de Extensão	Tatiana Ribeiro Velloso
Pró-Reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis	Maria Goretti da Fonseca
Pró-Reitora de Gestão de Pessoal	Wagner Tavares da Silva
Pró-Reitora de Administração	Rosilda Santana dos Santos
Pró-Reitor de Planejamento	José Pereira Mascarenhas Bisneto
DIRETORIA DOS CENTROS DE ENSINO	
Centro de Ciências da Saúde	Flávia Conceição dos Santos Henrique Luiz Antônio Fávero Filho
Centro de Formação de Professores	Clarivaldo Santos de Sousa
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	José Valentim dos Santos Filho Denis Rinaldi Petrucci
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas	Elvis Lima Vieira
Centro de Artes, Humanidades e Letras	Jorge L C. Cardoso Filho Wilson Penteado
Centro de Cultura Linguagens e Tecnologias Aplicadas	Danilo Silva Barata
Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade	Susana Couto Pimentel

**GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
CONFORME PORTARIA Nº 28/2017**

Nome	Lotação
Geovane Santana dos Santos	ASSEPLAN
Cristiano Barbosa da Silva	PROPLAN
Kilza Lima Rôla	PROAD
Marcia Regina dos Santos Silva	PROAD
Alana Sampaio Sá Magalhães	PROEXT
Robson dos Santos Oliveira	PROEXT
Charlesson dos Santos Ribeiro Lopes	PROGRAD
Lucas Correia de Lima	PROGRAD
Ademir Luis Telles Brito	PPGCI
Dhiego Medina da Silva	PPGCI
Paulo José Santos Conceição	PROGEP
Leonardo Ramos dos Santos	PROGEP
Niura Almeida Mascarenhas	SIPEF
Jenilda Bastos Almeida Pinheiro	SIPEF
Caroline de Jesus Fonseca da Silva	SURRAC
Adrielle C Sampaio Peixoto	SURRAC
Marcel Teles de Oliveira Pedreira	ASCOM
Karina de Souza Silva	ASCOM
Igor Dantas Fraga	AUDITORIA
Simea Azevedo Brito Borges	AUDITORIA

**COMISSÃO PARA REVISÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
CONFORME PORTARIA Nº 29/2017**

Nome	Lotação
Jose Pereira Mascarenhas Bisneto	PROPLAN
Rosilda Santana dos Santos	PROAD
Kilza Lima Rôla	PROAD
Geovane Santana dos Santos	ASSEPLAN
Jose Joaquim da Silva Ramos	PROPLAN
Edson de Jesus Santana	PROPLAN

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
QUADROS.....	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
GRÁFICO	12
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	13
1 INFORMAÇÕES GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO	16
2 VISÃO GERAL DA UNIDADE	18
2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	18
2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	20
2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	24
2.4 ORGANOGRAMA.....	25
2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	30
2.5.1 Atividade de Ensino	30
2.5.1.1 Ensino na Graduação.....	30
2.5.1.2 Ensino na Pós Graduação.....	47
2.5.1. Atividade de Pesquisa	52
2.5.2 Atividade de Extensão.....	67
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	74
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	74
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	74
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	75
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	75
3.1.4 Execução descentralizada com transferência de recursos	75
3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	76
3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	77
3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	77
3.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	78
3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	85
3.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	86
3.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	87
3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS.....	89
3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	90
3.5.1 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	93
3.6 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	94
3.7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	95
3.7.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	95
3.7.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	98
3.8 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	101
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	102
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	102
4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	103

4.3	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS 107	
4.4	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	109
4.5	INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	109
5	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	110
5.1	GESTÃO DE PESSOAS.....	110
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	110
5.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	113
5.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	114
5.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	115
5.1.5	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	120
5.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	121
5.2.1	Gestão da frota de veículos	121
5.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	125
5.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	126
5.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	127
5.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	129
5.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	131
5.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	133
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	135
6.1	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	135
6.2	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	138
6.3	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	139
6.4	MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	141
6.5	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	142
6.5.1	Do ponto de vista da infra estrutura	142
6.5.2	Do ponto de vista do ensino	142
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	145
7.1	DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	145
7.2	INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	147
7.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão	147
7.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.....	147
7.3	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	148
7.4	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	149
7.5	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	153
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	165
8.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	165
8.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO 168	
8.3	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	168
8.4	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	169

8.5	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	170
8.6	INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	171
8.7	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART 3º DO DECRETO 5.626/2005	172
9	OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	173
9.1	PARACER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	173
9.2	PARECER DE COLEGIADO	173
9.3	ROL DOS RESPONSÁVEIS	173
9.4	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	174
10	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	175
10.1	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	175
10.2	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APROPRIAÇÃO E REGISTROS DOS ATOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONCESSÕES	176
10.3	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA	177
10.4	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	178
10.5	DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDGNIDADE DOS REGISTROS CONTABEIS NO SIAFI	179
10.6	DECLARAÇÃO SOBRE CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	181
10.7	INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8958/1994	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ocupação por Curso – Semestre 2016.1	35
Tabela 2 – Vagas Ofertadas em 2016 para os cursos de Graduação	37
Tabela 3 – Processos seletivos para professores substitutos por Centro de Ensino	40
Tabela 4 - Número de docentes tutores/as por Centro de Ensino, entre 2013 e 2016.....	44
Tabela 5: Petianos/as ativos/as no SigPET em 2016 por grupo, considerando entradas/saídas e remunerados/não remunerados.....	44
Tabela 6 Distribuição e Evolução do Número de Bolsas dos Diferentes Programas de Iniciação Científica na UFRB.....	53
Tabela 7: Distribuição de Bolsas de Iniciação Científica nos Centros de Ensino da UFRB	54
Tabela 8. Distribuição de Bolsas de Iniciação Científica nos Centros de Ensino por Agências de Fomento.....	54
Tabela 9 - Distribuição de bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação por Centros de Ensino da UFRB	55
Tabela 10: Número de discentes vinculados ao Programa PIBIC EM apresentados por Centro de Ensino da UFRB.....	55
Tabela 11: Produção Intelectual do Corpo Docente da Pós-Graduação - UFRB (2016).....	57
Tabela 12: Evolução dos Grupos de Pesquisa da UFRB	58
Tabela 13: Grupos de Pesquisa cadastrados pelo CNPq e certificados pela UFRB por Centro de Ensino do primeiro líder.....	58
Tabela 14: Gráfico e relação de dados com a distribuição por grandes Áreas de Conhecimento do CNPq dos Grupos de Pesquisa certificados da UFRB	59
Tabela 15: Quantidade de Pesquisadores, estudantes, técnicos e colaboradores estrangeiros nos Grupos de Pesquisa da UFRB	59
Tabela 16: Número de Bolsistas Produtividade do CNPq vinculados à UFRB.....	60
Tabela 17: Projetos de Pesquisa da UFRB registrados em 2016	60
Tabela 18– Evolução de Projetos de Pesquisa cadastrados na UFRB entre 2010 e 2016.....	61
Tabela 19: Evolução de Projetos de Pesquisa cadastrados por centro de Ensino entre 2010 e 2016	61
Tabela 20: Relação de Projetos da UFRB apoiados pela FINEP.....	63
Tabela 21: Número de propostas inscritas encaminhadas por docentes de todos os Centros de Ensino da UFRB para o Edital de seleção de projetos/ programas para o PIBEX - 2016	69
Tabela 22: Número de inscrições de discentes de graduação de todos os Centros de Ensino da UFRB para o Edital de seleção de bolsistas para o PIBEX - 2016	69
Tabela 23: Número projetos inscritos, selecionados e executados do Edital de Apoio a Eventos - 2016.....	70
Tabela 24: Participação da comunidade Acadêmica nas atividades de extensão	72
Tabela 25: Numero de atividades de extensão universitária por tipo a partir da unidade executora da UFRB em 2016.....	72
Tabela 26: Ações de Extensão Universitária na UFRB - 2013, 2014, 2015 e 2016.....	73
Tabela 27: Segmentos envolvidos com as Ações de Extensão Universitária da UFRB - 2013, 2014, 2015 e 2016	73
Tabela 28: Evolução do número de atividades registradas nos Centros de Ensino 2015 e 2016	73
Tabela 29: Restos a Pagar Inscritos.....	87
Tabela 30: Receitas Orçamentárias vinculadas	89
Tabela 31: Modelo de Contratação.....	90
Tabela 32: Despesas por grupo e elementos de despesas.....	91
Tabela 33: Movimentação de Pessoal (Situação em 31/12/2016)	110
Tabela 34: Distribuição da Lotação Efetiva (Situação em 31/12/2016)	110
Tabela 35 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2016)	110
Tabela 36: Estagiários por Lotação.....	118

Tabela 37: Estagiários por Curso	118
Tabela 38: Total de Solicitações de Viagem por Centro.....	122
Tabela 39: Total de Veículos por Tipo de Classificação	122
Tabela 40: Média de Km anual	123
Tabela 41: Idade Média da Frota.....	123
Tabela 42: Custo de Manutenção da Frota.....	123
Tabela 43: Classificação quanto ao tipo de demanda registrada 2015 e 2016.....	135
Tabela 44: Execução da Arrecadação Própria no exercício 2017	147
Tabela 45: Despesas com Publicidade	171

QUADROS

Quadro 1: Ensino, Pesquisa e Extensão por Centro de Ensino	19
Quadro 2: Normativos vinculados a UPC	20
Quadro 3 : Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	27
Quadro 4: Demanda de análise para normatização e funcionamento das atividades de ensino, criação de componentes Curriculares.....	30
Quadro 5: Quantidade de cursos visitados por Centro de Ensino	30
Quadro 6 - Análise de Proposta de Novos Cursos e reformulação de Currículos de Graduação	31
Quadro 7: Processos realizados no ano 2016	33
Quadro 8: Dados quantitativos dos editais	38
Quadro 9: Quantidade de estudantes com deficiência registrado no NUPI em 2016.....	46
Quadro 10: Relação dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UFRB	47
Quadro 11: Número de matriculados, vagas, ingressantes e concluintes dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto sensu</i> da UFRB, até dezembro de 2016.....	47
Quadro 12: Cursos de Pós-Graduação <i>Lato sensu</i> (especialização) da UFRB em funcionamento no exercício de 2016	49
Quadro 13: Propostas de cursos <i>Lato sensu</i> submetidas à avaliação da CEPG/PPGCI o exercício de 2016.....	50
Quadro 14: Reuniões do Fórum de Gestores de Pesquisa da UFRB realizadas em 2016	63
Quadro 15: Relação de Projetos submetidos a Editais da FINEP em 2016.....	64
Quadro 16 – Produtos Tecnológicos protegidos pela CINOVA em 2016.....	65
Quadro 17 :- AÇÃO 20GK: Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	78
Quadro 18: AÇÃO 20RK: Funcionamento das Universidades Federais.....	80
Quadro 19: AÇÃO 4002: Assistência ao Estudante de Ensino Superior.....	81
Quadro 20: AÇÃO 8282: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	83
Quadro 21:: Indicadores de desempenho	95
Quadro 22:: Resultado do Indicadores Primários da DN TCU 408/2002	98
Quadro 23:: Resultado do Indicadores da Decisão DN TCU 408/2002	99
Quadro 24: Procedimentos Administrativos abertos	107
Quadro 25: PAD e Sindicâncias Status 2016.....	107
Quadro 26: Despesas de Pessoal - Situação Apurada em 31/12/2016.....	113
Quadro 27: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	115
Quadro 28: Promitente 1 (Espaço Cedido pela UFRB).....	127
Quadro 29: Promitente 2 (Espaço Cedido pela UFRB).....	127
Quadro 30: Quantidade de estudantes com deficiência registrado no NUPI em 2016.....	143
Quadro 31: Nível Organizacional de apuração de custos	149
Quadro 32: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	165
Quadro 33: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	166
Quadro 34: Relação de Contratos com empresas beneficiarias pela desoneração.....	170
Quadro 35: Relação de contratos firmados com a Fundação em 2015.....	182

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Organograma Institucional	25
Ilustração 2: Saiu o resultado do SISU.....	33
Ilustração 3: – Cadastro Seletivo 2016.1.....	34
Ilustração 4: Aula de Musicalização na Escola Joaquim Medeiros – Cruz das Almas – BA – 2016.	71
Ilustração 5: Modelo de questionário de satisfação do Usuário-Cidadão.....	139
Ilustração 6 – Localização da área de Acesso à Informação no Portal da UFRB	141
Ilustração 7: Relatório de instância ou área de correição	174

GRÁFICO

Gráfico 1– Evolução do Programa de Mobilidade Acadêmica.....	42
Gráfico 2: Quantitativo de alunos que participaram da mobilidade internacional.....	43

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ACC	Ação Curricular em Comunidade
APUH	Associação Nacional de História
Art.	Artigo
ASCOM	Assessoria de Comunicação
AUDINT	Auditoria Interna
BCET	Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas
BIS	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPN	Congresso Baiano de Pesquisador@s Negr@s
CCAAB	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCU	Coordenadoria de Cultura e Universidade
CECULT	Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CEIAC	Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
CETEC	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CETENS	Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
CFP	Centro de Formação de Professores
CGU	Controladoria Geral da União
CLAA	Comitê Local de Avaliação e Acompanhamento
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COE	Comissões Orientadoras de Estágios
COGRAD	Colégio de Pró-Reitores de Graduação
CONAC	Conselho Acadêmico
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCUR	Conselho de Curador
CONSUNI	Conselho Universitário
COPROEXT	Coordenadoria de Programas de Extensão
COTEC	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
CPCD	Comissão Permanente de Capacitação Docente
DIREC	Diretoria Regional de Educação
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação à Distância
ENADE	Avaliação de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAEU	Fundo de Apoio à Extensão Universitária
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAPEX	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão
FEBAJU	Federação Baiana de Judô
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORGRAD	Fórum de Pró-Reitores de Graduação
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão
FORPROF-BA	Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado da Bahia
GAB.	Gabinete
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado da Bahia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LIFE	Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEASB	Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NDE	Núcleos Docentes Estruturantes
NUAVEX	Núcleo de Articulação e Eventos
NUCCOM	Núcleo de Gestão de Cultura, Comunicação e Divulgação
NUFORM	Núcleo de Formação
NUGAV	Núcleo de Gestão de Avaliação e Publicação
NUGEDOC	Núcleo de Gestão de Documentação
NUGEP	Núcleo de Gestão de Programas, Projetos e Núcleos de Extensão
NUGERE	Núcleo de Gestão de Recursos
NUMEM	Núcleo de Gestão do Memorial
OCI	Órgão de Controle Interno
PACAP	Plano Anual de Capacitação/Aperfeiçoamento dos Técnico-administrativos
PACC	Plano Anual de Capacitação Continuada
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PENAIC	Pacto pela Alfabetização na Idade Certa
PET	Programa de Educação Tutorial
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBIT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PINAF	Programa Integrado de Ação Afirmativa
PIT	Relatório Individual de Trabalho
PNAP	Programa Nacional de Administração Pública
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGCI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROCAP	Programa de Capacitação dos Técnico-Administrativos
PRODOCÊNCIA	Programa de Consolidação das Licenciaturas
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
ProExt	Programa de Extensão Universitária
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal
PROGRAD	Pró – Reitoria de Graduação
PROPAAE	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REG	Regulamento do Ensino de Graduação
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RG	Relatório de Gestão
RIT	Plano de Individual de Trabalho
SAIP	Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e de Passagens
SEC	Secretaria de Educação
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECULT – BA	Secretária de Cultura - Bahia
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SESU	Secretaria de Educação Superior
SESu	Secretaria de Educação Superior
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SGCE	Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGPET	Sistema de Informação Gerencial para o Programa de Educação Tutorial
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGPROJ	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPEF	Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SLEP	Scanner Leitor Portátil
SOC	Secretaria de Órgãos Colegiados
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UPC	Unidade Prestadora de Contas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UO	Unidade Orçamentária

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para o exercício de 2016, foi elaborado tendo como diretrizes a legislação vigente, particularmente nos objetos tratadas nas Instrução Normativo TCU Nº 63 de 01 setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa TCU Nº 72 de 15 de Maio de 2013, da Decisão Normativa TCU Nº 154 de 19 de Outubro de 2016 e Decisão Normativa TCU Nº 156 de 30 de Novembro de 2016 e da Portaria - TCU Nº 59, de 17 de Janeiro de 2017. E das orientações do órgão de controle interno conforme Portarias CGU nº 2546/2010 e nº 133/2013 e Decisão nº. 408/TCU – Plenário/2002, no que tange aos indicadores de gestão.

Este documento está estruturado conforme as exigências contidas Anexo II da DN TCU nº 154/2016, o qual faz referencia ao Conteúdo Geral, com informações sobre a gestão em diversos aspectos.

Compõe este relatório documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis por esta Unidade Prestadora de Contas (UPC). Seu principal objetivo é realizar uma análise transparente, crítica e proativa dos resultados obtidos nas práticas de gestão da UFRB empreendidas neste exercício.

No corpo deste relatório estão postos as estratégias de atuação desta UPC na execução das políticas públicas e das suas mais importantes realizações e os impactos positivos da atuação da gestão, com destaque para os principais resultados alcançados, a partir dos propósitos programáticos e dos recursos materiais, humanos e financeiros utilizados para a execução das ações previstas. Capítulo 2, são apresentados a estrutura organizacional, sua competência institucional, seus macroprocessos finalístico, e por fim informações sobre o ambiente de atuação, tais como: caracterização e o comportamento do setor educação, contextualização dos produtos e serviços ofertados em relação ao seu ambiente de atuação. No capítulo 3 são apresentados dados gerais sobre o planejamento e o estágio de implantação do planejamento e seus desdobramentos, execução das ações governamentais, as metas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o desempenho orçamentário. No capítulo 4 apresentamos a estrutura da unidade auditoria e sua atuação, as atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos e gestão de risco do controle interno. No capítulo 5 as informações são referentes às áreas especiais da gestão tais como Recursos Humanos, patrimônio e da infraestrutura, tecnologia da informação e gestão ambiental sustentável. Já no Capítulo 6 estão os itens relacionados com a sociedade, apresentado por meio de Canais de Acesso ao Cidadão, Carta de Serviço ao Cidadão, Serviço de Informação ao Cidadão e Medidas relacionadas à acessibilidade. No Capítulo 7 estão postas o desempenho financeiro e as informações contábeis, as medias adotadas para garantir a sustentabilidade, o tratamento contábil da depreciação e amortização e o status do sistema de apuração de custos e os demonstrativos contábeis. No capítulo 8, estão os tratamentos e acompanhamentos das determinações e recomendações do TCU e CGU, as medidas administrativas adotadas para apuração responsabilidade de por dano ao Erário e Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações, as Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento e Informações sobre ações de publicidade e propaganda.

A elaboração deste Relatório constitui-se em esforço coletivo desta UPC, cujo o produto apresenta conteúdo qualificado e todas as informações solicitadas pelos normativos do Tribunal de Conta da União.

Cumprir registrar que, para 2016, tanto a Decisão Normativa quanto a Portaria, assim como em 2015, não forneceram o arcabouço suficiente para a elaboração do Relatório. As orientações complementares foram publicizadas apenas no sistema e - contas em meados de janeiro de 2017. Por consequência o processo de coleta de informação foi parcialmente prejudicado, haja visto o exíguo tempo para tratamento dos dados e construção do Relatório.

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A finalidade e competência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está estabelecida em normativos legais externos e internos.

Em relação a normativo externo, a instituição foi criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia. A UFRB é uma Autarquia com autonomia administrativa, didático-pedagógica, de gestão patrimonial e financeira; faz parte do sistema das Instituições Federais de Ensino Superior e tem como objeto ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, conforme Art. 2º da Lei de Criação.

Internamente os normativos que descrevem a finalidade e competência da UFRB são o Estatuto e o Regimento Geral que estabelecem além da finalidade e competência, princípios que direcionam as suas ações finalísticas e, concomitantemente, as suas atividades de apoio. Tais referências estão postas principalmente nos Art. 2º e 3º do Estatuto e Art 2º do Regimento apresentados a seguir.

Os princípios que pautam a atuação da UFRB são a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; respeito à liberdade de pensamento e expressão, sem discriminação de qualquer natureza; universalidade de conhecimentos; democracia e transparência de gestão, integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social; e valorização e reconhecimento das experiências práticas. A finalidade desta Instituição, em conformidade com o seu Estatuto, são as seguintes: gerar e disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias; formar, diplomar e propiciar a formação continuada nas diferentes áreas de conhecimento, visando o exercício de atividades profissionais e participação no desenvolvimento da sociedade; contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do estado e do país, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica; educar para o desenvolvimento sustentável; implementar e cultivar os princípios éticos na consecução de seus objetivos; manter amplo e diversificado intercâmbio de conhecimento com a sociedade; e contribuir para a melhoria do ensino em todos os níveis e modalidades, por meio de programas de formação inicial e continuada.

Para atender as suas competências e finalidades institucionais previstas nos ordenamentos legais, a estrutura organizacional da UFRB compreendem:

Órgãos de Administração Superior, Setorial e Complementares. São órgãos da Administração Superior: o Conselho Universitário; o Conselho Acadêmico; o Conselho Curador e a Reitoria. São órgãos da Administração Setorial: os Conselhos dos Centros; os Colegiados de Cursos e os Órgãos Complementares. Tal modelo permite um amplo debate sobre os diversos aspectos institucionais servindo como balizador ao gestor na tomada de decisão.

As Atividades Meios da UPC são realizadas pelos órgãos executivos que regimentalmente são unidades subordinadas à Reitoria (Pró-Reitoria, Superintendências e assessorias). Tais atividades/macroprocessos viabilizam a consecução das atividades fins, neste contexto destacam-se os macroprocessos de Políticas afirmativas e assistência estudantil; Gestão de recursos orçamentários; Gestão de compras e de prestação de serviços; Gestão de Infraestrutura; Gestão de pessoas; Gestão e controle patrimonial e Comunicação institucional.

Em relação às atividades fins foi instituído um modelo que tem como base a multicampia, com a criação de sete Centros de Ensino, distribuídos em seis municípios. Este modelo tem como principal objetivo explorar o potencial sócio-ambiental de cada espaço no qual ela esta inserida bem como servir de pólo integrador, tendo como base de sustentação o compromisso com o desenvolvimento regional e a adoção de políticas afirmativas de inclusão social. Neste modelo os campi são distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1: Ensino, Pesquisa e Extensão por Centro de Ensino

Centro de Ensino	Cidade	Ensino
Centro de Formação de Professores (CFP)	Amargosa	Graduação: 8 Cursos Pós graduação: 1 Cursos
Cachoeira está o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)	Cachoeira	Graduação: 8 Cursos Pós graduação: 2 Cursos
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)	Cruz das Almas	Graduação: 9 Cursos Pós graduação: 11 Programas
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)	Cruz das Almas	Graduação: 8 Cursos Pós graduação: 1Curso
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	Santo Antonio de Jesus	Graduação: 1ª Ciclo - 1 Cursos 2ª Ciclo - 4 Cursos
CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade	Feira de Santana	Graduação: 1ª Ciclo - 2 Cursos 2ª Ciclo - 4 Cursos Pós graduação - 1 Curso
CECULT - Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	Santo Amaro	Graduação: 1ª Ciclo - 1 Cursos 2ª Ciclo - 5 Cursos

Fonte: Elaboração Proplan

Além da multicampia outra esfera de atuação são os pólos EAD que ofertam oportunidade de acesso a educação na modalidade a distância. Atualmente são ofertadas 1097 vagas em diferentes pólos espalhados em varias microrregiões do estado da Bahia para os cursos de matemática, especialização em gestão de saúde e mineração e meio ambiente.

2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Quadro 2: Normativos vinculados a UPC

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Lei 11.151, de 29/07/2005 – Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e dá outras providências
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
1. Portaria MEC Nº 65, de 17/01/2007 – Dispõe sobre a aprovação do Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tendo em vista o Parecer nº 278/2006 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.
2. Resolução UFRB/CONSUNI Nº 1, de 10/01/2008 – Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
3. Portaria UFRB 537, de 24/11 /2008 – Dispõe sobre a atualização da estrutura organizacional da UFRB.
4. Resolução UFRB/CONAC Nº 8, 9/04/2008 – Dispõe sobre as normas das atividades de extensão universitária no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
5. Resolução UFRB/CONAC Nº9, de 13/05/2008 – Dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
6. Resolução UFRB/CONAC Nº010/2008 Dispõe sobre o Regulamento Geral para os cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
7. Resolução UFRB/CONAC Nº011/2008 Dispõe sobre o Regulamento Geral para os cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
8. Portaria UFRB Nº 174/2006 – dispõe sobre os valores das taxas e encargos dos serviços prestados pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
9. Resolução UFRB/CONSUNI Nº 1, de 15/06/2007 – Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
10. Portaria UFRB Nº 83/2007 – Regulamenta os critérios para a concessão da Gratificação por Encargos de Cursos e Concursos.
11. Portaria UFRB Nº 307/2007 – Estabelece as normas básicas de desenvolvimento das atividades de recebimento, armazenagem, controle e movimentação de materiais nesta Universidade.
12. Portaria UFRB Nº 124/2007 – Regulamenta o processo de concessão do benefício do auxílio-transporte aos servidores de Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
13. Portaria UFRB Nº 125/2008 – Constitui a Comissão de Ética da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
14. Resolução UFRB/ CONSUNI Nº 003/2009 – Dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
15. Resolução UFRB/CONAC Nº 15, de 11/12/2008 – Dispõe sobre a propriedade e a gestão de direitos relativos à propriedade intelectual no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
16. Portaria UFRB Nº 100/2009 – Normatiza o sistema de utilização dos veículos oficiais pertencentes a esta Universidade.
17. Resolução UFRB/CONAC Nº 030/2009 - Dispõe sobre a aprovação das normas para ingresso na carreira do magistério superior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
18. Portaria UFRB Nº 498/2009 – Aprova os modelos de instrumentos de comunicação administrativa adotados pela UFRB, denominados Correspondências.
19. Resolução UFRB/CONSUNI Nº 001/2010 – Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
20. Resolução UFRB/CONAC Nº 004/2012 - Dispõe sobre o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
21. Resolução UFRB/CONSUNI Nº 002/2012 - Dispõe sobre a efetivação da concessão e/ou gozo de férias, em consonância e observância aos princípios básicos da administração, a ser aplicada a todos os servidores públicos no âmbito da UFRB.
22. Resolução UFRB/CONSUNI Nº 004/2012 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão pria de Avaliação - CPA da UFRB.
23. Resolução UFRB/CONSUNI Nº 005/2012 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Comissão pria de Avaliação - CPA da UFRB.
24. Resolução UFRB/CONAC Nº 01/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

25. Resolução UFRB/CONAC Nº 03/2013 – Dispõe sobre aprovação das normas para ingresso da carreira do magistério superior da UFRB; (alterada pela resolução 021/2013)
26. Resolução UFRB/CONAC Nº 05/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em educação Física da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
27. Resolução UFRB/CONAC Nº 07/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Artes Visuais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
28. Resolução UFRB/CONAC Nº 11/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Letras, Libras, Língua Estrangeira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
29. Resolução UFRB/CONAC Nº 12/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Letras - Libras - Língua Estrangeira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
30. Resolução UFRB/CONAC Nº 13/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Letras - Libras - Língua Estrangeira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
31. Resolução UFRB/CONAC Nº 22/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Graduação de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
32. Resolução UFRB/CONAC Nº 32/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
33. Resolução UFRB/CONAC Nº 37/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
34. Resolução UFRB/CONAC Nº 38/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
35. Resolução UFRB/CONAC Nº 040/2013 – Dispõe sobre a aprovação das normas de atendimento aos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da UFRB;
36. Resolução UFRB/CONAC Nº 42/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
37. Resolução UFRB/CONAC Nº 43/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
38. Resolução UFRB/CONAC Nº 44/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Graduação em Zootecnia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
39. Resolução UFRB/CONAC Nº 045/2013 – Dispõe sobre a fixação da política de capacitação docente e normaliza os processos de formação continuada e revoga a resolução 003/2009;
40. Resolução UFRB/CONAC Nº 46/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Medicina Veterinária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
41. Resolução UFRB/CONAC Nº 049/2013 – Dispõe sobre o regulamento geral para os programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFRB;
42. Resolução UFRB/CONAC Nº 50/2013 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
43. Resolução UFRB/CONSUNI nº 05/2013 - Dispõe sobre a aprovação da Metodologia da Estatuinte da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;
44. Resolução UFRB/CONSUNI Nº 04/2013 - Dispõe sobre o Edital de apoio a Eventos Acadêmicos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;
45. Resolução UFRB/CONSUNI nº 01/2013 - Dispõe sobre a aprovação da criação do Campus de Feira de Santana da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade.
46. Resolução UFRB/CONSUNI nº 03/2013 - Dispõe sobre a aprovação da criação do Campus de Santo Amaro da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT.
47. Resolução CONSUNI 004/2014 - Aprova o Regulamento de Criação das Empresas Juniores no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
48. Resolução CONSUNI 005/2014 - Dispõe sobre a aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
49. Resolução CONSUNI 006/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CIS-UFRB).
50. Resolução CONAC 002/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
51. Resolução CONAC 003/2014 - Dispõe sobre a aprovação as normas que disciplinam as atividades de Extensão

- Universitária no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Resolução CONAC 004/2014 -
52. Resolução CONAC 004/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 53. Resolução CONAC 005/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Engenharia Civil da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Resolução CONAC 004/2014 -
 54. Resolução CONAC 009/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Curriculares Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia do PARFOR da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 55. Resolução CONAC 011/2014 - Cria e estabelece normas para instituição de Programa Sênior Extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 56. Resolução CONAC 014/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Libras e Língua Estrangeira – turno vespertino da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 57. Resolução CONAC 015/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 58. Resolução CONAC 019/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade - turno vespertino da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Resolução CONAC 004/2014 -
 59. Resolução CONAC 020/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Geral para cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e revoga a Resolução 10/2008 do CONAC. Resolução CONAC 004/2014 -
 60. Resolução CONAC 023/2014 - Dispõe sobre os critérios para fins de Progressão Funcional Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e revoga a Resolução 017/2009 CONAC.
 61. Resolução CONAC 029/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
 62. Resolução CONAC 031/2014 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
 63. Resolução CONAC 001/2015 - Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 64. Resolução CONAC 001/2015 – Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Engenharia Elétrica Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 65. Resolução CONAC 002/2015 – Dispõe sobre as normas para criação e funcionamento de grupos de estudos no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 66. Resolução CONAC 006/2015 – Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 67. Resolução CONSUNI 002/2015 – Regulamenta o processo de contratação de Professor Visitante (Nacional ou Estrangeiro) no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia da - UFRB.
 68. Resolução CONSUNI 004/2015 – Estabelece o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 69. Resolução CONSUNI 005/2015 – Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Auditoria Interna da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 70. Resolução CONSUNI 006/2015 – Dispõe sobre a aprovação do Manual de Procedimentos da Auditoria Interna da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 71. Resolução CONSUNI 011/2015 - Dispõe sobre a regulamentação da participação de discentes oriundos de instituições estrangeiras no Programa de mobilidade internacional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 72. Resolução CONSUNI 013/2015 - Regulamenta os critérios para a percepção de bolsas de ensino, pesquisa, extensão, incentivo à inovação e desenvolvimento institucional no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 73. RESOLUÇÃO 002/2016 - Estabelece normas para disciplinar o relacionamento entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e as fundações de apoio previstas na Lei n° 8.958, de 20 de dezembro de 1994, fixando os procedimentos operacionais, orçamentários e financeiros de projetos acadêmicos desenvolvidos com o apoio da fundação e que demandem recursos financeiros.
 74. RESOLUÇÃO 003/2016 - Dispõe sobre a aprovação do Regime Interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
 75. RESOLUÇÃO 004/2016 - Dispõe sobre a alteração da Resolução 005/2013, em seu artigo 12, alíneas a, b, c, d.
 76. RESOLUÇÃO 005/2016 - Regulamenta os regimes de trabalho e as atividades dos servidores docentes do ensino superior, no âmbito desta Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
 77. RESOLUÇÃO 001/2016 - Dispõe sobre a aprovação do Calendário Acadêmico para 2015.2 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
 78. RESOLUÇÃO 002/2016 - Dispõe sobre a alteração na Resolução N° 035/2009, em seu Art. 1º, inciso II e em

seu Art. 2º.

79. RESOLUÇÃO 003/2016 - Dispõe sobre a aprovação do Regulamento das Atividades Complementares do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
80. RESOLUÇÃO 004/2016 - Dispõe sobre alteração na Resolução Nº 002/2011 no seu artigo 4º.
81. RESOLUÇÃO 005/2016 - Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia com Ênfase em Educação do Campo - Noturno da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
82. RESOLUÇÃO 006/2016 – Dispõe sobre o regulamento para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX - na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
83. RESOLUÇÃO 007/2016 – Estabelece a oferta de cursos e de vagas no processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), edição 2016.2 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
84. RESOLUÇÃO 008/2016 – Dispõe sobre a Normatização da Capa e Elementos Pré-Textuais das Dissertações e Teses da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
85. RESOLUÇÃO 009/2016 – Regulamenta as Atividades Complementares do Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
86. RESOLUÇÃO 010/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Calendário Acadêmico para 2016.1 e 2016.2 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
87. RESOLUÇÃO 011/2016 – Regulamenta as Atividades Complementares do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
88. RESOLUÇÃO 012/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
89. RESOLUÇÃO 013/2016 – Regulamenta as Atividades Complementares do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
90. RESOLUÇÃO 014/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
91. RESOLUÇÃO 015/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
92. RESOLUÇÃO 016/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
93. RESOLUÇÃO 017/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
94. RESOLUÇÃO 018/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
95. RESOLUÇÃO 019/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Estágio Supervisionado da Licenciatura em Educação no Campo - Área de Ciências Agrárias, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), campus Amargosa, e dá outras providências.
96. RESOLUÇÃO 020/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
97. RESOLUÇÃO 021/2016 – Regulamenta as Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
98. RESOLUÇÃO 022/2016 – Aprova a Reestruturação Curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.
99. RESOLUÇÃO 023/2016 – Dispõe sobre alteração da Resolução 012/2009 em seu artigo 2º, inciso VII.
100. RESOLUÇÃO 024/2016 – Dispõe sobre a suspensão do cronograma de atividades de ensino de graduação e gestão acadêmica previstas na Resolução CONAC Nº 010/2016.
101. RESOLUÇÃO 025/2016 – Dispõe sobre os cursos e o número de vagas ofertadas no processo seletivo do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), edição 2017.1 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
102. RESOLUÇÃO 026/2016 – Dispõe sobre a aprovação do Calendário Acadêmico da Pós-Graduação 2017 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
103. RESOLUÇÃO 027/2016 – Dispõe sobre a revogação da Resolução CONAC Nº 024/2016.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- Manual de Normas – Gestão de Pessoal
- Boletim de Pessoal
- Manual do Aluno

- Manual do Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação
- Regulamento do Ensino de Graduação
- Normas para operadores do sistema de protocolo/veículos
- Normas para utilização do transporte intercampi
- Portaria UFRB nº 224, de 09 de maio de 2011;
- Orientação Técnica PROAD/CMP nº 001, de 06 de dezembro de 2011 – Do Inventário Físico – Exercício 2011;
- Orientação Técnica PROAD/CMP nº 01/2012;
- Orientação Técnica PROAD/CMP nº 02/2012.

2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia esta inserida num contexto social formado amplamente por camadas populares e que sempre enfrentou dificuldades de acesso a educação superior de qualidade.

A UFRB surge nesse contexto com o compromisso de ofertar ensino superior, produzir e distribuir conhecimento, formando cidadãos com visão técnica, científica e humanística, exercendo importante papel no cenário regional, como vetor de ações que irão certamente marcar a nova configuração dessa região.

Neste contexto ela representa a principal esperança de mudança de patamar e de elevação dos padrões sociais, econômicos e de qualidade de vida da população sob sua área de influência, além de preservar aspectos culturais que precisam ser fortalecidos como riqueza de um povo, por vezes defrontando-se com atores que convergem para interesses políticos e de mercado desconectados das especificidades do ambiente local e regional.

Em que pese os avanços que a região do recôncavo obteve na última década com importantes investimentos governamentais muitos ainda são os desafios relacionados a melhoria dos níveis educacionais, inclusive, um desafio que se lança sobre a presença da UFRB neste espaço geográfico é contribuir para a melhoria da educação básica, executando políticas de formação de professores que vão suprir uma necessidade histórica que se agrava continuamente, gerando um efeito que afeta as próprias IFES ao receberem ingressos que não tiveram uma base qualificada e consequentemente implica em sua vida acadêmica, muitas vezes gerando taxas elevadas de evasão.

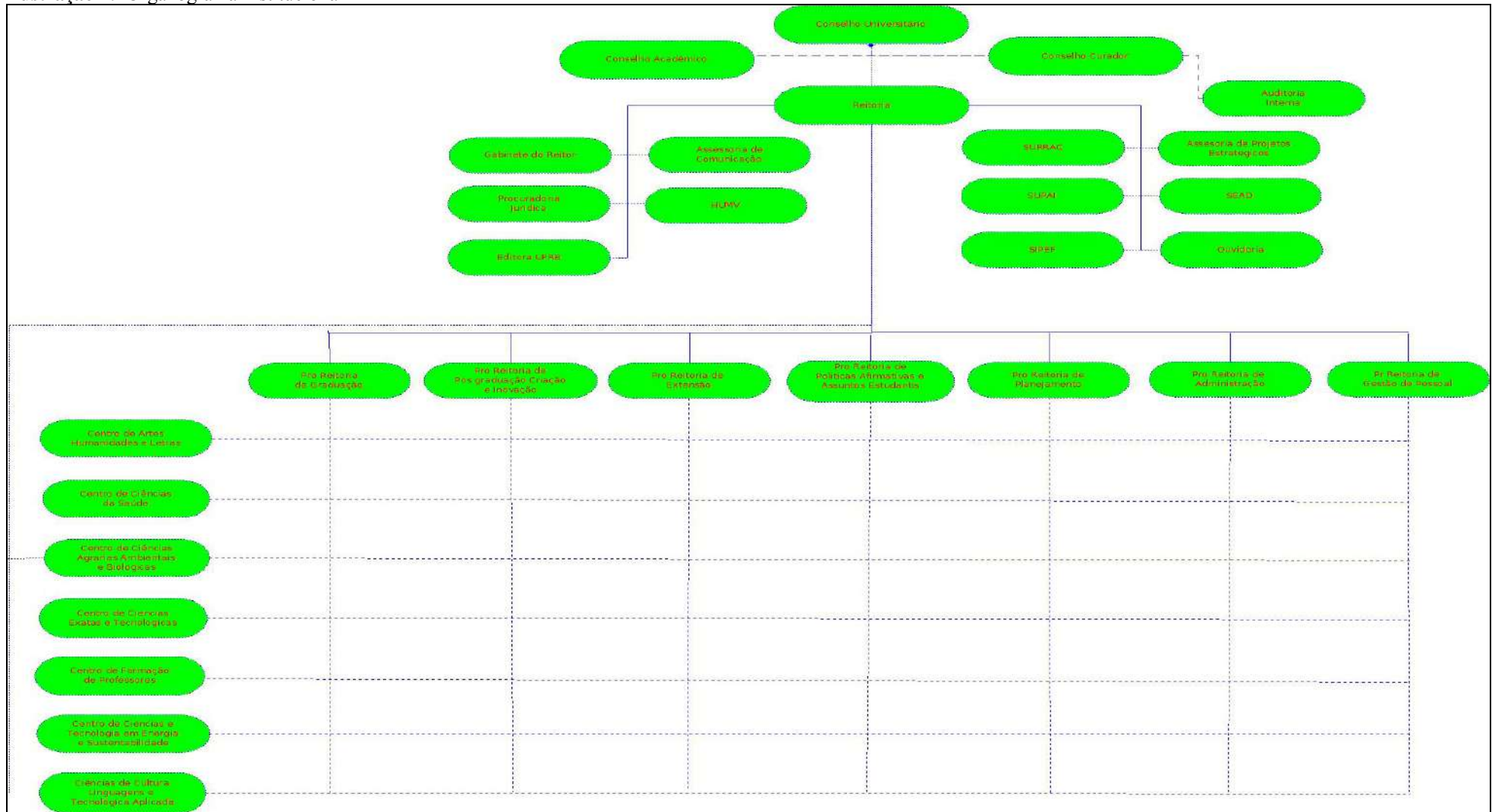
Ressalta-se ainda que a UFRB tem atuado não só na formação de mão de obra qualificada, mas também tem incentivado o empreendedorismo; fomentado à expansão e diversificação da economia urbana, gerando empregos, renda e tributos; agido na produção de Bem de Centralidade, possuindo peso relevante para o processo migratório, atraindo estudantes de outros municípios ou estados, contribuindo para movimentar a economia local e ao mesmo tempo promovendo imigração nas cidades onde não são ofertados tais bens.

O processo de consolidação da UFRB tem como meta principal, promover a total integração e melhoria do ensino superior, com total observância do princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, colocada pela Constituição Federal de 1988. A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente à razão de ser da universidade, que se constituiu, historicamente, vinculada às aspirações e aos projetos político pedagógico.

De todo modo o ambiente de atuação de qualquer instituição é dinâmico o que requer das organizações cada vez mais a capacidade de utilizarem ferramentas de gestão que propiciem celeridade, confiabilidade e segurança no processo decisório, gerando maior controle de suas atividades e consequentemente melhor nível de alcance de seus objetivos.

2.4 ORGANOGRAMA

Ilustração 1: Organograma Institucional



Fonte: PROPLAN

O organograma acima representa a estrutura organizacional da UFRB para o período de 2015 a 2019 e atende a estrutura apontada no estatuto nos Arts. 18, 19 e 20. As competências e atribuições desta estrutura estão postas no próprio Estatuto, Regimento Geral e Regimento da Reitoria. No Art. 18 do Estatuto constam como estrutura organizacional da Universidade os **órgãos de administração superior, órgãos de administração setorial e órgãos complementares**. Já no Art 19 são elencadas a composição dos órgãos da administração superior: Conselho Universitário, Conselho Acadêmico, Conselho Curador e Reitoria. No Art 20 são apresentados os órgão da Administração Setorial: os conselhos de Centros, os Centros e os Colegiados de Cursos, assim como os Órgão Complementares.

Apresentaremos a seguir as competências e atribuições previstas nos normativos internos para os órgãos executivos.

Quadro 3 : Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria / Vice Reitoria	Representar a Universidade; Convocar e presidir os Conselhos Superiores e dar cumprimento às deliberações dos Conselhos Universitário, Acadêmico e Curador da Universidade.	<ul style="list-style-type: none"> Silvio Luiz de Oliveira Soglia/ Georgina Gonçalves dos Santos 	Reitor/Vice Reitor	2016
Gabinete do Reitor/Secretaria da Reitoria	Assistir ao Reitor; Relacionar-se com todos os níveis da administração e com o público em geral; Transmitir e acompanhar a execução das determinações emanadas pelo Reitor; Analisar, instruir e despachar expedientes oficiais e correspondências que tramitam no Gabinete	<ul style="list-style-type: none"> Ana Rita Silva Lima Ribeiro Silvia Cristina Arantes de Souza 	Chefe de Gabinete	<ul style="list-style-type: none"> 1, 2 e 3ª Trimestre 4ª Trimestre
Pró Reitoria de Graduação - PROGRAD	Política de Gestão de Ensino de Graduação, Planejamento Acadêmico, Gestão da Legislação Educacional, Gestão de Projetos Acadêmicos, Programa de Bolsas, Política para Docentes, Política para Discentes, Educação a Distância	<ul style="list-style-type: none"> Ana Rita Silva Lima Ribeiro 	Pro Reitora de Graduação	2016
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação	Gestão estratégica da Pós-Graduação, da pesquisa e de projetos	<ul style="list-style-type: none"> Rosineide Pereira Mubarak Garcia 	Pro Reitora de Pesquisa e Pós Graduação, Criação e Inovação	2016
Pró Reitoria de Extensão- PROEXT	Criação, promover e fortalecer a extensão universitária, Gestão de Extensão e Captação de recursos para a extensão universitária	Tatiana Ribeiro Velloso Jean Adriano Barros da Silva	Pro Reitora de Extensão	2016
Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE	Gestão da política de ações afirmativas, Política de Permanência, Política Institucional estratégica em prol da integração e convivência da comunidade acadêmica na Universidade	Maria Goretti da Fonseca	Pro Reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis	2016
Pró Reitoria de Planejamento - PROPLAN	Avaliação das ações institucionais, Coordenação do planejamento institucional, Realizar estudos para definição do plano de expansão da Universidade, Prestação de Contas Institucionais, Estabelecimento de normas/procedimentos, Elaborar planos, programas e projetos de caráter institucional, Elaboração e acompanhamento dos convênios, Execução orçamentária e financeira, Registro dos atos e fatos contábeis, Elaborar planos, programas e projetos de caráter institucional, Gestão Documental e de Acervo, Gestão de Infra-estrutura e Gestão de Tecnologia	José Pereira Mascarenhas Bisneto	Pro Reitor de Planejamento	2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	da Informação.			
Pró Reitoria de Administração – PROAD	Gestão de Contratos, Gestão da aquisição de bens e serviços, Gestão de Serviços Operacionais e Gestão de Material e Patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> Rosilda Santana dos Santos 	Pro Reitora de Administração	2016
Pró Reitoria de Gestão de Pessoal – PROGEP	Administração de Pessoal, Avaliação dos Servidores e Desenvolvimento de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> Wagner Tavares 	Pro Reitor de Gestão de Pessoas	2016
Procuradoria Federal	A Procuradoria Federal na UFRB é uma Unidade Consultiva e Contenciosa, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, que integra a Procuradoria-Geral da União	<ul style="list-style-type: none"> Carlos Valder do Nascimento 	Procurador	2016
Assessoria de Comunicação	Coordenar o serviço de administração das informações jornalísticas e do fluxo das fontes para os públicos de interesse da Instituição e vice-versa; Planejar, coordenar, executar e administrar: a publicidade e propaganda, produções audiovisual e editorial	<ul style="list-style-type: none"> Cesar Velame 	Assessora	2016
Superintendência de Assuntos Internacionais	Promover a mobilidade internacional acadêmica e científica de estudantes, professores e técnico-administrativos em instituições de ensino e pesquisa	Ana Cristina Fermino Soares	Superintendente	2016
Editora da UFRB/Superintendência da Editora da UFRB	Publicar trabalhos originais e de revisão; Reeditar obras consagradas e esgotadas; Contribuir, por meio de suas publicações, com a integração do ensino, da pesquisa, da extensão universitária e de ações afirmativas e assuntos estudantis	<ul style="list-style-type: none"> Sérgio Augusto Soares Mattos 	Superintendente	2016
Superintendência de Regulação e Registro acadêmicos	Examinar e emitir pareceres técnicos nos processos que envolvam a criação e extinção dos cursos de graduação; Organizar e manter atualizado o cadastro dos cursos de graduação e pós-graduação; Orientar, coordenar e controlar a elaboração dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação	<ul style="list-style-type: none"> Caroline de Jesus Fonseca Souza 	Superintendente	2016
Hospital de Medicina Veterinária	Atuar no campo do ensino, da pesquisa e da extensão do curso de Medicina Veterinária desta instituição e cursos afins; Promover o desenvolvimento teórico e prático de diversas disciplinas do curso de Medicina Veterinária; Prestar serviço médico veterinário e hospitalar à	<ul style="list-style-type: none"> Vanessa Bastos de Castro Souza Flávia Santin 	<ul style="list-style-type: none"> Diretor 	1ª, 2ª e 3ª Trimestre 4ª Trimestre

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	comunidade, com atendimento em horário comercial, e quando necessário, em sistema de atendimento continuado a animais domésticos; Executar programas de saúde pública e de sanidade animal; Fornecer auxílio clínico-cirúrgico e de diagnóstico aos Setores de Produção Animal do CCAAB da UFRB. Fornecer auxílio clínico-cirúrgico e de diagnóstico a ONG's devidamente registradas bem como parcerias com prefeituras que necessitam de apoio aos animais domésticos errantes de seus municípios.			
Auditoria Interna	A Auditoria Interna é um órgão integrante da Reitoria, vinculado ao Conselho Curador, responsável pelas atividades de orientação, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos da Universidade.	<ul style="list-style-type: none"> Igor Dantas Fraga 	Auditor Chefe	2015
Centros de Ensino	Ensino de Graduação e Pós Graduação, Realização de atividade e pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> Flávia Conceição dos Santos Henrique Luiz Antônio Fávero Filho Clarivaldo Santos de Sousa José Valentim dos Santos Filho Denis Rinaldi Petrucci Elvis Lima Vieira Jorge L. C. Cardoso Filho Wilson Penteado Danilo Silva Barata Suzana Pimentel 	Diretor	2016

2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

2.5.1 Atividade de Ensino

2.5.1.1 Ensino na Graduação

Em 2016 ações vinculadas ao ensino de graduação foram direcionadas para os seguintes ações estratégicas: Promover condições para a oferta de ensino de graduação de qualidade, Gerir a oferta do ensino de graduação, Promover o acompanhamento acadêmico-pedagógico do ensino de graduação, desenvolver ações de assessoramento técnico-pedagógico para o ensino de graduação e desenvolver a política de inclusiva da UFRB

- **Promover condições para a oferta de Ensino de Graduação de Qualidade**

No ano de 2016 analisamos e emitimos pareceres didáticos pedagógicos de 10 (dez) processos referentes às Atividades Complementares de Curso (ACC) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A carga horária destinada à ACC tem um papel fundamental na formação do perfil do egresso, pois abarcam um conjunto variado de eventos que desenvolvem habilidades e competências extracurriculares. Já o TCC se caracteriza por ser um requisito indispensável à integralização curricular e tem o objetivo de proporcionar ao estudante experiência em pesquisa necessária ao bom desempenho profissional.

Atendendo as demandas de atualização dos cadastros dos currículos junto ao Sistema Acadêmico analisamos 53 (cinquenta e três) processos referentes à Inclusão e Criação de Componentes Curriculares Optativos.

Quadro 4: Demanda de análise para normatização e funcionamento das atividades de ensino, criação de componentes Curriculares.

Itens	Quantidade
Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso	10
Criação de componentes Curriculares(componentes envolvido)	95
Inclusão, equivalência de Componentes	21

Fonte: Prograd

Com intuito de acompanhar, registrar e manter atualizados os colegiados dos cursos e os Núcleos Docentes Estruturantes NDE's no que se refere às diretrizes curriculares e demais legislações educacionais com aplicabilidade, em 2016, a Pró Reitoria de Graduação, se fez presente nos Centros de Ensino com o intuito de conhecer de forma mais aprofundada as demandas e a realidade dos NDE's dos cursos de Graduação. Com isso foram visitados os NDE's de 34 cursos no ano mencionado, conforme quadro abaixo:

Quadro 5: Quantidade de cursos visitados por Centro de Ensino

Centro de Ensino	Curso
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas	9
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	7
Centro de Artes, Humanidades e Letras	8
Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade	2
Centro de Ciências da Saúde	3

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	1
Centro de Formação de Professores	4

Fonte: Prograd

Visando modernizar o ensino de graduação no âmbito da UFRB, foram realizados assessoramento aos colegiados dos cursos de graduação na elaboração de projetos acadêmicos curriculares de novos cursos e reformulação dos projetos existentes com a emissão de 10(dez) pareceres de cursos que estão em fase de aprovação e foram também apreciadas as propostas de reformulação de 05 (cinco) cursos listados abaixo:

Quadro 6 - Análise de Proposta de Novos Cursos e reformulação de Currículos de Graduação

Item avaliado	Quantidade
Proposta de Novos Cursos	10
reformulação de Currículos de Graduação	5

Fonte: Prograd

No tocante a elaboração do plano estratégico de graduação para a UFRB, Ao longo deste exercício o NUGAA iniciou um estudo sobre Evasão¹ e Retenção nos cursos de graduação da instituição, a partir do levantamento, sistematização dos dados para aplicação da fórmula. No início do primeiro semestre de 2016, realizou alguns estudos buscando definir a fórmula a ser utilizada para o cálculo da Evasão e da Retenção.

Para o estudo da Evasão considerou-se a fórmula adotada pelo documento da IFES/FORPLAD - Instituições Federais de Ensino Superior/Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (2015), que se coaduna com aquela proposta por Silva Filho (2007), e leva em conta o quantitativo de ingressantes, matriculados e concluintes. Essa fórmula assume a seguinte representação gráfica:

$$EV_p = [1 - (M_p - I_p) / (M_{(p-1)} - C_{(p-1)})] \cdot 100$$

Onde: EV_p : Índice de evasão; M_p : Matriculados no período p; I_p : Ingressantes no período p; $M_{(p-1)}$: Matriculados no período anterior; $C_{(p-1)}$: Concluintes no período anterior. Para converter o índice em taxa de evasão, basta multiplicar o resultado da expressão por 100.

Para o cálculo do Índice de Retenção* a fórmula utilizada também, é a mesma adotada pelos Indicadores da IFES/FORPLAD, que utiliza o quantitativo de Ingressantes, Evadidos e Concluintes, em uma turma, no tempo de integralização prevista para cada curso. A fórmula assume a seguinte representação gráfica:

$$IRet_a = \frac{I_i - C_{a,i} - Ev_i}{I_i - Ev_i} \times 100$$

¹ O conceito de evasão definido pelo MEC (1997) é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa e retenção é definido como o aluno que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo Conselho Federal de Educação, ainda não concluiu o curso, mantendo-se matriculado na universidade.

* O estudo do Índice de Retenção é feito por turma, e considera o tempo de integralização previsto pelo Projeto Pedagógico do Curso/PPC, para tanto, utilizou-se as durações previstas dentro do “tempo mínimo”, “de integralização de cada curso”.

Em que: a é o ano base de consulta; d é a duração padrão do curso; $i = a - d$; I_i é o número de ingressantes no ano i ; $C_{a,i}$ é o número de concluintes no ano base; e Ev_i é o número de evadidos com ingresso no ano i .

Posteriormente a definição da fórmula e metodologia, iniciou-se o levantamento dos dados utilizados no estudo (matriculados, ingressantes e concluintes) no banco de dados do Sistema “Sagres Acadêmico”. Os dados identificados foram exportados para o programa Excel para aplicação das fórmulas. No momento, os resultados não serão apresentados, pois se encontram em análise, para posteriormente serem publicados. Na simulação dos resultados utilizaremos o quantitativo de matriculados, ingressantes e concluintes referentes aos semestres 2015.1/2015.2, que serão utilizados no cálculo de evasão e retenção do exercício de 2016. Neste próximo exercício iniciaremos as ações junto aos centros, de modo a discutir os dados coletados, bem como, articular estratégias de enfrentamento da questão.

Ressalta-se também a constituição da Comissão Docente do Núcleo de Ensino, Integração e Êxito Acadêmico – NUEIAC, com a representação das Pró-reitorias de Graduação, Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis e representantes docentes de todos os Centros de Ensino. Instituída pela Portaria Nº 615, de 18 de Julho de 2016 do Gabinete do Reitor, esta Comissão tem o objetivo de otimizar as estruturas de gestão, de modo a integrar as políticas institucionais de atendimento aos discentes, assegurar a permanência qualificada e a promoção do êxito acadêmico da UFRB. A Comissão tem como meta inicial a proposta de construir o planejamento estratégico de graduação alinhado ao planejamento institucional (Centros de Ensino/Colegiados de Cursos) com metas/ações voltados à promoção da permanência qualificada e do sucesso acadêmico da UFRB, considerando nessa construção os indicadores/resultados apontados nos Relatórios de Avaliação Externa (INEP) e Interna (CPA). Foi definida como ação central da Comissão para 2016 a realização de Reuniões da Comissão com representantes dos Centros para apresentação do NUEIAC e da proposta da Comissão. Foi definido cronograma de visitas aos Centros para reunião com as comunidades. Uma outra ação importante foi a realizou pesquisa documental nos Centros de Ensino a qual teve como campo de análise todos os Centros de Ensino da UFRB e tem como objetivo identificar: práticas *avaliativas* que visam medir a satisfação dos estudantes com as disciplinas de graduação bem como com a sua vivência acadêmica; práticas de *gestão*, com intuito de avaliar se há ações implementadas a partir das indicações feitas nos relatórios de avaliação externa e interna e acompanhamento de egressos, por parte de cursos e dos centros.

Registra-se aqui o apoiar os Colegiados na realização de atividades na busca da melhoria da qualidade de ensino, visando principalmente a compensação de déficits oriundos da educação básica, onde a Prograd em parceria com a SEAD, contribuiu na oferta de cursos na modalidade EaD. O objetivo é contribuir com as ações de redução de déficits de aprendizagem provenientes da educação básica. o público-alvo: Estudantes ingressantes da UFRB, Curso1: *Afiliação Acadêmica*, Curso 2 : *Introdução aos Estudos da Matemática*, Curso 3: *Introdução aos Estudos da Língua Portuguesa*. O projeto pedagógico dos cursos e o desenvolvimento dos conteúdos foi concluído em 2016, assim como a criação e formatação dos cursos na Plataforma Moodle-UFRB. Está em andamento a seleção dos docentes que atuarão como tutores dos cursos com oferta prevista a partir de 2017.2.

- **Gerir a Oferta do Ensino de Graduação**

O calendário acadêmico é material essencial para a gestão da oferta do ensino de graduação, em julho de 2016 elaborou a minuta do Calendário Acadêmico para os semestres de 2016.1 e 2016.2. Que foi aprovado pelo conselho acadêmico no dia 11 de julho conforme a Resolução CONAC Nº 010/2016. O Calendário Acadêmico 2016 encontra-se disponível na página eletrônica da UFRB, no seguinte link: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/calendario-academico>.

No que se refere ao Planejar e avaliar as atividades acadêmicas da Universidade no tocante ao ensino de graduação, No exercício de 2016 finalizamos a implantação do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA). Na condição de gestores do negócio, fomos requisitados pela administração central a compor comissão de implantação que foi organizada em três etapas, a saber: homologação dos roteiros de dados, validação da migração dos dados e capacitação de servidores para o uso do sistema. A expectativa com o uso deste sistema integrado é que tenhamos um grande avanço da gestão acadêmica em todos os setores.

No que diz respeito à planejar, coordenar e avaliar os processos de seleção para ingresso de discentes, no ano de 2016 foram realizados 14 processos seletivos para ingressos de novos discentes nos semestres 2015.2, 2016.1 e 2016.2, conforme Quadro abaixo. Nestes processos foram ofertadas 3.432 vagas, no qual 83% referem-se a vagas novas.

Quadro 7: Processos realizados no ano 2016

Processos Seletivos	2015.2	2016.1	2016.2
Sistema de Seleção Unificada – SiSU		x	x
Lista de Espera - Cadastro Seletivo	x	x	
Vestibular Especial para candidatos Indígenas Aldeados e Remanescentes de Comunidades Quilombolas	x	x	
Vagas Remanescentes – TI/TE/PD/Re	x	x	
Acesso ao Segundo Ciclo dos Bacharelados	x	x	
Segunda Habilitação (Curso de Biologia e Ciências Sociais)	x	x	
Processo Especial Licenciatura em Educação no Campo		x	
Processo PRONERA (Tecnologia em Agroecologia)		x	

Fonte: Prograd

Entre a primeira e segunda edição do SISU/UFRB do ano de 2016 foram ofertadas 83% das vagas novas da UFRB. Nestas edições, foram realizadas 58.883 inscrições para preenchimento de 2.360 vagas, o que representa uma concorrência geral de 24,95 candidatos por vaga, número 3% menor comparado à concorrência do ano anterior. As tabelas abaixo apresentam o quantitativo de vagas ofertadas por curso no ano e a concorrência em cada semestre.

Como um fator recorrente nas edições do SiSU, menos de 50% das vagas ofertadas são preenchidas na chamada regular. Assim, para preencher as vagas remanescentes deste processo a UFRB utiliza a Lista de Espera e elabora um processo próprio denominado Cadastro Seletivo.

No ano de 2016 foi finalizado o Cadastro Seletivo do semestre de 2015.2, realizado o processo referente ao semestre 2016.1 e iniciado o de 2016.2. As tabelas e gráficos abaixo apresentam os resultados obtidos nos semestres 2015.2 e 2016.1.

O resultado do Processo Seletivo do SiSU – Lista de Espera/ Cadastro Seletivo 2016.1, foi divulgado no dia 18 de janeiro de 2016. Foram convocados 1.455 candidatos. Destes, 34% compareceram à instituição para efetivar sua matrícula, restando então 951 vagas remanescentes.

Ilustração 2: Saiu o resultado do SISU



Fonte: Assessoria de Comunicação - ASCOM

A Lista de Espera/Cadastro Seletivo para preenchimento das vagas remanescentes, a UFRB convocou os 12.615 candidatos relacionados na 'Lista de espera' para manifestação presencial de interesse e, a partir desta confirmação, criou a lista do 'Cadastro Seletivo'.

O edital do Cadastro Seletivo foi publicado no dia 12 de maio de 2016, com inscrição prevista para os 31 de maio de 2016 e 01 de junho de 2016, em todos os campi da UFRB.

Ilustração 3: – Cadastro Seletivo 2016.1



FONTE: Assessoria de Comunicação

Para a inscrição no Cadastro Seletivo foi elaborado um sistema que utilizava como banco de dados a Lista de Espera disponibilizada pelo MEC. Ao acessar o sistema, o servidor responsável pelo atendimento digitava o CPF do candidato e, se o nome constasse na lista sua inscrição era confirmada e emitia-se comprovante de inscrição. Todavia, devido à oscilação da internet, o sistema ficou fora do ar ou funcionou precariamente, resultando em morosidade no processo que teve que ser realizado manualmente e o desgaste causado pelo retrabalho, vulnerabilidade do processo e a insatisfação dos candidatos que aguardavam nas longas filas, sem conforto algum.

Ainda assim, foram realizadas 2.441 inscrições. A tabela abaixo apresenta o quantitativo de inscritos por curso, sendo o curso Interdisciplinar em Saúde o mais concorrido, com 07 candidatos a cada vaga. Por outro lado, os cursos de Física, Matemática, Comunicação Social – Jornalismo,

Cinema e Audiovisual e Química, estão em situação crítica, pois o número de inscritos é menor que o número de vagas ofertadas. Salienta-se que esta situação tem sido recorrente.

Para esta edição do Cadastro foram previstas 04 (quatro) chamadas. Na primeira, foram convocadas 904 candidatos, na segunda: 152 candidatos, na terceira: 35 e na quarta, considerando o número de cancelamentos, 228 candidatos.

Tabela 1: Ocupação por Curso – Semestre 2016.1

Centro de Ensino	SiSU / Cadastro Seletivo		% Preenchimento
	Oferta	Preenchimento	
CAHL	370	318	86%
CCAAB	390	361	94%
CCS	100	91	3,6
CECULT	60	32	54%
CETEC	190	171	87%
CETENS	45	38	84%
CFP	390	290	75%
TOTAL	1545	1301	120%

Fonte: PROGRAD/ CPPG/NUPSEL,2016.

Com a conclusão da 13ª edição do SISU para a UFRB percebe-se um decréscimo do percentual de ocupação. Como pontuado no Relatório de Gestão do ano de 2015, este fenômeno pode estar relacionado ao interstício entre o período do processo e o início das aulas, devido a atipicidade do Calendário Acadêmico da instituição. Todavia, é premente à necessidade de fazer um estudo cabal sobre tal situação e tomar medidas para reverter este quadro.

A seleção para acesso ao segundo ciclo dos bacharelados interdisciplinares e similares, Em 2016 foram ofertadas 420 vagas para o processo seletivo de acesso ao segundo ciclo do curso Interdisciplinar em Saúde e Ciências Exatas e Tecnológicas. Este processo visa assegurar aos concluintes destes cursos, conforme Resolução CONAC 002/2011, o direito de ocupar uma vaga em um dos cursos afins ofertados pela UFRB.

Um ponto de destaque no processo seletivo do curso interdisciplinar em Saúde é a não ocupação das vagas ofertadas nos cursos de Enfermagem, Psicologia e Nutrição. Neste processo houveram 41 inscritos, sendo que todos escolheram como 1ª opção o curso de Medicina, e para a 2ª opção, 49% escolheram o curso de Enfermagem, 29% o curso de Nutrição e 22% o curso de Psicologia. Vale ressaltar que mesmo escolhendo os cursos de Enfermagem, Nutrição e Psicologia como segunda opção, os candidatos convocados não efetuaram matrícula. Assim, tais cursos ficaram sem ingressantes neste semestre, o que resulta no aumento das vagas ociosas para a instituição. Com isso, fica evidente a necessidade de reformulação deste processo.

O processo seletivo especial de Educação no Campo: PRONERA – Curso Tecnologia em Agroecologia (Monte Santo), Em março de 2016 foi lançado o edital n.º 10/2016 referente ao processo seletivo PRONERA – curso de Tecnologia em Agroecologia, que tinha por objetivo o preenchimento de 58 (cinquenta e oito) vagas remanescentes do curso de Tecnologia em Agroecologia, disponibilizadas pelo Edital n.º 16/2013. Devido a não ocupação das vagas na primeira chamada, foram realizadas duas novas convocações, sendo que na segunda convocou-se 11 candidatos e na terceira 04. **EDUCAÇÃO NO CAMPO – Licenciatura em Ciências Agrárias (CFP),** No mês de agosto de 2016 foi iniciado o Processo Seletivo de Educação no campo que visava o preenchimento de 60 (sessenta) vagas no curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias, em regime de alternância regular de períodos de estudo,

ofertado no Centro de Formação de Professores – CFP, *campus* de Amargosa. Este processo seletivo é destinado aos candidatos que seja professor em exercício na educação básica em escolas do campo, que não possua formação inicial ou adequada de acordo com a Lei 9394/1996 e/ou resida e/ou exerça atividades no campo. Neste processo foram realizadas 405 inscrições, gerando uma concorrência de 07 candidatos por vaga, conforme tabela XX. E, para preencher as vagas foram necessário realizar 03 chamadas.

O processo seletivo especial para remanescentes de quilombolas e indígenas aldeados, em atendimento à Resolução CONAC 026/2014, no ano de 2016 foram realizados dois processos seletivos especiais. Nestes processos foram ofertadas 74 vagas. Entretanto, apesar do elevado número de inscrições, gerando uma concorrência de 5,43 candidatos por vaga, o resultado dos processos não foi efetivo, considerando que apenas 67% das vagas ofertadas foram ocupadas. Assim, torna-se imprescindível realizar uma análise do perfil de candidatos inscritos e ingressantes no processo, com vistas a adotar ações de comunicação e articulação junto às comunidades participantes do processo, e fortalecer as políticas de acesso, inclusive, aquelas que dizem respeito também à permanência qualificada dos estudantes ingressantes através deste processo.

As vagas remanescentes que são as Transferência Interna. TE: Transferência Externa. RE: Rematrícula. PD: Portador de Diploma, Em 2016 foi finalizado o Processo Seletivo de Vagas Remanescentes para o semestre 2015.2 e realizado o processo para ingresso de 2016.1. Para o semestre 2015.2 foram ofertadas 124 vagas e apenas 12.9% foram preenchidas. Ressalta-se que no cálculo do percentual de ocupação de vagas da UFRB não foram incluídas as vagas ocupadas por Transferência Interna, por se tratar de reocupação do discente – mobilidade interna. Na edição 2016.1 ofertou-se 370 (trezentos e setenta vagas), distribuídas em 27 (vinte e sete cursos) e obteve 93 (noventa e três) inscrições deferidas, das quais, 56 (cinquenta e seis), os/as candidatos/as foram aprovados/as. Dos 27 (vinte e sete cursos), apenas 02 (dois), Engenharia de Pesca e Psicologia, não houve inscritos.

O processo em sua totalidade necessita de melhorias principalmente no que se refere à clareza de seus atores internos (colegiado de curso/ comissão, núcleo acadêmico e Prograd) sobre as etapas envolvidas e procedimentos adotados. Em se tratando dos resultados, entre os 93 (noventa e três) candidatos aptos a o processo, apenas 56 (cinquenta e seis) foram aprovados. Entre os principais motivos para a desclassificação está a ausência do candidato para a realização do exame. Com relação ao índice de ocupação, é possível perceber que urge a necessidade de revisão do processo, uma vez que não atinge nem 50% do seu objetivo principal, que é a ocupação de vagas ociosas:

Considerando a última etapa do processo - matrícula, observa-se que das 370 vagas ofertadas, apenas 13% foram ocupadas, sendo que a modalidade TI é aquela que mais gerou ingresso, com 25% de ocupação, seguida da de PD, com 17%. Todavia, ao considerarmos que a modalidade de Transferência Interna – TI não constitui real ingresso, haja vista o estudante possuir matrícula ativa e apenas realizar uma mudança de curso na própria instituição, o índice efetivo de ocupação de vagas ociosas é de 6%, conforme tabela abaixo:

Com base nos dados acima, é possível perceber a necessidade proeminente de ajustes em relação ao processo seletivo, desde seu planejamento junto aos Colegiados dos Cursos, divulgação, execução até os resultados, que por ora, tem sido bastante insignificante, considerando a quantidade de demandas geradas e alcance precário do objetivo principal que consiste na ocupação de vagas ociosas. Com isso, a Prograd no mês de outubro iniciou um estudo para repensar este processo com vistas a beneficiar não apenas os sujeitos ingressantes, mas, principalmente, fortalecer o papel da própria Universidade quanto ao interesse público de ocupação das vagas dos cursos de graduação.

Com relação ao processo seletivo especial para segunda habilitação (Cursos de mesma nomenclatura), Para o semestre 2015.2, que iniciou no ano de 2016, foram ofertadas 10 vagas entre os cursos de Biologia bacharelado e Biologia Licenciatura para este processo, todavia, não houve inscritos. Por esta razão, para o semestre 2016.1 foi feita uma mobilização nos Centros de Ensino que ofertam cursos que se enquadram na categoria deste processo, resultando na inclusão do curso de Ciências Sociais Licenciatura e o aumento das vagas ofertadas.

Abaixo tabela resumo da oferta de vagas na UFRB no exercício 2016:

Tabela 2 – Vagas Ofertadas em 2016 para os cursos de Graduação

Centro de Ensino	Vagas Novas			Vagas Remanescentes				Total por Centro
	SISU / Cadastro Seletivo	2º Ciclo	Licenciatura Educação no Campo	Quilombolas / Indígenas Aldeados	Transferências / P. Diploma / Rematrícula	Segunda Diplomação	Tecnologia em Agroecologia	
CAHL	490	-	-	18	54	10	-	572
CCAAB	650	-	-	20	104	20	-	794
CCS	230	220	-	9	42	-	-	501
CECULT	60	-	-	2	20	-	-	82
CETEC	380	200	-	6	10	-	-	596
CETENS	90	-	-	3	15	-	58	166
CFP	460	-	60	16	125	-	-	661
Total	2360	420	60	74	370	30	58	3.432
	2840			592				

Fonte: Prograd

- **Promover o acompanhamento acadêmico e pedagógico do ensino de graduação**

No tocante a realizar e avaliar ações de formação continuada, capacitação e atualização didático-pedagógica, dos professores de graduação em parceria com os colegiados. No exercício do corrente ano de 2016 foi iniciado o primeiro Programa de Formação Continuada dos Docentes do Ensino Superior da UFRB, formalizado como projeto interinstitucional com n.º de registro 40701/2016 e que tem como proposta de realização sua programação itinerante entre os centros universitários. Seu primeiro ciclo já iniciado no Centro de Formação e Professores em Amargosa, cujo evento obteve a adesão de mais de 70 (setenta) participantes ouvintes, entre docentes e discentes, com carga horária de 12h, contando com a participação de palestrantes dos Grupos de Pesquisa FORCULT (UFRB) e FORMACCE (UFBA), mediante a Conferência sobre “Currículo, Formação e Multirreferencialidade: inovações na educação” proferida pelo Prof. Dr. Roberto Sidnei Macedo, bem como a palestra sobre “Observatório Avançado de Currículo e Formação” ministrada pela Profa. Dra. Denise Moura de Jesus Guerra.

O Programa representa um espaço para definições das políticas de formação continuada na UFRB, assim como para apresentações de práticas acadêmicas de ensino e formação inovadoras e bem sucedidas que vem sendo desenvolvidas por docentes da UFRB em cada Centro de Ensino. Diante dessa realidade apontada por especialistas, e da demanda crescente apresentada por docentes da UFRB, faz-se necessária uma explicitação e definição das políticas de formação para os docentes que na universidade pertencem a distintas áreas do conhecimento, e nem todas as áreas priorizam os conhecimentos pedagógicos em sua formação.

Portanto, o programa favorece a institucionalização de políticas de formação, contribui na qualificação da educação pública ofertada na UFRB, propicia a apresentação de temas e discussões

atreladas ao aprimoramento do ensino ministrado, assim como motiva professores/as com sujeitos do processo formativo na educação superior.

Entre os objetivos do Programa citado se encontram:

Promover a formação continuada dos/as docentes na UFRB.

Atualizar a formação docente no que concerne aos temas do currículo, da avaliação, da aprendizagem e das metodologias de ensino.

Socializar as experiências inovadoras que colaboram com os processos de ensino e de aprendizagem que vem sendo desenvolvidas nos Centros de Ensino.

Contribuir com o aperfeiçoamento didático dos/as docentes.

Promover experiências de ensino e aprendizagem de temas de interesse para a política acadêmica de ensino na UFRB.

Ainda no ano de 2016, foram empreendidas atividades acadêmicas voltadas à formação docente concernente a palestras realizadas nos Centros de Ensino. É cediço que a UFRB é constituída por 714 (setecentos e quatorze) docentes efetivos, sendo que 246 (duzentos e quarenta e seis) deles apresentam titulação em nível de mestrado e 422 (quatrocentos e vinte e dois) apresentam titulação em nível de doutorado.

É um número significativo, porém sabemos que esses cursos focalizam mais a formação do pesquisador, em detrimento da formação pedagógica, ou seja, não há uma formação específica para ser professor universitário.

Visando o aperfeiçoamento das atividades do Núcleo e a harmonia dos objetivos e suas ações desenvolvidas em consonância com a real necessidade local de cada centro, foram realizadas pesquisas com as Diretorias de todos os centros e com o fim de aferir quais as demandas esses ambientes apresentam para a formação acadêmica de seus professores, oportunidade em que foram colhidos mais de 20 pontos suscitados como demandas aptas a ensejar novas ações universitárias de formação docente, as quais foram construídas coletivamente nos espaços dos centros, imbuindo o estímulo de coesão nas ações universitárias.

O NUFORDES ainda constituiu uma comissão para assessoramento dos planos de metas e ações no período de 2016 a 2019, a qual desempenhará reuniões itinerantes entre os centros acadêmicos.

Com respeito avaliação do estágio obrigatórios e não obrigatórios realizados pelos discentes.

A UFRB tem empreendido atividades referenciais, como o lançamento dos Editais Internos de Estágio com o objetivo de ofertar vagas para a realização de Estágios na UFRB. Em 13/04/2016, o NUGEST lançou o Edital 13/2016, de Estágio Obrigatório Interno, que é voltado para os alunos dos cursos de graduação da UFRB, matriculados no componente de Estágio Supervisionado. Neste edital, referente ao semestre 2015.2, foram disponibilizadas 148 (cento e quarenta e oito) vagas de estágio dentro da UFRB, porém o preenchimento das vagas oferecidas não foi satisfatório, representando apenas 18,91% do total.

No semestre 2016.1, foi lançado o Edital 33/2016, que ofertou 125 (cento e vinte e cinco) vagas de estágios obrigatórios internos. Contudo, o número de inscrições foi muito baixo, apenas 27 (vinte e sete). Considerando, então, o número ínfimo de inscritos neste edital e com o objetivo de avançar no número de alunos contemplados com estágio, lançou-se, logo em seguida, o Edital 37/2016 para Preenchimento de Vagas Remanescentes do edital anterior, aproveitando também o surgimento de novas vagas neste período. Assim, foram ofertadas 112 (cento e doze) vagas remanescentes, sendo 7 (sete) o número de inscritos.

Quadro 8: Dados quantitativos dos editais

Tipo de estágio	Nº do Edital	Nº de Vagas	Nº de inscritos	Valor da Bolsa (R\$)
Obrigatório	13/2016	148	40	Sem bolsa
Obrigatório	33/2016	125	27	Sem bolsa
Obrigatório	37/2016	112	7	Sem bolsa
Total		385	74	

Fonte: Prograd

Durante o semestre 2015.2 foi criado um formulário para cadastro de vagas de estágio em Projetos de Pesquisa, disponível no site de Estágio da PROGRAD. Nesta modalidade, tivemos 49 (quarenta e nove) alunos cadastrados como estagiários até o dia 07/12/2016.

A proposta da Consulta Pública para a reformulação da Resolução de Estágio CONAC 38/2011 foi uma ação apresentada à PROGRAD com o intuito de, além da reformulação em si, abrir um canal de comunicação com a comunidade acadêmica. Com a participação dos professores, servidores e alunos, que de alguma forma se envolvem com os estágios obrigatórios e não obrigatórios, o NUGEST quer buscar, na contribuição de cada um, melhorias que atendam às necessidades da prática de estágio na UFRB.

Além da divulgação feita pelo Portal da UFRB, através dos sites de Notícias da ASCOM e da página de Estágios da PROGRAD, a Consulta Pública foi divulgada também nos grupos da UFRB inscritos nas redes sociais. A divulgação também foi feita nas reuniões nos Centros de Ensino e por e-mail. Desde o primeiro dia, recebemos via e-mail contribuições de professores, servidores e alunos. Ainda assim, decidimos ampliar o prazo de inscrição das contribuições até o dia 29 de abril. Foram recebidas ao todo 71 (setenta e uma) contribuições, excluídos os formulários que foram deixados em branco pelos participantes. A Consulta Pública foi importante porque trouxe os problemas reais enfrentados pelos professores, técnicos e alunos a cada semestre.

O Projeto de Itinerância nos Centros de Ensino da UFRB, visa aproximar a PROGRAD dos Centros de Ensino e assim atender melhor às demandas de cada Centro. A primeira visita foi feita ao CETENS, no dia 03/03/2016. Estavam presentes a Vice-Diretora do Centro, Profa. Jacira, vice-diretora do Centro, a Chefe do Núcleo Técnico Kelly, Professores do BENS, dentre outros servidores. A visita foi de grande importância, já que os alunos do CETENS irão iniciar as atividades de estágio em breve, oriundos da primeira turma do curso de Educação no Campo. Estamos em contato com os professores e coordenadores dos cursos para dar o suporte necessário quanto às questões legais e administrativas inerentes à prática de estágio na UFRB.

Buscando ampliar o campo de estágio para os alunos da UFRB, estamos prospectado junto a empresas da região do Recôncavo e Capital, como intuito de abrir as portas para o ingresso dos estudantes no mercado de trabalho. As visitas começaram a ser feitas no dia 23/03/2016 e assim que forem celebrados os novos convênios de estágio e parcerias serão divulgados para toda a Comunidade Acadêmica, no site de Estágio e demais canais de comunicação oficiais. Este projeto está parado devido ao corte de custo do setor de Frota da UFRB.

Dando prosseguimento ao processo de Reformulação da atual Resolução de Estágio CONAC 38/2011, haja vista que a mesma não abarca a realidade total de estágio da UFRB, foram realizadas reuniões com o objetivo de discutir as contribuições dos centros para a Minuta da Resolução. No dia 13/09/2016, houve uma reunião com o diretor do CCAAB, e sua equipe de técnicos responsáveis pelos serviços de estágio neste Centro. No dia 07/12/2016, com a gerente técnica do CCS, Jomara Silva, que relatou as dificuldades do estágio neste Centro, dando suas sugestões para a minuta da Resolução. Nesta mesma reunião, ficou definido que seria marcado um outro encontro, dessa vez, convidando todos os Centros para discutir juntos a Minuta da Resolução. Tal reunião ocorreu no dia 15/12/2016, no auditório da PROGEP, onde estavam presentes técnicos responsáveis

pelos serviços de estágio do CCAAB, CCS, CETEC e CETENS. Considerando que o tempo não foi suficiente para terminar a discussão de todos os artigos da Minuta da Resolução, foram realizadas outras reuniões nos dias 11/01/2017 e 17/01/2017.

Assim, essas reuniões foram muito importantes, pois tivemos a oportunidade de conhecer melhor as dificuldades e especificidades de estágio nos Centros de Ensino, possibilitando, assim, uma Reformulação da Resolução CONAC 38/2011 que atenda a realidade total de estágio da UFRB.

Ressalta-se também o início do processo de construção de uma Revista Eletrônica de Estágio, que tem como objetivo disseminar a importância da prática de estágio para a vida acadêmica e profissional do discente, através da publicação de textos confeccionados pela Comunidade Acadêmica, em especial os artigos feitos pelos alunos sobre suas experiências de estágio. Estamos na etapa de criação do corpo editorial da Revista Eletrônica de Estágio, contando com o apoio da PROEXT no tocante aos procedimentos. Por fim, além dessas atividades, o NUGEST analisou processos 11(onze) e emitiu pareceres, sobre Regulamentos de Estágio dos Cursos, e a Propostas de Convênio de Estágio.

- **Desenvolver ações de assessoramento técnico-pedagógico para o ensino de graduação**

Relativamente ao assessoramento aos Centros de Ensino nos processos seletivos simplificados de seleção de docentes. De acordo com as Resoluções CONAC 025/2010 e 034/2010, cabe à PROGRAD assessorar o processo seletivo simplificado para contratação ou renovação de contrato de professor substituto. Este assessoramento resume-se em analisar a justificativa dada pelo Centro de Ensino para tal solicitação com base nos critérios definidos nas resoluções citadas, emitir parecer e, em caso favorável, solicitar ao Gabinete da reitoria publicação do Edital no Diário Oficial da União quando se tratar de contratação.

No ano de 2016 foram analisados 129 processos seletivos para professores substitutos, destes trinta e sete foram de contratação e noventa e dois de renovação de contrato de professores substitutos. A tabela 35 apresenta o número de processos por tipo e Centro de Ensino.

Tabela 3 – Processos seletivos para professores substitutos por Centro de Ensino

Centro de Ensino	Contratação	Renovação	Total geral
CAHL	3	16	19
CCAAB	5	16	21
CCS	7	25	32
CETEC	12	15	27
CETENS	4		4
CFP	6	20	26
Total geral	37	92	129

Fonte: Prograd

Em referência a promoção da integração dos discentes ingressantes na UFRB. A prograd laborou na qualificação da Matrícula de Ingressantes UFRB, visando recepcionar os ingressantes dos cursos de graduação em ambiente acolhedor. A equipe prestou informações gerais sobre a organização da Universidade, os principais programas e políticas voltados aos discentes de graduação na UFRB, assim como promoveu uma apresentação inicial das diferentes experiências que a vida universitária vem possibilitar.

Criação do Guia “Viver UFRB” (página *web* e aplicativo) - parceria com a SEAD, o Guia do Estudante de Graduação foi criado com objetivo não só de substituir o antigo Manual do Aluno no

formato impresso, como também para promover uma maior integração estudante-universidade e para que o discente tenha à mão informações importantes sobre a rotina acadêmica, a organização e funcionamento da universidade. Estas informações estarão disponíveis em página na internet e no aplicativo para celular, a serem atualizadas periodicamente. Haverá também um ícone “SOS” para contato direto da comunidade acadêmica com a PROGRAD. Esta ação foi concluída com sucesso.

Criação do Programa de Tutoria Acadêmica da UFRB, O Programa de Tutoria Acadêmica da UFRB visa a colaborar com a qualificação dos processos de integração, afiliação e êxito acadêmico dos/as discentes na universidade, através de ações de orientação acadêmica, entre discentes-discentes e discentes-docentes, nos seus diversos âmbitos. O Programa de Tutoria da UFRB deverá funcionar em duas modalidades: Discente e Docente. Com a finalidade de possibilitar a integração/cooperação entre pares, potencializar experiências acadêmicas/ formativas e colaborar para o desenvolvimento formativo, as relações de aprendizagem e a integralização curricular dos discentes.

A proposta do Programa foi incluída na nova proposta do Regulamento de Ensino de Graduação e tem uma Proposta de Minuta de Resolução em fase final de elaboração.

Disponibilização de Jogos de Tabuleiro aos Centros de Ensino - parceria com a Superintendência de Educação a Distância (SEAD), o material dos Jogos foi criado por graduandos da UFRB no âmbito do Grupo de Tecnologia Educacional, Robótica e Física (GTERF) e consta de 09 kits com 7 Jogos cada, a serem distribuídos aos Centros da UFRB para empréstimo aos discentes. Além de promover momentos de entretenimento no Campus, esta ação visa estimular a interação e o desenvolvimento de funções ligadas às dimensões cognitivas, sociais, afetivas dos jogadores.

Semana Acadêmica, realizada 2015.2 (04 a 08 de abril de 2016) nos Centros de Ensino. Acerca desse ponto específico, sobreleva discorrer que, considerando os projetos políticos dos cursos em vigor, elencamos os seguintes temas para atender as demandas de formação continuada dos centros de ensino na Semana Acadêmica 2015.2:

- Planejamento do ensino; Avaliação da aprendizagem na educação superior;
- Relação professor-aluno e o processo de ensino-aprendizagem do aluno universitário;
- Afiliação universitária;
- Sexualidade e gênero;
- Interdisciplinaridade; e Currículo.

Todos os centros de ensino foram consultados para indicar os temas/assuntos que seriam abordados, mas, efetivamente, três dos centros receberam nossa contribuição (CECULT, CETENS e CCS), dois declinaram da proposta (CFP e CAHL) e dois solicitaram agendamento para uma nova data (CCAAB e CETEC).

Portanto, desenvolvemos neste exercício as seguintes ações de formação continuada em 3 dos 7 centros de ensino, ou seja, atingimos aproximadamente 43% dos centros:

- CECULT – “Palestra Interdisciplinaridade e outras abordagens sobre educação e currículo”.
- CCS - “Palestra Afiliação do estudante ingressante”, com média de 30 por dia/turno no período compreendido entre 06 a 08 de abril e carga horária de 12h para os professores dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Medicina e 16h para os professores do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.
- CETENS – “Palestra Práticas Interdisciplinares e Ensino/Aprendizagem”, com 48

participantes e carga horária do evento: 15 horas

O CECULT apresenta 37 docentes e 18 deles participaram da palestra, o que corresponde ao percentual de 48,64% dos docentes. O CCS e o CETENS não enviaram as listas de participantes. Diante dos percentuais, percebe-se que é necessário ampliar a participação dos docentes nas ações de formação, pois o resultado delas repercutirá na qualidade do ensino de graduação ministrado na universidade.

As ações que foram desenvolvidas para a realização da Semana Acadêmica tiveram excelente avaliação dos gestores de ensino, o que confirma a pertinência dos temas escolhidos e a necessidade de fortalecimento da formação docente na UFRB.

Assessorar e avaliar os programas de bolsas existentes no âmbito da graduação - O Programa de Monitoria na UFRB visa contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, oportunizando aos discentes uma iniciação à docência no ensino superior, auxiliando professores orientadores no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas, contribuindo o aprofundamento conhecimentos dos discentes envolvidos. As duas modalidades desenvolvidas no Programa de Monitoria são a monitoria remunerada e a monitoria voluntária.

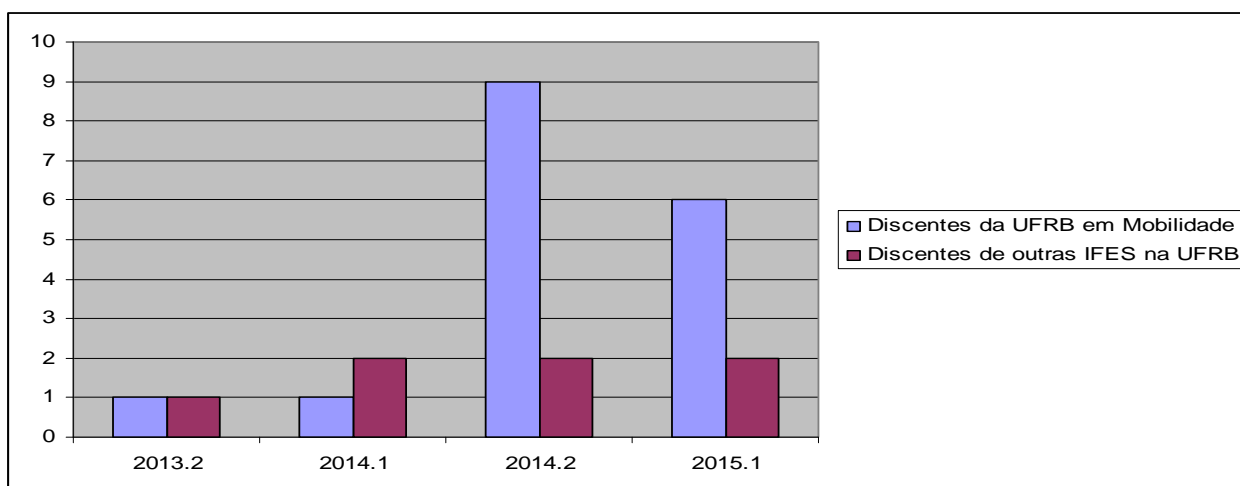
O programa de Monitoria é regulamentado pela Resolução Conac/UFRB nº 036/2010 O Programa prioriza os componentes curriculares que apresentam alto índice de reprovação, assim, a monitoria remunerada é um apoio pedagógico aos discentes para contribuir na redução da reprovação e dessa forma, contribuir com sucesso acadêmico dos estudantes da universidade e, por outro lado, ambientar o monitor com o exercício da docência no ensino superior.

Durante o semestre de 2015.1 e 2015.2 foram distribuídas 60 (sessenta) bolsas em cada semestre para o Programa de Monitoria Remunerada, com valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), das bolsas distribuídas no período foram utilizadas 54 (cinquenta e quatro) bolsas conforme a figura abaixo. Verificamos que o Centro de Formação de Professores-CFP apresentou uma baixa utilização das bolsas disponíveis, acreditamos que isso ocorreu em função da existência de outras modalidades de bolsas, especialmente, pelo programa PIBID – Programa de iniciação docência e Bolsas de permanência. A gestão deste programa demanda contato permanente com gestores de ensino dos centros e eventualmente com estudantes e/ou professores.

Programa de Mobilidade Acadêmica: Nacional e Internacional Mobilidade Acadêmica Nacional: O Programa de Mobilidade Acadêmica tem sido desenvolvido a partir do convênio entre a UFRB, a ANDIFES e o Banco Santander, bem como, através da articulação com a Superintendência de Assuntos Internacionais da UFRB, oportunizando aos discentes participantes desenvolver parte de suas trajetórias acadêmicas em outras Instituições de Ensino Superior (IFE) nacionais e internacionais conveniadas. Na UFRB, este Programa é regulamentado pela Resolução Conac/UFRB nº. 006/2008 e Resolução Conac/UFRB nº. 034/2013. Existe também um o convênio entre a UFRB e a ANDIFES, que firma uma relação de reciprocidade entre as signatárias no que se refere à mobilidade dos alunos de graduação entre as Universidades Federais.

No que se refere ao convênio de Mobilidade Acadêmica da ANDIFES, este alcança estudantes que tenham integralizado todos componentes curriculares previstos para o primeiro ano ou 1º e 2º semestres letivos do curso da UFRB e que possuam, no máximo, uma (01) reprovação por período semestre. A gestão destes processos envolve contato com coordenadores de colegiado e estudantes em mobilidade.

Gráfico 1– Evolução do Programa de Mobilidade Acadêmica

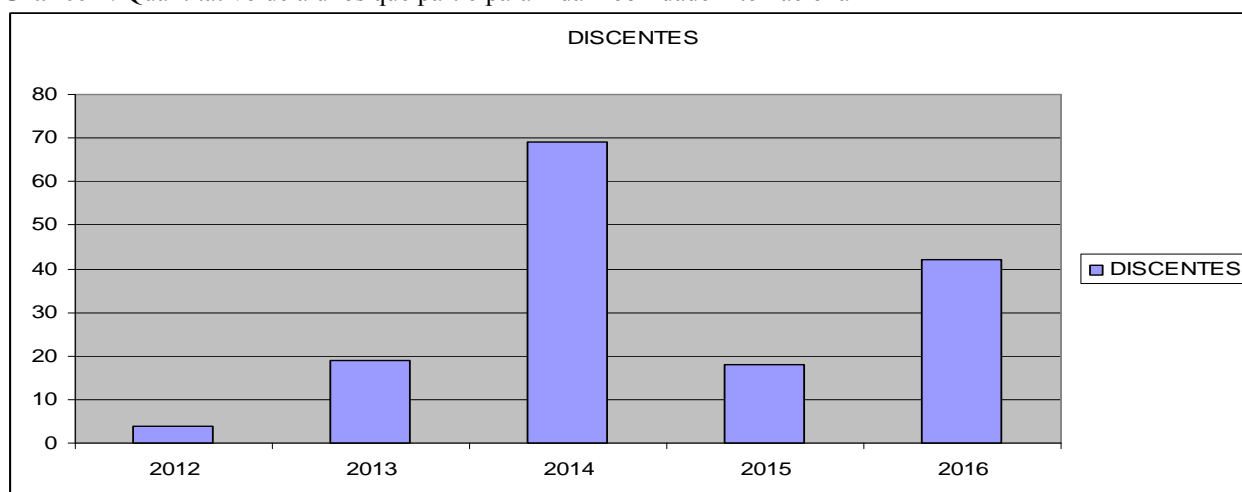


FONTE: PROGRAD/COPEG/Núcleo de Gestão de Programa de Bolsas e Projetos

Mobilidade Acadêmica Internacional: A mobilidade acadêmica internacional está a cargo da Assessoria para Assuntos Internacionais. A PROGRAD/PPG/Núcleo de Gestão de Programa de Bolsas e Projetos Especiais cabe autorizar a matrícula de discentes procedentes de outras instituições de ensino e solicitar registro de mobilidade para os alunos da UFRB. Contudo, dado a importância desta atividade acadêmica para os estudantes da UFRB e o crescente número de intercambistas, especialmente, após a adesão ao programa Ciência Sem Fronteiras, estamos rediscutindo o papel do setor, com finalidade de ampliar a parceria com a SUPAI na gestão do programa.

O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de alunos da UFRB que participaram da mobilidade internacional através do Programa Ciências sem Fronteiras e Edital Interno durante 2011 – 2016.

Gráfico 2: Quantitativo de alunos que participaram da mobilidade internacional



FONTE: Superintendência de Assuntos Internacionais - SUPAI

Sobre o Programa de Educação Tutorial – PET – constitui-se num programa de acompanhamento de estudantes de graduação, desenvolvendo atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão dentro da perspectiva de determinado curso e/ou interdisciplinar (no caso dos grupos interdisciplinares e conexões de saberes). Cada grupo possui um/a tutor/a e doze bolsistas remunerados de acordo com a política de bolsas da Capes, também sendo possível a vinculação de petianos/as voluntários/as. Na UFRB, o PET é gerido administrativamente pelo Núcleo de Gestão do Programa de Educação Tutorial (NUGPET), vinculado ao NUPROP. Ao final da participação no Programa, os/as estudantes e o/a tutor/a fazem jus à certificação, de competência da Prograd.

A certificação das atividades do PET pela Pró-Reitoria de Graduação é um importante indicador do cumprimento do planejamento feito para o início do ano pelos grupos e submetido à apreciação pelo Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA). Essa emissão de documentos é uma importante ferramenta de acompanhamento do desenvolver dos grupos durante as atividades propostas nos Planejamentos Anuais enviados ao MEC e a verificação do cumprimento dos respectivos documentos normativos (portarias, resoluções). Durante o ano de 2016, foi registrada a emissão de nove certificados de participação nos grupos e quarenta e três declarações, totalizando 52 documentos. Foram realizados seis processos seletivos para complementar o número de bolsistas nos grupos Agronomia; Zootecnia; Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB; Afirmção; UFRB e Recôncavo em Conexão; e Educação e Sustentabilidade. Também, foram realizados três processos de seleção para tutor/a dos grupos Educação e Sustentabilidade; Agronomia; e Zootecnia. Além de por necessidade de complementação do número de bolsistas dos grupos, cinco homologações *ad referendum* do CLAA, todas para validar resultados de processos de seleção, visto as demandas do CLAA estarem voltadas às seleções para tutor/a de oito dos nove grupos (três realizadas em 2016 e cinco para abertura de edital em 2017).

Foram analisados e aprovados pelo CLAA nove relatórios referentes às atividades desenvolvidas em 2015 e nove planejamentos para as atividades executáveis em 2016. Tais documentos foram homologados seguindo o calendário do Gestor SigPET. Assim, foram emitidos pareceres acerca dos relatórios e dos planejamentos pelos membros designados pela presidência do CLAA, em convocação ordinária obedecendo ao calendário estabelecido pelo NUGPET nos dias 18 de fevereiro (relatórios) e 16 de março (planejamentos). Mensalmente, também, foram entregues pelos/as tutores/as à interlocução relatórios de frequência dos/as petianos/as, seguindo formulário próprio.

Abaixo alguns números do PET

Tabela 4 - Número de docentes tutores/as por Centro de Ensino, entre 2013 e 2016.

Centro de Ensino	2013	2014	2015	2016
CETEC	-	-	-	-
CETENS	-	-	-	-
CECULT	-	2	2	2
CAHL	3	1	1	1
CCAAB	4	4	4	4
CCS	-	-	-	-
CFP	1	2	2	2
Total	8	9	9	9

Fonte: Sistema SiGPET

Tabela 5: Petianos/as ativos/as no SigPET em 2016 por grupo, considerando entradas/saídas e remunerados/não remunerados.

Grupo	TOTAL
Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB	10
Agronomia	20
Cinema	12
Socioambientais	12
Educação e Sustentabilidade	12
Mata Atlântica: Conservação e Desenvolvimento	12
Afirmção: Acesso e permanência de jovens de comunidades negras rurais no Ensino Superior	12
UFRB e Recôncavo em Conexão	12
Zootecnia	12
Total	145

Fonte: Prograd/Sistema SiGPET

Dentre os principais alcances da gestão 2016 encontra-se o fato de conseguir reunir periodicamente o CLAA. Até então, os membros de tal instância queixavam-se dessa dificuldade, pois muito há de dependência das deliberações desse Comitê para legitimar algumas atividades dos grupos. Além disso, houve uma maior aproximação entre a Pró-Reitoria de Graduação e os grupos em questões administrativas e em relação ao acompanhamento mais próximo de atividades realizadas por estes. Também, houve uma diminuição significativa de consultas ao MEC por parte dos/as tutores/as em questões de competência da Pró-Reitoria, tais como busca de informações referentes ao calendário de autorização e pagamento de bolsas e outras questões referentes a legislação do Programa. As ocorrências de atrasos de bolsas e pagamentos retroativos por perda dos prazos pelos/as tutores/as em relação às datas oficiais designadas pela SESu/MEC foram reduzidas de modo substancial.

- **Desenvolver a Política de inclusão na UFRB**

A respeito da formação de docentes e de servidores técnico-administrativos para atuação numa universidade inclusiva. No exercício 2016, em uma parceria entre a Prograd e a Progep, foi ofertado cursos de formação na área de Educação Inclusiva: Acessibilidade no Ensino Superior e Língua Brasileira de Sinais - Libras para formação de servidores docentes e técnico-administrativos.

Em relação à viabilizar apoio pedagógico aos estudantes com deficiência nos cursos de graduação da UFRB. A inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior envolve ações que possibilite o acesso e a permanência, viabilizando suportes pedagógicos necessários no âmbito de tecnologias assistivas, de modo a favorecer a vida acadêmica desses discentes nos cursos de graduação da UFRB. Nesse sentido, no ano de 2016, visando atender as demandas de acessibilidade dos discentes com deficiência da instituição, tem disponibilizado equipamentos para o acesso e permanência dos mesmos. Realizando itinerância aos centros de ensino sobre as atribuições do Núcleo de Políticas de Inclusão-NUPI, bem como suas ações, informações e equipamentos para auxiliar a discentes.

Diante disso os recursos adquiridos e disponibilizados no ano exercício de 2016 foram: 04 (quatro) tablets e 02 (dois) tripés, disponibilizados no Centro de Formação de Professores e para auxiliar os servidores tradutores/intérpretes de Libras que atuam com os estudantes surdos; 05 (cinco) scanners com voz para empréstimo a discentes e servidores com deficiência para desenvolvimento de suas atividades. Em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC, solicitamos 02 (dois) notebooks para empréstimos a discentes que ingressaram no semestre 2016.1, viabilizando assim, a vida acadêmica dos mesmos. Salientamos que estamos em processo de aquisição de 15 (quinze) cadeiras de rodas para distribuição em todos os centros de ensino da UFRB, para promoção da acessibilidade nos campi, bem como, a aquisição de 01 (uma) cadeira de rodas stand-up para uso de discente com mobilidade reduzida.

Além disso, foram solicitadas 07 (sete) lupas eletrônicas portáteis e 02 (duas) filmadoras, porém os equipamentos não foram entregues pela empresa vencedora do pregão dentro do prazo estabelecido. Dentre as atividades, vale ressaltar a visita técnica da Diretoria de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – DPEE/SECADI/MEC, com a finalidade de consolidação e avaliação das Políticas Públicas da Diversidade. Para tanto, prevê dentre suas atividades, a identificação das medidas institucionais para a promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação superior. Dentre vários pontos, fora mencionado a carta de acessibilidade da UFRB, para promoção de acesso de pessoas com deficiência em seus espaços.

Visando favorecer a permanência dos discentes com deficiência registrados na UFRB disponibiliza bolsistas para atuarem junto a estes discentes. As atividades desenvolvidas por esses bolsistas são: adaptação do material impresso em tinta para formato digital com devida formatação do mesmo;

atuar como leitor e escriba durante as avaliações e em atividades acadêmicas individuais e/ou em grupos; auxiliar estudantes com dificuldade de locomoção.

Outra ação que vem sendo desenvolvida pelos servidores tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras, lotados no NUPI, sendo uma ação em constante processo, realizando tradução e interpretação de notícias veiculadas no site e eventos da UFRB. Realizando ação juntamente com os servidores tradutores/intérpretes de Libras em orientação aos discentes formandos do curso Letras-Libras/Língua Estrangeira; Gravação do edital do concurso para professores do Centro de Formação de Professores; atuação no I Congresso de acessibilidade realizada no IFBA de Santo Antônio de Jesus em parceria com o Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFRB; II Setembro Azul da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; Tradução e interpretação do Coral da UFRB em eventos da instituição; Atuação dos servidores tradutores/Intérpretes de Libras no processo seletivo e no período de matrículas 2016.1, III Cólóquio sobre Educação Identidade Docente: Construção e Prática.

Os Estudantes com deficiência ou Necessidades Educativas Especiais registrados na política de acessibilidade em 2016, 19 estudantes com deficiência encontram-se registrados no Núcleo de Políticas de Inclusão/PROGRAD, conforme quadros abaixo, os quais relacionam a quantidade de estudantes por Curso de Graduação.

Quadro 9: Quantidade de estudantes com deficiência registrado no NUPI em 2016

Curso	2016
Pedagogia	2
Filosofia	1
Letras Libras	4
Medicina	1
Nutrição	2
Museologia	1
Medicina Veterinária	3
Engenharia Sanitária e Ambiental	1
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	2
Física	1
Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Matemática	1

Fonte: prograd

2.5.1.2 Ensino na Pós Graduação

Com vista ao fortalecimento da Pós-graduação na UFRB foram desenvolvidas varias ações tais como: fortalecimento dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu* e dos Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu*; Elaboração de Propostas de Doutorados Interinstitucionais(DINTER) e Programas Especiais de Fortalecimento da Pós-graduação

- **Ações em prol do fortalecimento dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*** - Atualmente funcionam sete cursos de Mestrado Acadêmico e cinco cursos de Mestrado Profissional, além de dois cursos de Doutorado na UFRB, possibilitando a qualificação de um número crescente de profissionais de todo o país e do exterior. Nos Quadro abaixo encontra-se a relação destes Programas e os números de matriculados, vagas ofertadas, ingressantes e concluintes destes cursos, até dezembro de 2016 respectivamente.

Quadro 10: Relação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UFRB

Nome	Modalidade	Centro de Ensino	Avaliação da CAPES	Início
Ciência Animal	Mestrado	CCAAB	3	2008
Ciências Agrárias	Mestrado e Doutorado	CCAAB	5	1979
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	Mestrado	CAHL	3	2010
Defesa Agropecuária	Mestrado Profissional	CCAAB	3	2011
Educação do Campo	Mestrado Profissional	CFP	3	2013
Engenharia Agrícola	Mestrado e Doutorado	CCAAB	4	2012
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	Mestrado Profissional	CCAAB	3	2011
Matemática PROFMAT	Mestrado Profissional	CETEC	5	2012
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (aprovado em 2013)	Mestrado Profissional	CAHL	3	2014
Microbiologia Agrícola	Mestrado	CCAAB	3	2008
Recursos Genéticos Vegetais	Mestrado	CCAAB	3	2008
Solos e Qualidade de Ecossistemas	Mestrado	CCAAB	3	2010

Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES), 2016. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>

Quadro 11: Número de matriculados, vagas, ingressantes e concluintes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* da UFRB, até dezembro de 2016

Programas	Centro	Matriculados *	Vagas	Ingressantes	Concluintes ***	Observações
			**	***		
Doutorado em Ciências Agrárias	CCAAB	63	8	9	12	-
Doutorado em Engenharia Agrícola	CCAAB	28	6	6	0	Curso iniciado em 2012.2
Mestrado em Ciência Animal	CCAAB	43	27	14	0	1 desligado
Mestrado em Ciências Agrárias	CCAAB	31	16	16	15	1 mudança de nível com

						defesa
Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	CAHL	55	18	17	1	-
Mestrado em Engenharia Agrícola	CCAAB	14	7	5	-	-
Mestrado em Microbiologia Agrícola	CCAAB	46	14	13	-	-
Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais	CCAAB	43	20	16	6	-
Mestrado em Solos e Qualidade de Ecossistemas	CCAAB	41	20	17	-	-
Mestrado Profissional em Defesa Agropecuária	CCAAB	25	10	7	9	4 desligados
Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	CCAAB/CAHL	34	20	19	-	-
Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT)	CETEC	9	15	0	9	-
Mestrado em Educação do Campo	CFP	24	12	10	-	-
Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas	CAHL	42	15	13	-	-
Total		498	193	122	52	

Fontes: *Plataforma Sucupira, acesso em 01 de dezembro de 2016 às 11h40min; **Editais dos Programas de Pós-Graduação da UFRB; ***Dados do Sistema SAGRES/UFRB

Exceto o Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) que é um curso semipresencial, em rede nacional, coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática, os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação encaminham à PPGCI os editais para seleção de candidatos aos cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu* e, após análise, os editais são publicados no Jornal A Tarde e no site da UFRB. A PPGCI recebeu, publicou e acompanhou os editais dos Programas de Pós-Graduação para o processo seletivo realizado no meio do ano, de abertura de vagas para ingresso no segundo semestre de 2016 e os editais para o processo seletivo realizado no final do ano de 2016, de abertura de vagas para ingresso no primeiro semestre de 2017.

Relativo à criação e implantação de novos Cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu*, a CEPG buscou incentivar e apoiar os docentes da UFRB na elaboração de novas propostas, porém, em 2016, apenas uma proposta vinculada ao Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL efetivou o APCN na modalidade de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Artes e Memória que ainda encontra-se em análise no âmbito da CAPES.

Em 2016, promovemos reuniões com todos os Centros de Ensino, como também reuniões com os coordenadores dos cursos de Pós-Graduação visando a construção de ações estratégicas de manutenção da qualidade dos Programas e de linhas de desenvolvimento dos mesmos. Além disso, a PPGCI apoiou ações proativas de alguns Programas de Pós-Graduação que trouxeram avaliadores de área de conhecimento da CAPES e avaliador FINEP, no intuito de refinar a qualidade dos cursos oferecidos.

Ao longo de todo exercício 2016, também foi prestado atendimento às solicitações de informações e documentações requeridas pelas agências de fomento. Assim como em exercícios anteriores, buscou-se o aumento no número de bolsas mediante contato com as agências de fomento. Porém

diante do cenário político e econômico nacional desfavorável em 2016, a Pró-reitoria teve que gestar a não ampliação do número de bolsas ofertadas aos alunos dos programas de *stricto sensu*.

Neste exercício foi elaborado e publicado um instrumento com orientações sobre a vinculação de docentes aposentados na categoria de docente permanente aos Programas de Pós-Graduação com o intuito de afinar as disposições da instituição às legislações da CAPES pertinentes ao assunto.

Tendo em vista o edital expedido no ano anterior para incentivo à publicação de artigos científicos em periódicos internacionais, a Pró-reitoria também atualizou suas normas sobre fluxos no que diz respeito à concessão de auxílio para traduções de artigos científicos, visando melhor aproveitar os recursos orçamentários disponíveis e a qualidade das traduções efetuadas.

Tanto discentes quanto docentes dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* foram apoiados para participação em eventos científicos.

Em 2016, o Fórum dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* realizou duas reuniões onde se debateram aperfeiçoamentos aos Programas de Pós-graduação tendo em vista a Avaliação Quadrienal da CAPES 2013-2016 e otimização de recursos visando eficiência e eficácia dos mesmos.

Neste exercício, a CEPG/PPGCI também deu prosseguimento ao Planejamento da Construção do Catálogo dos Programas de Pós-Graduação da UFRB e atendeu integralmente para os semestres 2016.1 e 2016.2 os requisitos da Lei 13168 de 6 de outubro de 2015 no âmbito da Pós-graduação. Além disso, foi confeccionado um folheto impresso de nível informativo dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRB, e já no segundo semestre distribuído internamente e externamente à Universidade, buscando-se maior divulgação e acesso à informação de seu rol de cursos.

Em 2016, por meio de reuniões com os Colegiados dos Programas de Pós-graduação *Stricto sensu* realizou-se mais uma etapa de Diagnóstico Situacional para elaboração do Plano Estratégico de Ensino de Pós-Graduação, em atendimento ao Item X do Art. 37 do Regimento Interno da Reitoria da UFRB.

- **Ações em prol do fortalecimento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu*** - Além dos Cursos de *Stricto sensu*, a UFRB possui três cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* que funcionam nos *Campi* de Cruz das Almas, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus. No Quadro abaixo encontra-se a relação destes cursos, bem como os dados levantados de ano de início e número de alunos matriculados até dezembro de 2016. A PPGCI faz o acompanhamento destes cursos, dá apoio aos Colegiados e auxílio financeiro para a participação em eventos científicos e reuniões de interesse para o curso.

Quadro 12: Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* (especialização) da UFRB em funcionamento no exercício de 2016

Curso	Centro de Ensino	Início	Alunos Matriculados*
Especialização em História da África, da cultura afro-brasileira e africana	CAHL / CFP	2010	210
Especialização em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional	CCAAB	2015	40
Residência em Nutrição Clínica com Ênfase em Pediatria e em Terapia Intensiva	CCS	2011	12
Total			262

Fonte: PPGCI, 2016; *Dados informados pelos respectivos coordenadores dos cursos

Em 2016, a CEPG promoveu a análise de novas propostas para cursos de pós-graduação *Lato sensu* submetidas por cinco Centros de Ensino da UFRB. Até dezembro de 2016 foram submetidas sete propostas de cursos de especialização que encontram-se em diferentes etapas do processo de avaliação, conforme pode ser verificado no Quadro abaixo. A CEPG realizou diversas reuniões nos Centros respectivos e também na PPGCI para orientação e auxílio na elaboração dessas propostas.

Quadro 13: Propostas de cursos *Lato sensu* submetidas à avaliação da CEPG/PPGCI o exercício de 2016

Cursos propostos	Centro de Ensino	Situação da submissão em dezembro de 2016
Cidadania e Ambientes Culturais	CECULT	Proposta apreciada pela CEPG/PPGCI. Encaminhada ao Centro para adequações
Interdisciplinar em Ambiente, Tecnologia e Sustentabilidade	CETENS	Proposta em apreciação na CEPG/PPGCI
Gestão em Saúde – Modalidade EAD	CCS	Proposta submetida e aprovada pela Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UFRB. Curso em etapa de seleção de alunos.
Mineração e Meio Ambiente	CCAAB	Proposta em apreciação na Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UFRB
Educação e Interdisciplinaridades	CFP	Proposta em apreciação na CEPG/PPGCI
Política e Gestão Cultural	CECULT	Proposta em apreciação na CEPG/PPGCI
Ensino de Ciências e Matemática	CFP	Proposta preliminar em apreciação na CEPG/PPGCI

Fonte: PPGCI, 2016

Cabe salientar que a Resolução que apoia as avaliações é a Resolução CONAC 20/2014, que trata do Regulamento Geral para cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* da UFRB. Além da avaliação das novas propostas, os cursos em andamento também estão continuamente sendo acompanhados pela CEPG. Orientações e acompanhamento dos cursos *Lato sensu* incluem orientações sobre as questões legais e regimentais.

- **Elaboração de Propostas de Doutorados Interinstitucionais (DINTER)** - Outra estratégia de aumento do número de doutores da UFRB é a participação em Doutorados Interinstitucionais (DINTER).

O DINTER em Serviço Social iniciou suas atividades em 09 de setembro de 2013 no CAHL. A instituição promotora é a UFRJ e a instituição receptora é a UFRB com a participação da UFBA. Durante os dois primeiros anos (2013 – 2015) foram desenvolvidas diversas atividades acadêmicas e de pesquisa em nível de pós-graduação contando com todo o quadro permanente de professores do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. O curso possui a coordenação pedagógica da Profa. Dra. Rosana Morgado (UFRJ), foi coordenado operacionalmente até setembro de 2015 pela Profa. Dra. Valéria Noronha e desde outubro de 2015 possui como coordenadora institucional a Profa. Sílvia de Oliveira Pereira. Atualmente o referido Dinter conta com seis docentes da UFRB em processo de capacitação e dois professores da UFBA. Dentre os professores da UFRB tem-se cinco docentes do CAHL e um docente do CCAAB. Ao longo do ano de 2016, dois professores que estiveram em estágio doutoral na UFRJ ao longo de um ano reassumiram seus encargos docentes. Ao mesmo tempo, em abril de 2016, três professores-doutorandos tiveram seus afastamentos autorizados por um período de um ano para a realização de seus estágios doutorais na UFRJ.

Em 2016 foi dado continuidade ao Acordo de Cooperação entre a UFRB e a Universidade do Minho/Portugal (UMinho) para realização de Doutorado em Ciências da Educação, através do Instituto de Educação, que permitirá a capacitação de 28 servidores da UFRB (20 docentes e 08 técnicos administrativos). Em 2015 foram concedidos aos doutorandos os períodos de afastamento de nove meses das atividades laborais na UFRB para dedicação exclusiva a pesquisa, conforme

estabelecido nos trâmites legais de 2014. Desta forma, em 2015 os doutorandos dedicaram-se a escrita da tese.

Ao longo de 2016, 13 teses foram entregues à UMinho, 14 doutorandos solicitaram prorrogação e 01 doutorando obteve o direito à suspensão de contagem do prazo por motivos de saúde. As 13 teses entregues, encontram-se neste momento em fase de tramitação interna na UMinho e composição das bancas, para realização das Provas Públicas de Doutorado, previstas para ocorrerem em março de 2017.

O curso possui a coordenação institucional da Profa. Dra. Custódia Alexandra Almeida Martins na UMinho e a coordenação institucional da Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarak Garcia na UFRB, atual Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação, Criação e Inovação.

Programas Especiais de Fortalecimento da Pós-graduação - Atualmente são acompanhados: os programas e as atividades dos pesquisadores visitantes, data de encerramento, documentos exigidos nos editais, novas propostas, possível participação dos mesmos em atividades da UFRB que possa oportunizar amplo aproveitamento da experiência, vivência e conhecimento desses pesquisadores. Em 2015 a UFRB possuiu 6 pesquisadores visitantes e todo acompanhamento das respectivas atividades é realizada pelo NDPE. No ano de 2016, a UFRB possuiu 3 pesquisadores visitantes. As atividades do Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS) José Luís Bezerra foram encerradas em 2016. Todo o trâmite necessário ao encerramento foi realizado, tais como, orientação na escrita do relatório e preenchimento dos formulários, organização dos ofícios e encaminhamento à CAPES. Em 2016 o Prof^o Dr^o Hans Raj desenvolveu suas atividades de renovação da bolsa e o Professor Kabenguele Munanga a pedido do CAHL teve sua bolsa renovada pela CAPES pelo período de mais dois anos (2016-2018).

As proposições de Doutorados Interinstitucionais (DINTER). Em 2015 o NDPE avaliou, assessorou e acompanhou a elaboração da proposta de Dinter em Ciências Agrárias possuindo por área de concentração a fitotecnia. Este projeto teve como objetivo a capacitação de Servidores Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO), em nível de Doutorado Acadêmico em Ciências Agrárias a partir das seguintes linhas de pesquisa: fitomelhoramento e produção vegetal e bioecologia e manejo de artrópodes e microorganismos de importância agrícola. Neste projeto a UFRB é a instituição promotora e o IFBAIANO a instituição receptora do DINTER. A seleção ocorreu no primeiro semestre de 2015 e foram aprovados nove professores do IFBAIANO. Ao longo de 2016 a turma desenvolveu as atividades acadêmicas referentes às disciplinas cursadas nos terceiro e quarto semestres, bem como as pesquisas de seus projetos de doutorado.

2.5.1. Atividade de Pesquisa

As atividades ligadas ao fortalecimento da Pesquisa na UFRB estão diretamente relacionadas às atribuições da Coordenadoria de Pesquisa – CPESQ, que através do seu Núcleo de Iniciação Científica e Núcleo de Assessoramento aos Programas, Projetos e Grupos de Pesquisa, incentiva e acompanha a elaboração e execução de projetos de pesquisa voltados para o fortalecimento da pesquisa, e também gerencia bolsas dos Programas de iniciação científica, tecnológica e de inovação (PIBIC/PIBITI), dentre outras modalidades especiais (PIBIC EM, PIBIC AF - Ações Afirmativas), que são concedidas tanto por agências de fomento como a FAPES e o CPNq, como também custeadas com recursos da própria UFRB. A CPESQ ainda atua acompanhando e certificando os projetos e grupos de pesquisa da Universidade.

- **Gerenciamento de bolsas PIBIC, PIBITI, PIBIC EM e PIBIC AF -**

Os Programas de Iniciação Científica e Tecnológica são divulgados junto à Comunidade da UFRB por meios eletrônicos, visitas aos Centros de Ensino e lançamento de editais. Anualmente são organizados os Comitês de Avaliação do Programa (Interno, Externo e Institucional) e é realizada a discussão do barema junto aos docentes nos Centros de Ensino. São discutidas e criadas estratégias de aperfeiçoamento em todos os Programas de Bolsas do Setor (PIBIC, PIBIC AF, PIBITI, PIBIC Ensino Médio e Programa Jovens Talentos para a Ciência). Os editais são discutidos com a comunidade acadêmica da UFRB antes do lançamento. A cada ano estão sendo melhorados os sistemas online de inscrição nos editais do PIBIC. As normas do Programa de Iniciação Científica da UFRB são discutidas e alteradas, quando necessárias, com base nas normas das principais agências de fomento.

As normas e os editais dos programas de bolsas foram discutidos no fórum dos gestores de pesquisa dos Centros de Ensino da UFRB e foi lançada uma nota técnica (NOTA TÉCNICA Nº 01/2016-CPESQ/PPGCI/UFRB: Criação de Normas do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB).

Todos os anos são lançados os editais de seleção, recebemos as inscrições, realiza a seleção e implanta as bolsas por agência de fomento, após os processos seletivos, organiza os bolsistas por modalidade e promove, quando necessário, as substituições de discentes, atendendo as exigências de documentação individualizada de cada modalidade. Também se emprega a modalidade de alunos voluntários de IC&T, que participa do programa igualmente, com os mesmos direitos e deveres dos discentes bolsistas, excetuando-se o recurso da bolsa. A CPESQ, por meio dos seus Núcleos atende aos docentes e discentes nas dúvidas relacionadas aos Programas, organiza a divulgação dos Editais dos processos seletivos, presta auxílio à Inscrição nos Programas de Bolsas e Relatórios Institucionais das agências de fomento, visita os Centros de Ensino para divulgação do Programa de Iniciação Tecnológica, PIBITI, visita as Escolas Públicas de Ensino Médio para divulgação dos Programas de Bolsas de Ensino Médio e PIBIC Jr como também divulga esses programas em todos os Centros de Ensino.

Em 2016 foram submetidos 248 projetos e 541 planos oriundos de docentes vinculados aos sete Centros de Ensino, oportunizando a experiência da orientação científica e da pesquisa na graduação. As bolsas de iniciação científica e tecnológica foram distribuídas de forma equitativa por Centro de Ensino, com o objetivo de fortalecer todos os Centros da UFRB em seus diversos projetos de pesquisa. As bolsas do PIBITI que apresentam viés de inovação tecnológica também foram distribuídas proporcionalmente às demandas dos Centros de Ensino da UFRB e em 2016, diferente dos anos anteriores, houve demandas partindo de todos os Centros de Ensino, sendo todos contemplados proporcionalmente.

Conforme apresentado no Quadro abaixo, a Coordenadoria de Pesquisa gerencia 260 bolsas, distribuídas da seguinte forma: 66 bolsas de IC/CNPq, 90 bolsas IC/FAPESP, 30 bolsas IC/UFRB, 10 bolsas IC/CNPq - Políticas Afirmativas (AF), 14 bolsas IC/PIBITI/CNPq e 50 bolsas PIBIC/EM.

Tabela 6 Distribuição e Evolução do Número de Bolsas dos Diferentes Programas de Iniciação Científica na UFRB

Modalidade de Bolsa	ANO			
	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017
PIBIC CNPq	71	77	77	66
PIBIC FAPESB	120	150	150	90
PIBIC UFRB	50	43	50 (49 utilizadas)	30
PIBIC AF	13	13	13	10
PIBITI/CNPq	19	20	20	14
PIBITI/FUNTELL	-	2	-	-
PIBITI/UFRB	-	7	1	-
PIBIC EM (CNPq)	60	60 (44 bolsas utilizadas)	60 (58 utilizadas)	50 (48 utilizadas)
Total	333	372	370	260

Fonte: PPGCI

Após o processo de seleção, o comitê institucional do Programa de Iniciação Científica trabalhou no processo de implementação das bolsas das agências de fomento CNPq, FAPESB e da UFRB.

Salienta-se que houve uma redução no número total de bolsas dos diferentes programas de iniciação científica, tecnológica e de inovação da UFRB, reduzindo de 370 em 2015 para 260 em 2016. Desta forma, alguns docentes não foram contemplados com bolsas para os discentes cadastrados para execução das ações propostas nos projetos submetidos, comprometendo a qualidade da pesquisa da UFRB.

Foi criado um acervo digital dos relatórios dos programas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRB (2005 – 2015), o qual está em fase de conclusão e foi organizado o acervo físico dos referidos relatórios, que facilitou o acesso aos documentos em caso de necessidade e organizou melhor espaço físico destinado ao almoxarifado. Essa atividade foi realizada em forma de mutirão, que ocorreu em março de 2016.

Além dos discentes bolsistas houve o cadastramento de 80 discentes IC voluntários, sob orientação de 39 orientadores, além da substituição de alguns bolsistas.

Foi elaborado um folder para a divulgação dos programas de bolsas de iniciação científica e tecnológica da UFRB, o qual está em fase de revisão final para ser impresso e distribuído.

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)** - O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem por finalidade apoiar a política de iniciação científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação inseridos na pesquisa científica.

Junto à Instituição, o PIBIC é um programa que integra os estudantes à pesquisa, permitindo aos mesmos o contato com o professor/pesquisador durante 12 meses, aprendendo métodos científicos no desenvolvimento de projetos de pesquisa, aprendendo técnicas de laboratório e a condução de experimentos de campo, elaboração e aplicação de questionários. Também permite ao aluno a publicação dos resultados adquiridos ao longo deste período em Seminários, Simpósios, Congressos e Periódicos Científicos. A inserção dos bolsistas de iniciação científica na Pós-Graduação, um dos grandes objetivos do Programa, tem sido alcançado de maneira bastante satisfatória.

Os aprendizados adquiridos estão relacionados à Gestão de Pessoas, bolsistas e professores/pesquisadores que participam do Programa, em todas as etapas dos processos seletivos e condução do período de execução das atividades do bolsista (12 meses).

A maior dificuldade do programa diz respeito ao reduzido número de bolsas em relação ao número de professores e alunos da instituição. Atualmente a UFRB conta com mais dois Centros de Ensino (Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas/CECULT e Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade/CETENS) e com isso a demanda será maior para o próximo edital. Esta dificuldade está sempre tentando ser sanada através das ações desta Coordenadoria junto as agencias de fomento para aumento do número de bolsas.

Nesse âmbito geral, o Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia dispõe hoje de 197 bolsas, as quais são custeadas por agências de fomento (CNPq e FAPESB) ou pela própria Universidade e são distribuídas para discentes de graduação dos Centros de Ensino da UFRB, conforme tabela abaixo.

Tabela 7: Distribuição de Bolsas de Iniciação Científica nos Centros de Ensino da UFRB

Centro de Ensino	Projetos Apresentados	Planos apresentados	Projetos Classificados	Nº Bolsas
CAHL	31	75	30	22
CCAAB	101	212	102	85
CCS	31	64	28	25
CECULT	12	23	8	8
CETEC	43	97	35	35
CETENS	9	20	6	6
CFP	21	50	16	16
TOTAL	248	541	200	197

Fonte: PPGCI, 2016

Foram implementadas 66 bolsas IC/CNPq, 10 IC/CNPq-AF, 90 IC/FAPESB e 30 IC/UFRB. Na Tabela abaixo, é possível observar a distribuição de bolsas de Iniciação Científica nos Centros de Ensino distribuídas por Agência de Fomento.

Tabela 8. Distribuição de Bolsas de Iniciação Científica nos Centros de Ensino por Agências de Fomento

CENTRO DE ENSINO	CNPQ	CNPQ AF	FAPESB	UFRB	TOTAL
CAHL	4	4	12	5	25
CCAAB	37	6	37	3	83
CCS	5	0	10	6	21
CECULT	3	0	5	1	9
CETEC	8	0	15	10	33
CETENS	3	0	4	1	8
CFP	6	0	7	4	17
TOTAL	66	10	90	30	196

Fonte: PPGCI, 2016

- **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI)** - O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação, por meio da concessão de bolsas de iniciação tecnológica a estudantes de graduação.

Nesse âmbito, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia dispõe de 14 bolsas, as quais são custeadas pelo CNPq e distribuídas para discentes de graduação dos Centros de Ensino da UFRB. A Tabela abaixo apresenta os quantitativos de projetos apresentados, classificados e o total de bolsas distribuídas em relação às demandas de cada Centro de Ensino.

Tabela 9 - Distribuição de bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação por Centros de Ensino da UFRB

Centro de Ensino	Projetos Apresentados	Projetos Classificados	Nº Bolsas
CAHL	1	1	1
CCAAB	23	20	6
CCS	4	4	1
CECULT	2	1	1
CETEC	15	10	4
CETENS	1	1	0
CFP	1	1	1
TOTAL	47	38	14

Fonte: PPGCI, 2016

- **Programa de bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC EM)** - O Programa PIBIC EM tem como objetivos principais fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, desenvolvendo atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes que estão cursando o ensino médio, permitindo ao estudante manter contato com um projeto científico e aprendendo a executá-lo sob a orientação de um professor com infraestrutura laboratorial para desenvolver as atividades práticas.

No edital de 2016/2017 a UFRB aprovou um total de 50 bolsas na modalidade PIBIC no Ensino Médio, tendo sido implementadas, até o momento, 48 bolsas. A bolsa tem duração de 12 (doze) meses, caso seja implementada a partir do primeiro mês de vigência do processo institucional.

Constituem-se os requisitos do orientador estar vinculado à instituição de Ensino e/ou Pesquisa que participe do PIBIC ou PIBITI; desenvolver pesquisa científica, e ser, preferencialmente, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, o qual deverá participar em processo de seleção realizado em sua instituição de vínculo.

Constituem-se requisitos do discente estar cursando ensino médio em instituições que participem do programa e participar regularmente das atividades do programa. Na tabela abaixo está descrito o quantitativo de bolsas PIBIC no Ensino Médio distribuídas por Centro de Ensino na UFRB. Vale salientar que, nessa modalidade, todas as bolsas demandadas pelos docentes foram concedidas e que também houve uma redução de 60 bolsas em 2015 para 50 bolsas em 2016.

Tabela 10: Número de discentes vinculados ao Programa PIBIC EM apresentados por Centro de Ensino da UFRB

Centro de Ensino	2016
CCAAB	34
CAHL	4
CCS	3
CETEC	7
CFP	-
CETENS	-
CECULT	-
Total	48

Fonte: PPGCI

Organização da IV Reunião de Ciência, Tecnologia e Inovação do Recôncavo da Bahia - IV RECONCITEC - A IV Reunião de Ciência, Tecnologia e Inovação do Recôncavo da Bahia (RECONCITEC) é um evento institucional científico que visa a difusão e o estímulo do debate acerca das atividades científicas, extensionistas, tecnológicas, de internacionalização e permanência qualificada desenvolvidas em âmbito nacional e, especificamente, na região do Recôncavo Baiano. Objetiva, ainda propiciar o intercâmbio da ciência e a aplicabilidade de resultados científicos e tecnológicos e elaborar estratégias para a promoção do desenvolvimento do Recôncavo da Bahia.

A proposta do evento é ampliar a discussão de temas, com vistas à formação de uma massa crítica e transformadora da realidade, enquanto estratégia de discutir a formação acadêmica a partir do princípio educativo que integra o ensino, a extensão, a pesquisa e a permanência. Diante disso, foram incorporados à IV RECONCITEC os eventos: X Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, II Simpósio de Extensão, Seminário de Permanência Estudantil, Seminário de Educação Tutorial e V Feira Acadêmica de Economia Solidária (V FAESOL).

A IV RECONCITEC está fortalecida no âmbito do Recôncavo, e a expectativa de público para esta edição é de 5 a 8 mil pessoas, entre comunidade acadêmica (docentes, técnicos, discentes de graduação e pós-graduação) da UFRB e da comunidade externa, incluindo servidores e discentes de outras Instituições de Ensino, pesquisadores de Institutos, funcionários de empresas público-privadas, representantes dos Colegiados Territoriais (Recôncavo, Vale do Jiquiriçá, Portal do Sertão, Sisal e Baixo Sul), dentre outros.

A IV RECONCITEC, como um evento institucional, está sendo organizada pelas Pró-Reitorias da UFRB. Nesse sentido, a PPGCI está coordenando a comissão científica, secretaria, financeira, infraestrutura e divulgação. Foram realizadas 71 reuniões, objetivando a organização, planejamento e acompanhamento das ações do evento.

Como suporte financeiro, foi solicitado o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, no valor de R\$ 29.000,00, por meio do Edital de Apoio a Eventos (Edital 002/2016), pedido 6962/2016.

A IV RECONCITEC conta com 3.849 inscrições realizadas e 1.225 trabalhos submetidos, sendo 517 para modalidade oral e 708 para modalidade pôster, os quais já foram apreciados por 386 avaliadores, conforme as normas de submissão do evento, disponíveis em webpage e no Sistema de Gerenciamento de Eventos (GERE).

Para composição da programação do evento, foram discutidos e estabelecidos os temas das mesas redondas e conferência de abertura, bem como foram realizados contatos com possíveis palestrantes.

Uma das novidades da IV Edição da RECONCITEC, é o desenvolvimento de um aplicativo para telefone celular, que está sendo idealizado para facilitar a divulgação e operacionalização do evento, inclusive para garantir acessibilidade por meio do uso de LIBRAS.

A IV RECONCITEC foi organizada para ocorrer no período de 30/11 a 02/12/2016, em Cruz das Almas-BA, porém, devido a um cenário de paralisações das atividades acadêmicas e administrativas nas instituições federais de ensino superior, com intensa mobilização de setores da comunidade acadêmica, o referido evento foi adiado para o primeiro semestre de 2017.

- **Produção intelectual do corpo docente da UFRB** - Com relação à produção intelectual dos docentes da UFRB do ano de 2016, não foi possível realizar um completo levantamento de toda produção, em virtude das dificuldades enfrentadas para efetuar a coleta de tais informações sem

ainda contarmos com um sistema que possibilite realizar o levantamento de forma ágil. No intuito de obter tais dados, enviamos solicitação ao CNPQ referente à extração de dados das produções dos docentes que são informadas no sistema da Plataforma Lattes. Contudo, como nosso pedido ainda está sob análise, efetuamos a coleta de dados, buscando obter as informações necessárias através de pesquisas aos currículos dos professores, disponíveis na Plataforma Lattes. As pesquisas precisavam ser feitas uma a uma, acessando currículo por currículo, e dessa forma, considerando, o tempo hábil disponível, apenas foi possível realizar a coleta dos dados referentes aos docentes que também se envolvem em atividades da pós-graduação da UFRB. Outra dificuldade enfrentada é a demora de alguns docentes em atualizar seus currículos. Antes do início do levantamento, foram feitas solicitações aos docentes para que atualizassem seus currículos, mas ainda sim, durante a coleta de dados foi perceptível vários currículos desatualizados. Todos esses fatores acarretam apresentação de dados de produção intelectual abaixo do número real. O Quadro 15 apresenta a coleta de dados da produção intelectual do corpo docente da UFRB, que também está envolvido com a pós-graduação.

Tabela 11: Produção Intelectual do Corpo Docente da Pós-Graduação - UFRB (2016)

Tipo de Produção / Ano	2016
Participação em projetos de Pesquisa	
Participação em projetos financiados	384
Participação em projetos não financiados	350
Subtotal	734
Produção Bibliográfica	
Orientações de Teses	173
Orientações de Dissertações	132
Participação em Bancas de Doutorado	195
Participação em Bancas de Mestrado	154
Apresentações de Trabalhos	76
Artigos publicados em periódicos	316
Artigos publicados em revistas e/ou jornais	25
Capítulos de livro	77
Livros	22
Organização de livros	22
Participação em congressos (Se possível, diferencias se: nacional, regional, local)	171
Prêmios	11
Resumos publicados em anais de congressos	87
Resumos expandidos publicados em anais de congressos	37
Trabalhos completos em anais de congressos	13
Traduções	0
Subtotal	1511
Produção Técnica	
Revisões técnicas de livros e/ou capítulos	0
Curadorias	14
Cursos ministrados	10
Edições de obras	2
Equipamentos pedagógicos e material didático	0
Manuais técnicos	2
Mapas, cartas, levantamentos em geral	1
Maquetes	0
Palestras	0
Pareceres, sentenças judiciais, etc.	7
Patentes	5

Produtos de multimeios	0
Projetos de Extensão	124
Softwares educativos	0
Subtotal	165
Produção Artística	
Composições	0
Documentários	0
Exposições	0
Filme de curta duração	0
Filme de longa duração	0
Participação em concertos	0
Programas de rádio e/ou TV	2
Recitais	0
Regências	0
Subtotal	0
TOTAL GERAL	2

Fonte: Dados extraídos durante o período de 26/12/2016 a 13/01/2017 dos *Currículos Lattes* (CNPq) de docentes vinculados à pós-graduação da UFRB, disponível em: <http://lattes.cnpq.br>

- **Desenvolvimento dos Grupos de Pesquisa** - Atualmente existem 172 grupos de pesquisa vinculados à UFRB registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, devidamente certificados pela UFRB. Houve um aumento no cadastro e certificação de grupos de pesquisa, de 121 (2014) para o total de 172 grupos, conforme indicados na tabela abaixo

Tabela 12: Evolução dos Grupos de Pesquisa da UFRB

ANO	Grupos de Pesquisa
2006	19
2008	32
2010	71
2014	121
2016	172

Fonte: Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, acesso em 07/12/2016.

Diariamente é realizada a revisão dos grupos de pesquisa que ficam aguardando certificação, os quais poderão ser certificados e serem incluídos como grupos certificados pela instituição, caso cumpram as exigências da UFRB e CNPq. Somente os grupos certificados pelo dirigente institucional são considerados para os censos do CNPq.

A grande área de conhecimento que abrange o maior número de grupos de pesquisa no Brasil é Ciências Humanas, o que pode explicar a predominância do CAHL no que se refere ao maior número de líderes de grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e certificados pela UFRB, conforme Quadro abaixo.

Tabela 13: Grupos de Pesquisa cadastrados pelo CNPq e certificados pela UFRB por Centro de Ensino do primeiro líder

CENTROS DE ENSINO	GRUPOS DE PESQUISA
CAHL	42
CCAB	39
CCS	27
CETENS	6

CECULT	12
CETEC	19
CFP	27
TOTAL: 172	

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa, acesso em 07/12/2016.

Na tabela abaixo, que apresenta o número de Grupos de Pesquisa certificados da UFRB por área de Conhecimento, é possível verificar que os Grupos de Pesquisa da UFRB encontram-se distribuídos entre diversas Áreas de Conhecimento, mas concentra números maiores nas Áreas das Ciências Humanas, seguida pelas Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas.

Tabela 14: Gráfico e relação de dados com a distribuição por grandes Áreas de Conhecimento do CNPq dos Grupos de Pesquisa certificados da UFRB

Áreas de Conhecimento	Número de grupos de pesquisa em 2016
Ciências Agrárias	31
Ciências Biológicas	5
Ciências da Saúde	26
Ciênc. Exatas e da Terra	14
Ciências Humanas	48
Ciências Sociais Aplicadas	22
Engenharias	10
Linguística, Letras e Artes	15
Outra (Divulgação Científica)	1
Total	172

Fonte: PPGCI, 2016.

Foi realizado o contato com os líderes dos grupos de pesquisa que estão na situação de “não atualizados”, “em preenchimento” ou inseridos como “casos atípicos”, conforme as normas do CNPq, para que esses fossem incluídos no Censo anual, que ocorreu em 28/10/2016.

São considerados grupos de pesquisa “não atualizados”, aqueles grupos de pesquisa que não são atualizados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq no período igual ou superior a 12 meses.

Os grupos de pesquisa que estão em preenchimento são aqueles em que as informações estão em fase de preenchimento ou atualização, mas o formulário online não foi enviado ao CNPq.

São considerados “casos atípicos” aqueles grupos que estão fora do perfil padrão do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Os casos de atipicidade dos grupos são: Grupos unitários (formação por apenas 1 pesquisador), Grupos sem estudantes, Grupos sem técnicos, Grupos com mais de dez pesquisadores, Grupos com mais de 10 linhas de pesquisa, Grupos onde o líder não é doutor, Grupos sem doutores no conjunto de pesquisadores, Pesquisadores que participam de quatro ou mais grupos, Estudantes que participam de dois ou mais grupos.

O número de docentes, estudantes e técnicos envolvidos nos grupos de pesquisa da UFRB aumentou de 2441 em 2015 para 2569 em 2016, o que demonstra a ampliação da pesquisa na UFRB e a ascensão dos programas de iniciação científica na instituição, que contribuem para inserção dos discentes na pesquisa qualificada.

Tabela 15: Quantidade de Pesquisadores, estudantes, técnicos e colaboradores estrangeiros nos Grupos de Pesquisa da UFRB

Descrição	Quantidade em 2015	Quantidade em 2016
Número de Pesquisadores	831	872
Número de estudantes	1551	1605

Número de técnicos	59	74
Colaboradores Estrangeiros	18	18
Total	2441	2569

Fonte: Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, 16/12/2016.

Houve ainda a participação de 67 instituições parceiras nos grupos de pesquisa, o que fortalece a pesquisa, além do cadastramento de 593 linhas de pesquisa.

- **Bolsistas de produtividade da UFRB** - Com relação ao número de bolsistas produtividades na UFRB (Quadro 19) houve a redução de 12 para 11 bolsistas produtividade, sendo a maioria (n=9) vinculados à área de ciências agrárias. Cabe salientar que existe a necessidade de ampliação do número de bolsas para que possa contemplar um maior número de pesquisadores e incluir pesquisadores vinculados a todos os Centros de Ensino da UFRB.

Tabela 16: Número de Bolsistas Produtividade do CNPq vinculados à UFRB

Tipo de bolsa	Quantidade
Produtividade em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora 1D	1
Produtividade em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora 2	1
Produtividade em pesquisa 1A	1
Produtividade em Pesquisa 1C	2
Produtividade em pesquisa 1D	1
Produtividade em pesquisa 2	5
Total	11

Fonte: Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, acesso em 07/12/2016.

- **Sistema online de Cadastro de Projetos de Pesquisa** - O sistema de registro e certificação dos projetos de pesquisa foi criado com o objetivo de uniformizar em todos os Centros de Ensino os procedimentos relativos aos projetos de pesquisa da UFRB, além de facilitar o intercâmbio de informações e o acompanhamento da pesquisa realizada na Instituição. O sistema de registro e certificação dos projetos de pesquisa foi disponibilizado em 2013. A intenção é que este sistema seja utilizado por todos os Centros de Ensino até que o módulo de projetos de pesquisa do SigAA seja implantado em 2017.

Todo o procedimento para registro dos projetos é feito on-line, por meio do preenchimento do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico da PPGCI. O preenchimento do formulário on-line é um cadastro do projeto de pesquisa, iniciando o processo de registro, conforme norma específica de cada Centro de Ensino (abertura de processo, encaminhamento do projeto para avaliação na Área de Conhecimento, submissão do projeto em reunião do Conselho Diretor). Somente depois da aprovação é que o projeto é considerado registrado.

Até o dia 30/11/2016, segundo informações do Sistema de Projetos, havia 1.250 projetos cadastrados, sendo 732 projetos concluídos. Ainda de acordo com as informações do Sistema de Projetos, para o ano de 2016, foi registrada uma média de 243 projetos distribuídos entre os sete Centros de Ensino, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 17: Projetos de Pesquisa da UFRB registrados em 2016

Centro de Ensino	Projeto Registrados em 2016
CCAAB	105
CETEC	51
CECULT	24

CCS	19
CFP	16
CAHL	15
CETENS	13
Total	243

Fonte: PPGCI - Sistema de Projetos de Pesquisa, 2016.

O cadastro dos projetos no sistema está articulado com o processo de emissão de certificados. A solicitação dos certificados é feita pelo coordenador do projeto, que deve preencher um formulário on-line do relatório final do projeto. Após a aprovação pelo Gestor de Pesquisa, a PPGCI, por intermédio da Coordenadoria de Pesquisa, emite os certificados.

O formulário do relatório final contém algumas informações básicas, cujo objetivo é fornecer subsídios para o acompanhamento da pesquisa pela PPGCI, como fontes de financiamento, equipe envolvida no projeto, publicações técnico-científicas, participação em eventos, aquisição de infraestrutura e parcerias. Estas informações são essenciais para que a PPGCI possa realizar um acompanhamento periódico do desenvolvimento da pesquisa na instituição e servem de base para a construção de indicadores de avaliação.

Ao preencher o formulário, as informações são armazenadas em um banco de dados, que possibilita o acesso a uma planilha (extensão .xls) com todas as informações dos relatórios enviados dos projetos de pesquisa. O banco de dados está disponível para os Gestores de Pesquisa, com as informações dos seus respectivos Centros de Ensino.

Na Figura 06 está elencado o número de projetos de pesquisa cadastrados no Sistema de Projetos de 2010 a 2016. Observou-se que houve uma redução de 296 projetos em 2015 para 243 projetos em 2016, possivelmente pela redução do número de bolsas de iniciação científica e tecnológica e pela redução do número de editais de fomento à pesquisa em 2016.

Tabela 18– Evolução de Projetos de Pesquisa cadastrados na UFRB entre 2010 e 2016

Ano	Número de Projetos Cadastrados
2010	12
2011	198
2012	56
2013	245
2014	200
2015	296
2016	243

Fonte: Sistema de Projetos de Pesquisa, 2016.

No que se refere à distribuição dos projetos de pesquisa por Centro de Ensino observou-se que o CCAAB foi o Centro de Ensino que registrou maior número de projetos (n=105), seguido do CETEC (n=51). Esse fato pode ser decorrente dos programas de pós-graduação estarem em maior número nos Centros de Ensino localizados em Cruz das Almas (Figura 07).

Tabela 19: Evolução de Projetos de Pesquisa cadastrados por centro de Ensino entre 2010 e 2016

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
CCAAB		34	1	152	114	130	105
CETEC		20	13	29	41	58	51
CECULT					3	21	24
CCS		84	30	30	14	27	19
CFP	7	20	3	8	11	11	16

CAHL	5	40	7	26	15	29	15
CETENS			2		2	20	13

Fonte: PPGCI

Em 2016, houve discussões relativas à construção de uma Instrução Normativa referente aos Projetos de Pesquisa no Fórum de Gestores de Pesquisa, sendo elaborada uma minuta, a qual está em fase de ajustes. Este documento servirá como instrumento para orientar os pesquisadores e gestores de pesquisa acerca dos trâmites necessários ao registro dos projetos no sistema. Além disso, pequenos ajustes foram realizados no sistema, com a inclusão e exclusão de dados que possam melhorar o sistema de cadastramento, envio de relatório final, elaboração de planilhas e relatórios de gestão, em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC) da UFRB.

Programa Nacional de Pós Doutorado da CAPES: PNPDI Institucional (2011) e PNPDI/CAPES - Em 2011, a CAPES divulgou a Chamada Nacional do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES - PNPDI 2011 (Concessão Institucional), tendo como um dos objetivos o fortalecimento das atividades de ensino e pesquisa científica e fortalecimento de grupos de pesquisa das Instituições Federais de Ensino Superior. A UFRB participou da Chamada tendo 09 subprojetos aprovados. A duração desses subprojetos inicialmente seria de três anos, mas de acordo com o regulamento da CAPES, obtivemos algumas renovações, sendo que 5 destes subprojetos só foram efetivamente encerrados em 2016. Durante este período, a PPGCI tem auxiliado os coordenadores com relação à chancela das bolsas concedidas pelo Programa, bem como em outros assuntos relacionados ao Programa.

Em 2013, a CAPES emitiu a Portaria nº 86/2013, que estabelece o regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPDI/CAPES) que é um programa de concessão institucional que financia estágios pós-doutorais em Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* recomendados pela CAPES. O número de cotas de bolsas oferecido varia de acordo com critérios definidos pela CAPES, que podem levar em conta o desempenho do PPG na avaliação trienal, as áreas de apoio estratégico, a região em que se situa a IES, entre outros. Os PPGs contemplados são responsáveis pela seleção e acompanhamento dos bolsistas, assim como pela definição de seus objetivos e atividades. De acordo com o Regulamento do PNPDI/CAPES, as bolsas concedidas no âmbito do PNPDI Institucional passariam a migrar para o âmbito do PNPDI/CAPES, conforme fossem ocorrendo os encerramentos dos subprojetos aprovados em 2011.

Em 31/10/2016, recebemos o ofício circular nº 17/2016-CEX/CGSI/DPB/CAPES, que informava a realização da migração final das cotas de bolsas do PNPDI Institucional - 2011. Devido à migração final das bolsas PNPDI institucional para PNPDI/CAPES, conforme previsto Portaria nº86/2013 da CAPES, os Programas de Pós-Graduação informaram, em novembro de 2016, suas respectivas indicações para utilização dessas bolsas, que foram, por sua vez, chanceladas pela PPGCI no Sistema específico da CAPES. Constatando a necessidade de construir normas internas específicas, os coordenadores dos PPG estão elaborando uma minuta para nortear a seleção dos supervisores e bolsistas do programa PNPDI, que entrará em vigor em 2017.

Atualmente, nós contamos com 23 bolsas de estágio pós-doutoral ativas, distribuídas entre os Programas de Pós-Graduação *Strictu sensu* e de nível acadêmico da UFRB, de acordo com critérios estabelecidos pela CAPES.

- **Fórum *multicampi* dos Gestores de Pesquisa dos Centros de Ensino da UFRB** - O Fórum *multicampi* dos Gestores de Pesquisa dos Centros de Ensino da UFRB, que tem como objetivo discutir as questões referentes à pesquisa na Universidade foi implantado em 21/10/2015. Participam do Fórum, a pró-reitora da PPGCI, coordenadora de pesquisa, coordenador de inovação, chefes de núcleos relacionados à pesquisa e inovação, gestores de pesquisa dos sete Centros de Ensino e servidores técnicos. No ano de 2016 foram realizados três encontros, nos quais foram discutidas questões pertinentes à pesquisa na UFRB, conforme Quadro abaixo. Essas reuniões possibilitam a troca de experiências entre os gestores de pesquisa, a padronização de procedimentos, divulgação de informações importantes relativas à PPGCI e a discussão acerca da política de pesquisa na UFRB.

Quadro 14: Reuniões do Fórum de Gestores de Pesquisa da UFRB realizadas em 2016

Local	Data	Pauta
CECULT	19/02/2016	Normas do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica
CETENS	13/04/2016	Normas para os grupos de pesquisa
CCS	19/05/2016	Normas para os projetos de pesquisa

Fonte: PPGCI, 2016.

Além das reuniões do Fórum dos Gestores de Pesquisa, também foi realizado um Curso de Propriedade Intelectual, em parceria com a CINOVA, visando à formação dos gestores de pesquisa e servidores técnicos dos Centros de Ensino da UFRB envolvidos com a pesquisa e inovação. A demanda pelo curso surgiu a partir do Fórum realizado no dia 19/05/2016, acerca das normas para os projetos de pesquisa, e o curso ocorreu no dia 14/09/2016, no auditório da PROGEP.

- **Acompanhamento dos projetos da FINEP** - A UFRB possui alguns laboratórios multiusuários, fruto do esforço da PPGCI e dos pesquisadores que tem submetido diversos projetos por meio das chamadas públicas do órgão de fomento à pesquisa, conforme Quadro 22.

Tabela 20: Relação de Projetos da UFRB apoiados pela FINEP

Dados do edital/projeto	Valor solicitado	Valor liberado
FINEP/CTIIFRA 01/2006 Unidade Central de Suporte à Pesquisa da UFRB	R\$ 1.197.504,24	R\$ 319.462,00
FINEP/Ação Transversal Pró-Infra 01/ 2007 Unidade Central de Suporte à Pesquisa da UFRB.	R\$ 1.198.353,89	R\$ 426.405,00
FINEP CT-INFRA - Novos Campi 03/2007 Implantação de Núcleos Temáticos de Pesquisa	R\$ 1.081.875,45	R\$ 528.783,00
FINEP/CT-INFRA - 01/2008 Implantação de laboratórios Multifuncionais de Biotecnologia como Suporte à Pesquisa e a Pós-Graduação da UFRB.	R\$ 1.737.237,87	R\$ 546.570,00
FINEP/CT-INFRA - Novos Campi 02/2008 Unidade Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas em Saúde.	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.045.703,00
FINEP/CT-INFRA-PROINFRA - 01/2009 Implantação do Núcleo de Microscopia e Microanálises da UFRB.	R\$ 3.792.405,00	R\$ 1.549.728,51
FINEP-INFRA - CAMPI REGIONAIS - 01/2010 Complexo Laboratorial Multiusuário de Tecnologias para a Agricultura.	R\$2.907.338,98	R\$ 1.431.600,00
FINEP/CT-AGRO - INOVAÇÃO EM PESCA E AQUICULTURA - 02/2010 INSA - Implantação do Núcleo de Sanidade Aquícola.	R\$ 1.674.414,28	R\$ 873.532,30
FINEP/CTINFRA – 01/2011 - Complexo Multidisciplinar e Multicampi em Tecnologias de Integração em Meio Ambiente e Agropecuária.	R\$ 2.645.94,00	R\$ 1.345.946,00

MCTI/FINEP/CT-INFRA 01/2013 - Implantação do Complexo Multiusuário e Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Inovação.	R\$ 5.764.469,10	Não fomos contemplados
FINEP/CT-INFRA –PROINFRA – 02/2014 – INFRAUFRB (Infraestrutura no Fortalecimento da Pesquisa em Ciências Agrárias e Engenharia Agrícola.	R\$ 4.815.376,00	A proposta foi submetida novamente em 2016. Não fomos contemplados

Fonte: FINEP e PPGCI, 2016.

Considerando o número de projetos FINEP relacionados com laboratórios e equipamentos multiusuários e a inexistência de uma política de laboratórios multiusuários na UFRB a PPGCI, por meio de uma ação conjunta entre a CINOVA e a CPESQ está elaborando uma instrução normativa que trata dessa temática, a ser discutida com os gestores de pesquisa e membros da câmara de pós-graduação.

Em 2016 a PPGCI apoiou quatro propostas, sendo uma para o edital 02/2014, o qual foi submetido novamente por indicação da FINEP, devido a falhas do sistema de submissão, um para o edital denominado CENTROS MULTIUSUÁRIOS EMERGENTES da 1ª Fase – CENTROS NACIONAIS MULTIUSUÁRIO 02/2016 e duas para a CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT - Ação Transversal – APOIO INSTITUCIONAL - 03/2016, conforme Quadro 23.

Quadro 15: Relação de Projetos submetidos a Editais da FINEP em 2016

Edital	Título	Situação
02/2014	Infraestrutura no Fortalecimento da Pesquisa em Ciências Agrárias e Engenharia Agrícola	Não aprovado
02/2016	Centro Multiusuário de Processamento, Microscopia e Microanálise de Materiais	Não aprovado
03/2016	Produção de Hidrogênio a partir de biomassa sólida e líquida	Não aprovado
03/2016	Unidade de Referência em Diagnóstico, Pesquisa e Inovação	Aguardando resultado

Fonte: PPGCI, 2016

No que se refere ao edital 02/2016 foi encaminhado um email para os diretores dos Centros de Ensino da UFRB, solicitando que convidassem os docentes interessados em fazer parte da proposta institucional para uma reunião, a qual foi realizada no dia 20/04/2016.

A partir das demandas apresentadas foi elaborada uma ordem de serviço (02/2016), para que os integrantes elaborassem uma proposta para o referido edital, a qual foi denominada Centro Multiusuário de Processamento, Microscopia e Microanálise de Materiais.

A submissão de propostas para o edital 03/2016 ocorreu por meio de edital interno (EDITAL INTERNO 01/2016 PPGCI/UFRB) para seleção de propostas para chamada pública MCTI/FINEP/FNDCT - Ação Transversal – apoio institucional - 03/2016 e foram selecionadas quatro propostas, sendo que duas já foram submetidas.

- **Promoção de políticas institucionais de Inovação, Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia** - As atividades ligadas à promoção de políticas institucionais voltadas para a Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia estão relacionadas diretamente às atribuições da Coordenação de Criação e Inovação (CINOVA), setor subordinado à PPGCI. Em sua atuação, a equipe da CINOVA busca fomentar o desenvolvimento tecnológico, a criação, a inovação e o empreendedorismo, além de promover a adequada proteção e manutenção da propriedade intelectual produzida na UFRB. O Quadro abaixo apresenta a lista de produtos tecnológicos protegidos pela CINOVA em 2016.

Quadro 16 – Produtos Tecnológicos protegidos pela CINOVA em 2016

Protocolo	Data	Produto Tecnológico
BR1020160175062	28/07/2016	COMPOSIÇÃO DE FAROFA A BASE DE INGREDIENTES FUNCIONAIS COM ELEVADO TEOR DE FLAVONOIDES E PROCESSO DE OBTENÇÃO
BR1020160178037	01/08/2016	PROCESSO DE OBTENÇÃO DE LEITE FERMENTADO PREBIÓTICO E PRODUTO OBTIDO
BR1020160179670	03/08/2016	BEBIDA A BASE DE ABACAXI ENRIQUECIDA COM FLAVONOIDES
BR1020160179661	03/08/2016	COMPOSIÇÃO DE SOBREMESA A BASE DE INGREDIENTES FUNCIONAIS COM ELEVADO TEOR DE FLAVONOIDES E PROCESSO DE OBTENÇÃO
BR1020160181330	04/08/2016	DISPOSITIVO PARA MEMORAR SENHAS EM CARTÕES COM CHIP
BR1020160191351	18/08/2016	Em sigilo (deposito realizado pela UFBA)
BR1020160239400	14/10/2016	PROCESSO DE OBTENÇÃO DE BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA SIMBIÓTICA A BASE DE SOJA E KEFIR E PRODUTO OBTIDO

Fonte: PPGCI, 2016.

No decorrer do exercício de 2016, a equipe da CINOVA também continuou acompanhando as proteções dos direitos de PI já realizadas, bem como efetuou novos pedidos de proteção.

Visando adequar a Política de Inovação da UFRB à Lei 13.243/2016, em 2016, a CINOVA iniciou uma Revisão da Resolução CONAC 015/2008, visando propor minuta de alteração. Ainda em 2016, a CINOVA também iniciou estudos para criação de estratégias de transferência de tecnologia e para subsidiar a elaboração de um projeto de implantação de uma incubadora de empresas na UFRB.

Para realização das suas atividades, a CINOVA conta com o apoio da FAPESB, através de recursos provenientes do projeto "Fortalecimento do sistema de inovação tecnológica da UFRB". O projeto possibilitou a compra de diversos materiais de consumo, equipamentos, dentre outros subsídios que contribui significativamente para a execução das ações realizadas pela CINOVA. Ainda sim, é possível identificar riscos para realização dessas ações.

Dentre as dificuldades enfrentadas, podemos citar problemas técnicos como falhas na conexão com a Internet, com rede indisponível ou lenta; e também podemos citar problemas decorrentes de alterações do fluxo normal das atividades acadêmicas, que trouxeram a necessidade de promover alterações nas atividades previstas, como adiamentos de eventos. Outra dificuldade enfrentada são os espaços ainda limitados para discutir assuntos relativos à Propriedade intelectual e transferência de Tecnologia. As ações que a CINOVA tem realizado tem conseguido criar novos espaços para discussão, mas ainda se mostra necessária ações de divulgação mais intensas junto à Comunidade Acadêmica.

Como avanços observados, destacam-se o crescimento do número de Pedidos de Patente e de Registro de Programa de Computador, o crescimento de pesquisadores, inclusive do público estudantil, interessados em receber orientações da CINOVA, a melhoria na infra-estrutura da CINOVA, a criação de diversos materiais de divulgação e orientação, o cumprimento das atividades proposta no projeto de fortalecimento do Sistema de Inovação Tecnológica da UFRB e o aperfeiçoamento da equipe da CINOVA.

Como perspectivas para os exercícios futuros, vislumbramos uma a evolução crescente do número de pedido de patentes de titularidade da UFRB, bem como do número de pedidos de registros de programa de computador; mais pedidos por proteção das novas produções da UFRB; a criação de novos espaços e ampliação dos espaços já existentes para divulgar e discutir a política de inovação, propriedade intelectual e transferência tecnológica, o fortalecimento da cultura de inovação com a realização de fóruns, cursos, palestras e reuniões com a comunidade acadêmica e empresarial, maior

divulgação dos materiais produzidos pela CINOVA, aumentando o público alcançado; a formação de novas parcerias e a continuidade das parcerias já existentes, a contínua aproximação da CINOVA junto ao público da graduação e da pós-graduação. Vislumbramos também a implantação da incubadora de empresas na UFRB e implementação de uma política de transferência de tecnologia.

- **Atividades de promoção da cultura em Propriedade Intelectual na UFRB** -A equipe da CINOVA e do NIT realizou diversas atividades no exercício de 2016, com o intuito de promover a cultura em Propriedade Intelectual na UFRB, trazendo esclarecimentos à comunidade acadêmica e capacitação de recursos humanos nas áreas de sua competência. Dentre estas atividades, destacam-se a realização de eventos voltados para a comunidade acadêmica da UFRB, tais como um curso sobre Formação em Propriedade Intelectual na Universidade, e oficinas sobre Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica promovidas dentro da programação do Reencôncavo Saúde, em parceria com o CCS e dentro da programação do Reencôncavo Santo Amaro, em parceria com o CECULT, além de participação no II Encontro de Grupos de Pesquisa e Extensão da UFRB. Em 2016, a CINOVA também promoveu a realização da 2ª edição do Prêmio Inventor UFRB, onde inventores da UFRB são agraciados com a entrega de certificados e troféus, em reconhecimentos às suas produções de patentes. A realização das edições do Prêmio Inventor UFRB tem o objetivo também de servir como estímulo para que pesquisadores da UFRB se tornem também inventores.

Destacam-se também o proferimento de palestras e realização de oficinas, em eventos promovidos por grupos da comunidade acadêmica da UFRB e parceiros externos. Dentro da comunidade acadêmica da UFRB, tivemos a Oficina de Inovação e Empreendedorismo em Saneamento, realizada no IV Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental (IV COBESA); Palestras sobre Informação Tecnológica como estratégia para geração de patentes na Pós-Graduação, proferidas no Seminário para alunos do Mestrado em Ciências Agrárias e do Mestrado em Microbiologia Agrícola da UFRB; aulas da disciplina "Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia" do curso de especialização em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional; e participação na abertura da palestra sobre o novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada no Auditório da PPGCI. A possibilidade de participação nestes eventos se deu, geralmente, por intermédio de convites de grupos da comunidade acadêmica da UFRB, evidenciando o crescente interesse da comunidade por assuntos relacionados à criação de tecnologias inovadoras e propriedade intelectual, sendo este aumento de interesse, possível resultado de ações de divulgação e incentivo realizadas pela CINOVA e pelo NIT em gestões anteriores.

Com relação a atividades realizadas em eventos de parceiros externos, citamos palestra sobre Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, proferida na Semana Global de Empreendedorismo de Feira de Santana e participação no evento de lançamento e divulgação do Edital de Apoio de Desenvolvimento de Idéias (FAPESB e SEBRAE). No intuito de promover a integração da UFRB com setor produtivo, buscando desenvolver parcerias para geração e transferência de tecnologia, a CINOVA também participou, divulgando tecnologias da UFRB em eventos organizados pela SECTI Bahia e pela Rede Baiana de Empreendedorismo, como a SNCTI e encontros de diálogo com empresas e indústrias da Bahia, além de participar em programas de prototipagem do SEBRAETEC e SENAI CIMATEC.

A CINOVA também produziu e distribuiu materiais de divulgação e orientações relacionadas à Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, além de realizar melhorias nos ambientes virtuais da CINOVA, buscando manter os ambientes sempre atualizados, dinâmicos e atrativos.

2.5.2 Atividade de Extensão

As ações de extensão estão nas formas de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e consultoria, publicações e outros produtos acadêmicos, inseridos em áreas temáticas que estão em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura e Arte, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

Considera-se que o desenvolvimento e o fomento à Extensão Universitária são voltados para a promoção de um processo educativo, artístico, cultural e científico promovido pelas universidades para estabelecer uma relação mais direta com outros segmentos da sociedade, dando retorno para a população com ações de ensino, pesquisa, extensão. É um modo de a universidade realizar e participar, em conjunto com outros setores da sociedade, de programas e projetos que promovam a superação das desigualdades sociais e o desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Em conformidade com o Plano de trabalho para 2016, foram realizadas ações orientadas pelos objetivos de divulgar e discutir a importância da integralização da extensão aos cursos de graduação; discutindo os fluxos de registros e de certificação das atividades de extensão nos Centros de Ensino; fortalecendo e ampliando as políticas de extensão na UFRB; acompanhando e incentivando a extensão universitária nos Centros de Ensino; divulgando a Extensão Universitária, colaborando com desenvolvimento institucional, contribuindo com o desenvolvimento territorial e com a estruturação das ações de cultura no âmbito da UFRB.

Neste contexto, em 2016, as ações de coordenação da Extensão Universitária na UFRB, aconteceu da seguinte forma:

- Encontros de Gestores de Extensão e de coordenadores/as de programas e projetos de extensão financiados ou não;
- Orientação para busca de apoios para os programas e projetos de extensão não financiados;
- Acompanhamento aos Programas Institucionais de Extensão Universitária;
- Edição da *Revista Extensão*;
- Manutenção do número de bolsas para o Programa PIBEX;
- Elaboração de projetos/ programas para aumento do número de bolsas para a extensão universitária;
- Promoção dos Processos seletivos dos Programas PIBEX, Edital de Apoio aos Eventos e PROEXT-MEC-SESu;
- Aquisição e distribuição do *Kit Eventos* para os Centros de ensino, a partir do Edital de Apoio a Eventos;
- Acompanhamento e promoção dos fóruns de discussão, nos centros de ensino, do Programa de Curricularização da Extensão;
- Ações do Programa Canto Coral;
- Acompanhamento das ações do Programa Acadêmico de Fortalecimento da Agricultura Familiar com os Projetos Mais Mercado, Mulheres de Fibra e Feira da Agricultura Familiar no Campus de Cruz das Almas;
- Promoção de ações de apoios aos eventos nas modalidades discentes, docentes e servidores técnicos;
- Representação do FORPROEX – Região Nordeste e participação deste espaço a nível estadual, regional e nacional como colaboradora e representação da UFRB na elaboração de propostas e políticas públicas de fomento de extensão universitária;
- Elaboração e colaboração em projetos/ programas de extensão para captação de recursos externos com acompanhamento e apoio em elaboração de propostas para submissão à

editais, como também incentivo à participação em editais para captação de recursos afins às ações e políticas de extensão;

- Participação de ações das comunidades quilombolas da Baixa da Linha e da Vila Guaxinim na integração com os projetos de extensão desenvolvidos sob responsabilidade do CCAAB;
- Participação e, ou organização dos seguintes eventos:
 - III Ciclo de Apresentação de Estudantes Bolsistas de Extensão do PIBEX/PROEXT/UFRB;
 - X Edição do Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social Fórum - 20 de Novembro do CETENS, sob coordenação da PROPAAE;
 - Atividades territoriais (plenárias, câmaras temáticas e construção de Planos Territoriais) dos Colegiados do Recôncavo da Bahia, Portal do Sertão e Vale do Jiquiriçá;
 - Festival da Juventude Portal do Sertão;
 - VIII Feira de Cultura Afrobrasileira do Iguape;
 - - VIII Festa da Ostra;
 - V Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária com participação da Mesa sobre “Metodologias e práticas de ensino e extensão de economia solidária em Universidades do Nordeste”, em Juazeiro do Norte - CE;
 - XIII Taller Internacional de Extensión Universitaria no X Congreso Internacional de Educación Superior, em Havana – Cuba;
 - Oficina de Mobilização e Articulação – Região Nordeste – da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores – CUT;
 - Seminário Internacional de Desenvolvimento Territorial, em Fortaleza - CE;
 - 3º Encontro da Coordenação Nacional dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, em Fortaleza – CE;
 - 39º Encontro Nacional do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em São Bernardo do Campo - SP;
 - 40º Encontro Nacional do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em Ouro Preto – MG;
 - Comissão Organizadora da X Feira do Semiárido da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, em Feira de Santana – BA;
 - Comissão Organizadora do XLVII Encontro Regional Nordeste do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em Barreiras – BA;
 - Facilitação de Oficina de Orientação para submissão de propostas ao Edital de Apoio à Organização de Eventos Científicos e Tecnológicas 02/2016 – FAPESB, em conjunto com a PROPLAN;
 - II Encontro de Grupos de Pesquisa e Extensão da UFRB em conjunto com a PPGCI;
 - Oficinas Territoriais de Elaboração de Projetos de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar – Recôncavo da Bahia, em Cruz das Almas; Vale do Jiquiriçá, em Amargosa; e Portal do Sertão, em Feira de Santana;
 - Comissão Organizadora do Encontro de Mulheres do Estado da Bahia na Feira Baiana da Agricultura Familiar;
 - Participação na Feira da Agricultura Familiar promovido pelo Tecelendo e COAMA, em Amargosa – BA;
 - Promoção de Ciclo de Debates sobre Democracia na UFRB: lançamento de livro com o tema “Mídia e Poder na Democracia Brasileira” com Paulo Henrique Amorim; Emiliano José e Luiz Alberto sobre “Mídia, Política e Estado de Direito”; e Conferência com Moacir Gadotti em parceria com o Observatório DIVERSIFICA sobre “Perspectivas da Educação diante das Ameaças à Democracia”.

Dentre as ações desenvolvidas podemos destacar:

Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX, sendo realizados processos seletivos, através dos quais selecionamos os projetos, os programas e também os discentes que serão bolsistas PIBEX, vinculados aos projetos e programas.

No processo de seleção dos projetos e programas, tivemos 82 propostas inscritas, encaminhadas por docentes de todos os Centros de Ensino da Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB, conforme descrito no Quadro abaixo.

Tabela 21: Número de propostas inscritas encaminhadas por docentes de todos os Centros de Ensino da UFRB para o Edital de seleção de projetos/ programas para o PIBEX - 2016

CENTRO DE ENSINO	Nº PROPOSTAS INSCRITAS
Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL	14
Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS	10
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB	15
Centro de Ciências da Saúde - CCS	12
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC	10
Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT	9
Centro de Formação de Professores - CFP	12
TOTAL	82

Fonte: PROEXT

Após o processo de análise, realizado pelos avaliadores ad hoc, foram selecionadas 70 projetos e programas. As propostas selecionadas foram contempladas com uma bolsa cada, destinadas aos discentes de graduação, mediante processo seletivo dentre os candidatos que demonstraram interesse pelas temáticas dos projetos e programas selecionados. O processo de seleção dos discentes teve um total de 146 inscrições dos diversos Centros de Ensino, conforme apresentado no Quadro abaixo, sendo selecionados 70 bolsistas, cuja vinculação foi até dezembro de 2016.

Tabela 22: Número de inscrições de discentes de graduação de todos os Centros de Ensino da UFRB para o Edital de seleção de bolsistas para o PIBEX - 2016

CENTRO DE ENSINO	Nº DISCENTES INSCRITOS
Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL	30
Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS	13
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB	24
Centro de Ciências da Saúde - CCS	18
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC	15
Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT	15
Centro de Formação de Professores - CFP	31
TOTAL	146

Fonte: PROEXT

Apoio a eventos- foi lançado do edital de evento nº 01/2016 do Fundo de Apoio a Extensão Universitária – FAEU, com o propósito de apoiar a realização de eventos acadêmicos na UFRB, a partir da submissão de propostas oriundas do corpo Docente, Discente e Técnico Administrativo da instituição.

Durante a fase de inscrição foram enviadas 109 propostas para avaliação, sendo selecionados 25 eventos acadêmicos, conforme estabelecido no edital. Mesmo com o incentivo, quatro eventos não foram executados, por conta, principalmente, da ocupação estudantil dos espaços institucionais durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2016.

Tabela 23: Número projetos inscritos, selecionados e executados do Edital de Apoio a Eventos - 2016

Edital FAEU 01/2016	Número de Projetos Inscritos	Número de Projetos Selecionados	Número de Projetos Executados
Docentes	61	11	11
Discentes	35	10	6
Técnicos	13	4	4

Fonte: PROEXT

Ressalta-se também a realização do III Ciclo de Apresentação de Estudantes Bolsistas de Extensão, realizado em 28 de janeiro de 2016, o referido evento, contou com a participação dos bolsistas 2015/2016 do PIBEX e dos bolsistas vinculados aos projetos e programas contemplados pelo Programa de Extensão Universitária MEC/SESu - PROEXT/MEC/SESu, que apresentaram as ações desenvolvidas durante a execução dos projetos e programas.

O Programa Canto Coral da UFRB - foi concebido a partir da experiência com o Projeto Coral, criado em 2007 pela PROEXT. Essa experiência foi reconhecida como importante atividade acadêmica de extensão que instituiu o Coral como instrumento de representação social da Universidade. O Projeto, desde a sua criação, envolveu docentes, discentes e técnicos da universidade, além de ofertar o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) das vagas para participação das comunidades locais, garantindo dessa forma a integração entre estas e a comunidade acadêmica. Com ensaios semanais, apresentações em eventos solenes da UFRB e demais instituições públicas, o Coral também desenvolve atividades em escolas públicas e em instituições de inclusão social. Para divulgação e formação continuada do Coro, o Programa Canto Coral prevê participação do Coro em intercâmbios e festivais de corais, em nível regional. A Regência do Programa, até abril de 2017, foi realizada por Empresas selecionadas por Pregão Público.

A experiência com este projeto evidenciou forte receptividade regional a essa modalidade de canto, incentivando a UFRB a dedicar maior investimento, e a Proext a buscar um servidor efetivo na área de Regência, que viabilizasse o programa institucionalmente.

Em 2016 a PROEXT recebe um Regente, servidor técnico, que passa a assumir a Direção Artística e Regência do Programa e do Coro, a princípio sem uma equipe de músicos, contando com o apoio de alguns coralistas.

Ressalta-se também a manutenção do Programa, através de algumas ações e criando projetos mais amplos, a saber:

- Projeto Coral da UFRB;
- Projeto Canto de Roda – Coral Infantil Musicalização Infantil em Escola Pública;
- Formação continuada com estudos de teoria musical, leitura de partitura e oficinas técnicas de qualificação de voz;
- Luau do Coral, atividade mensal no *campus* de Cruz das Almas, para exercício do canto solo e encontro com artistas e comunidades;
- Pesquisa sobre a produção musical do recôncavo e criação de banco de partituras – atividade pensada para médio prazo;
- Ação social bimensal no Abrigo Lar dos Idosos em Cruz das Almas.

Criação do Projeto Canto de Roda – Coral Infantil - A partir da experiência anterior, de 2014, com a formação de coro infantil em escola pública, ação pontual do Programa Canto Coral que foi interrompida em 2015 devido a falta de recursos financeiros, a Coordenadoria de Cultura em

avaliação com o Núcleo de Formação e o Regente Alípio Martins, decidiram elaborar um projeto de musicalização infantil em escola pública. O Projeto foi escrito e submetido a edital da SECULT/BA, não sendo aprovado.

Mesmo com a falta de recursos para bolsas que selecionem músicos instrumentistas, e para compra de instrumentos musicais, o projeto foi iniciado em parceria com a Escola Municipal Joaquim Medeiros, em Cruz das Almas, do Ensino Fundamental séries iniciais.

Com uma hora e meia de musicalização semanal, o projeto realizou 6 horas de planejamento e elaboração da proposta e 48 (quarenta e oito) horas aula de abril a dezembro de 2016. A atividade atendeu 60 (sessenta) crianças do 3º e 4º ano matutino, maioria das comunidades quilombolas da Vila Guaxinim e da Baixa da Linha. A parceria com a escola fluiu muito bem, com participação intensa do Maestro e dos coralistas nas ações do Projeto que, além de aulas semanais, realizou também atividades culturais como roda de capoeira e atividades ecológicas, como oficina de produção de instrumentos didáticos com sucata, e semana do meio ambiente com abraço a árvore da escola e caminhada ecológica às nascentes do Campus de Cruz das Almas, com apoio do Núcleo de Meio Ambiente da Sipef/UFRB;

O Projeto é um sucesso, oportunizando formação musical, estética, sensibilidade e aprendizagem técnica musical e sociocultural às crianças e toda comunidade escolar. Houve grande envolvimento dos docentes e integração de outras turmas nas atividades ambientais, conduzidas pela música.

A escola já entrou em contato com a Coordenadoria de Cultura para manutenção do projeto em 2017, convidando o Maestro e a equipe pedagógica da Coordenadoria a participarem da Semana Pedagógica da Escola. Como contrapartida, a escola assumiu: sala específica para o projeto, com cadeiras, quadro, microsystem, lanche nas atividades externas ou festivas, apoio da Direção e dos docentes, alguns instrumentos musicais da escola.

O Projeto contou com o apoio voluntário de coralistas e equipe Proext.

Desafios do Programa: Necessidade de aquisição de bolsas de extensão para seleção de músicos instrumentistas e apoio na produção das ações; e aquisição de sala acústica apropriada para os trabalhos com música.

Ilustração 4: Aula de Musicalização na Escola Joaquim Medeiros – Cruz das Almas – BA – 2016.



Fonte: Proext

Registros das atividades acadêmicas - No período de janeiro a dezembro de 2016, foram realizadas de 531 solicitações de registro de atividades. Neste mesmo período 333 atividades foram certificadas através do Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos da PROEXT, ressaltando este ponto, obtivemos êxito na relação solicitações/emissões, com celeridade no período relacionado e diminuição de pendências, visto que os solicitantes estão mais interados de como funciona o SGCE.

No intuito de realizar os objetivos definidos foram adotadas as seguintes ações:

- Continuação do registro em planilha consolidada as ações de extensão da UFRB;
- Disponibilizar instruções e formulários para certificação *on line*;
- Continuar informando aos solicitantes sobre o novo formato de certificação;
- Utilizar o Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos da PROEXT;
- Fornecer para a Coordenadoria de Programas de Extensão e demais setores solicitantes da UFRB, dados referentes ao registro e certificação das ações de extensão.
- Buscar viabilidade para utilização de um sistema integrado de registros;
- Confeccionar, expedir e acompanhar as prestações de serviços;
- Disponibilizar dados da extensão para atualizar o sitio da PROEXT e outras atividades dentro da UFRB;
- Elaborar plano de trabalho do NUGEDOC.

Segue o número de docentes, discentes e servidores técnicos administrativos que executaram ações de extensão em 2016.

Tabela 24: Participação da comunidade Acadêmica nas atividades de extensão

INDICADORES	QUANTIDADE
Nº de docentes que executam ações de extensão	400
Nº de discentes que executam ações de extensão	1071
Nº de servidores técnicos administrativos que executam ações de extensão	121
Nº de bolsas de extensão para discentes de graduação	101

Fonte: PROEXT

Na Tabela abaixo é apresentado o número de atividades de extensão universitária das unidades da UFRB que foram registradas em 2016 por tipologia.

Tabela 25: Numero de atividades de extensão universitária por tipo a partir da unidade executora da UFRB em 2016

Tipo/ Unidade	Curso	Evento	Programa	Projeto	Prestação de Serviço e Consultoria	Publicação	Total
CAHL	14	72	2	23	1	3	115
CCAAB	12	60	3	25	2	-	102
CCS	11	69	1	13	-	1	95
CECULT	29	35	1	9	-	-	74
CETEC	11	14	8	17	-	-	50
CETENS	1	9	-	10	-	-	20
CFP	3	27	1	6	-	-	37
PROEXT	3	5	-	4	-	2	14
PPGCI	2	3	-	-	-	-	5
PROPAAE	-	1	-	-	-	-	1
PROGRAD	-	-	1	-	-	-	1
SEAD	-	-	1	-	-	-	1
SUPAI	10	-	-	1	-	-	11
SIPEF	2	-	-	-	-	-	2
Reitoria	-	1	-	-	-	-	1
TOTAL	98	296	18	108	3	6	529

FONTE: PROEXT

Indicadores de extensão - No período entre 2013 a 2015 houve redução das ações de extensão na ordem de 11,8%, tendência mudada no período entre 2015 e 2016, com ampliação na ordem de 64% e de 45% para o período de 2013 a 2016.

Tabela 26: Ações de Extensão Universitária na UFRB - 2013, 2014, 2015 e 2016

TIPOS DE ATIVIDADES	2013	2014	2015	2016
Programas	8	14	17	18
Projetos	108	100	65	108
Cursos	43	37	53	98
Eventos	201	188	181	296
Publicações	2	2	3	6
Prestação de serviços/ Consultorias	4	2	4	3
Total	366	343	323	529

Fonte: PROEXT (2016)

Os números em 2015 sofreram uma redução devido a forma como foram analisados os indicadores em relação aos anos anteriores. As informações fornecidas no preenchimento do formulário de registro não atendem às orientações do núcleo responsável. Além disso, os envolvidos costumam participar de diversas ações de extensão no decorrer do ano, e como não temos um sistema específico para os registros, os nomes se duplicam. A partir destas considerações, buscamos filtrar a participação dos envolvidos chegando aos números que estamos divulgando, como também revisar e rediscutir a forma de aquisição destes dados.

Tabela 27: Segmentos envolvidos com as Ações de Extensão Universitária da UFRB - 2013, 2014, 2015 e 2016

	2013	2014	2015*	2016
Docentes	497	527	92	400
Discentes	4389	2357	1442	1071
Técnicos	184	117	49	121
Público Externo	105.022	76.910	83.469	129.096

Fonte: PROEXT

Apesar das considerações indicadas no parágrafo acima, houve incremento nas atividades de extensão nos Centros de Ensino, excetuando no CETENS.

Tabela 28: Evolução do número de atividades registradas nos Centros de Ensino 2015 e 2016

CENTROS DE ENSINO	2015	2016	INCREMENTO EM %
	Nº ATIVIDADES REGISTRADAS	Nº ATIVIDADES REGISTRADAS	
CETEC	15	50	233%
CCAAB	77	102	33%
CAHL	61	115	88%
CFP	21	37	76%
CECULT	18	74	410%
CETENS	31	20	-37%
CCS	38	95	150%
Total	261	493	89%

Fonte: PROEXT

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões considerando aspectos como prazos, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes.

Tradicionalmente o planejamento estratégico das IES tem se traduzido no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI. O planejamento estratégico da UFRB está expresso nesse importante documento que se exprime em objetivos estratégicos e linhas de ação. O atual PDI da instituição compreende o período de 2015-2019 o qual é fruto de construção coletiva de diversos atores da comunidade acadêmica.

O PDI 2015-2019 da UFRB buscou adequar-se aos objetivos traçados nos Programas Temáticos 2080 educação de qualidade para todos, do 2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da educação e das diretrizes do Plano Nacional de Educação PNE 2011-2020 que lançou desafios de expandir a oferta de vagas na educação superior, garantir qualidade, promover inclusão social e desenvolvimento econômico.

Construído de forma participativa por membros dos três segmentos da comunidade acadêmica o PDI 2015-2019 da UFRB estrutura-se em oito objetivos estratégicos que se desdobram em diversas metas que convergem para o alcance de sua função social.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Para o alcance da missão institucional a UFRB se compromete com o esforço de identificar as potencialidades regionais e apoiar o planejamento para fortalecimento das mesmas a partir de referências que promovam a cultura e o bioma local, bem como a qualidade de vida do povo do recôncavo, para isso organiza sua ação em oito grandes objetivos estratégicos que se desdobram em diferentes linhas de ação.

Os objetivos estratégicos são:

- ✓ Ampliar a oferta de vagas nos cursos da UFRB
- ✓ Consolidar e expandir a pesquisa e a pós-graduação
- ✓ Ampliar as ações de permanência para discentes da UFRB
- ✓ Fortalecer a relação inter-institucional e o vínculo com a comunidade do Recôncavo
- ✓ Dotar a instituição de um quadro de pessoal com a quantidade, capacitação e qualificação adequada para otimizar o desenvolvimento da instituição
- ✓ Fomentar as relações inter-institucionais para fortalecer o ensino, pesquisa e extensão
- ✓ Fortalecer a imagem da UFRB como instituição inclusiva e de excelência acadêmica e administrativa
- ✓ Ampliar e melhorar a infraestrutura física e administrativa da Instituição

Os objetivos contidos no PDI UFRB contemplam a expansão da oferta vagas, consolidação da pesquisa como vetor de desenvolvimento, ampliação do vínculo com a comunidade local, democratização do acesso e permanência dos discentes, qualificação do quadro de pessoal e melhorias na infraestrutura.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A construção do planejamento estratégico da UFRB dar-se de forma participativa com contribuições de todos os segmentos da universidade, com criação de grupos de trabalho que se debruçam sobre as diversas questões que permeiam o macro e micro ambiente institucional e que por fim construam uma proposta de referência para o futuro da UFRB.

O produto final da fase de discussões é a apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que norteia as ações universitárias, expressando as metas a serem alcançadas em suas mais diferentes áreas de atuação e reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico do Recôncavo e demais áreas sobre sua influencia.

Esforços têm sido empreendidos pela Pró-Reitoria de planejamento para a construção de um plano de gestão do reitorado que compreenda todas as unidades ligadas a administração central e plano de gestão dos centros de ensino. Esses planos devem ser alinhados com o PDI, construído com objetivo de alcançar os marcos norteadores ali definidos.

Um elemento que subsidiaria a consecução dos planos de gestão são os indicadores institucionais, pois estes demonstram diferentes aspectos da atual situação da UFRB o que possibilitaria ações mais assertivas.

Esses planos teriam seus objetivos e metas cadastrados na ferramenta tecnológica Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos - SIGPP que possibilitaria uma maior articulação entre as diferentes áreas da instituição e um acompanhamento contínuo da realização das ações planejadas.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento da UFRB busca atender os objetivos do Programa Temático 2080- Educação de qualidade para todos e do 2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da educação além das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação e estas alinhadas a sua missão. Os planos orçamentários estabelecidos no exercício são exemplo de instrumentos que visam atender os objetivos definidos no PDI, de modo que a execução financeira concorra para o alcance do planejado.

Para isso os planos e metas traçados levam em consideração todos esses elementos, vinculando a ação da unidade aos macros direcionamentos sem afastar-se, contudo dos aspectos inerentes ao seu ambiente de atuação.

3.1.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

A instituição firmou termos de descentralização de recursos

3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

A forma de monitorar a execução dos planos é naturalmente observar o desenvolvimento das atividades projetadas em um cronograma e verificar o seu cumprimento ou não, atualmente as unidades da administração central tiveram suas metas monitoradas pelo Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos – SIGPP.

O SIGPP é uma importante ferramenta tecnológica que possibilita o cadastramento das metas e seus respectivos responsáveis pela execução, fornecendo relatórios que verificam o cumprimento de cronogramas das atividades e o percentual de alcance de metas estabelecidas o que favorece a proposição de ações corretivas.

Outro instrumento que tradicionalmente fornece elementos de análise do resultado da execução dos planos são os relatórios setoriais e também as indicações produzidas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, através do relatório de autoavaliação institucional

Os resultados da autoavaliação e dos relatórios setoriais fornecem à instituição informações necessárias à tomada de decisão, permitindo-a corrigir desvios, implementar soluções e ações corretivas e interpretar cenários que requeiram intervenções, auxiliando na melhoria da gestão.

Além desses podemos considerar os indicadores institucionais como instrumento importante de acompanhamento, pois os mesmos possibilitam medições, comparações e prognósticos sobre a situação real de alcance dos planos.

Os instrumentos de monitoramento dos planos deveriam ser mais dinâmicos e ter a capacidade de identificar aspectos que afetam a execução das metas e ao mesmo tempo oferecer subsídios para a implementação de ações corretivas, sendo, portanto proativo e composto de análises que permita identificar mudanças ambientais em curso.

3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Não se aplica

3.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 17 :- AÇÃO 20GK: Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20GK		Tipo: Atividade			
Título	Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pósgraduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.513.465,00	2.251.911,00	1.810.145,36	1.680.846,00	1.680.492,09	354,00	129.299,27
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa apoiada		Unidade	9		8	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
667.217,22	478.814,74	135.196,29	Iniciativa apoiada	Unidade	0	

Fonte: PROPLAN -

Foram realizadas 8 iniciativas apoiadas das 9 previstas para ação 20GK no exercício de 2016. A Ação dispôs de uma dotação final de R\$ 2.251.911,00 em três planos orçamentários. A execução financeira correspondeu a 80% do valor autorizado com R\$ 1.810.145,36 empenhados.

Dentre os fatores intervenientes que prejudicaram a execução desta ação está a ocupação dos estudantes no prédio da Reitoria e Pavilhão de aulas, causando assim, a suspensão das aulas e conseqüentemente o esvaziamento dos campi, comprometendo a participação da comunidade acadêmica que era o público alvo da maioria dos eventos apoiados como por exemplo o Fórum 20 de novembro que não foi realizado em 2016.

No exercício de 2016 esta ação apresenta 03 planos orçamentários:

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0000 – Fomento as Ações de Graduação, Pós de Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. A meta física, foi realizada com êxito, com 8 iniciativas apoiadas.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 – Viver sem limite educação bilíngüe. Foram ofertadas 30 vagas. Já a meta financeira não foi realizada neste exercício.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0004 – Mais Médicos. Para o plano orçamentário 0004 a meta física foi realizada com 2 iniciativas apoiadas.

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Processados – R\$ 354,00 (despesas relativas a outros serviços de terceiros – pessoa física)

Restos a Pagar Não Processados – R\$ 129.299,27 (passagens e despesas com locomoção, locação de mão de obra, outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, material de consumo e equipamentos e material permanente).

Assim as razões para a permanência em Restos a Pagar não processados são as seguintes:

O registro de valores em Restos a Pagar, em sua maioria significativa, refere-se às Despesas Correntes no elemento - Outras Despesas Correntes – material de consumo e equipamentos e material permanente. Os recursos financeiros para execução de algumas despesas ocorreram apenas no final do exercício, e a impossibilidade dos fornecedores executarem os serviços dentro do período eletivo, que só será realizado no ano seguinte, o que acaba incorrendo a sua inscrição em restos a pagar.

Quadro 18: AÇÃO 20RK: Funcionamento das Universidades Federais

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20RK		Tipo: Atividade			
Título	20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pósgraduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.314.693,00	40.208.128,00	37.826.758,94	28.414.870,20	27.884.668,29	530.201,91	9.411.888,74
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	11426	0	8.263	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.300.807,25	1.283.740,00	526.015,56	Estudante Matriculado	Unidade	0	

Fonte: PROPLAN -

A UPC obteve 73% de êxito da meta física prevista com 8.263 estudantes matriculados no exercício de 2016. Em relação a meta financeira, a UFRB executou 95% com R\$ 37.826.758,94 empenhados dos R\$ 40.208.128,00 autorizados.

A instituição possui um passivo no calendário acadêmico em virtude das paralisações ocorridas desde 2015, e intensificada no ano de 2016 com os movimentos de ocupação estudantil e paralisação dos servidores técnicos dificultando o alcance da meta física e a normalidade dos processos seletivos. Ressalta-se que os dados apresentados da meta física referem-se ao segundo período letivo de 2015 e primeiro período letivo de 2016.

Os dados foram apurados a partir do levantamento de dados do Sistema Sagres Acadêmico nos meses de janeiro á dezembro/2016.

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Processados – R\$ 530.201,91 (contribuições; diárias - pessoal civil; locação de mão-de-obra; outros serviços de terceiros – pessoa física e jurídica.

Restos a Pagar Não Processados – R\$ 9.411.888,74 (despesas relativa a material de consumo, outros serviços de terceiros – pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente, locação de mão de obra e obrigações tributárias e contributivas)

Quadro 19: AÇÃO 4002: Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação			
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial		
Código	4002	Tipo: Atividade	
Título	4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior		
Iniciativa			
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pósgraduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.		
Programa	Educação de qualidade para todos	Código: 2080	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia		
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC	<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras
Lei Orçamentária do exercício			

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.379.515,00	8.296.315,00	7.733.733,74	7.168.488,18	7.168.488,18		565.245,56
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício Concedido		Unidade	2.674	0	2.689	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
128.413,78	109.491,46		Benefício Concedido	Unidade	0	

Fonte: PROPLAN -

Obteve-se 100% de execução da meta física para a ação 4002 em 2016. Foram beneficiados 2.689 alunos, pouco acima dos 2.674 de meta prevista. O atendimento da meta reflete impactos positivos para instituição e para consecução dos objetivos de médio e longo prazo das políticas públicas no Brasil.

As políticas afirmativas tem como finalidade executar ações para aprovisionar as condições de permanência no ensino superior, de estudantes oriundos de classes populares a fim de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e raciais na região, reduzir a evasão e o fracasso escolar, possibilitando a conclusão de curso superior que tem como principais conseqüências, mobilidade social e desenvolvimento regional. A meta financeira foi realizada em 93%. Foram R\$ 7.733.733,14 de despesa executada face a R\$ 8.379.515,00 de recursos autorizados.

Em 2016, os cursos foram interrompidos devido a ocupação dos espaços da UFRB pelos estudantes e greve dos servidores técnico-administrativos o que dificultou a execução da ação.

No exercício de 2016 esta ação apresentou 02 planos orçamentários:

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0000 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior. A meta física prevista é de 2.674 estudantes assistidos. Esta ação obteve 100% de êxito no cumprimento da meta física prevista, tendo em vista que foram beneficiados 2.6809 estudantes.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 – Viver sem limite – PROGRAMA INCLUIR. Para o plano orçamentário 0001 a meta física prevista é de 04 projetos apoiados onde foram executados 3 projetos apoiados.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0003 – Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil. Para o plano orçamentário 0003 a meta física prevista é de 2151 bolsas concedidas onde foram executados 2082.

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Não Processados – R\$ 565.245,56 (material de consumo, bolsas de auxílio ao estudante e equipamentos e material permanente).

Quadro 20: AÇÃO 8282: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	8282		Tipo: Atividade			
Título	8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pósgraduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.326.570,00	17.731.803,00	9.272.009,67	5.381.878,62	5.381.678,62		3.890.132,05
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
		Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto Viabilizado	Unidade	1	2	2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
13.683.669,00	1.523.839,11	977.553,70	Projeto Viabilizado	Unidade	5

Fonte: PROPLAN

Em 2016 a ação cumpriu a meta física prevista obtendo 100% de êxito. A meta financeira obteve 52% de cumprimento. Foram R\$ 9.272.009,67 empenhados face R\$ 17.731.803,00 autorizados.

No decorrer do exercício ocorreu a ocupação dos estudantes aos prédios administrativos e pavilhões de aula juntamente com a greve dos Servidores Técnico-Administrativos da Educação (TAE) o que dificultou a realização financeira da ação.

Esta ação no exercício de 2016 apresenta (02) dois planos orçamentários e (01) emenda à LOA/2016.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 – MAIS MÉDICOS. Para o plano orçamentário 0001 a meta física prevista de 1 projetos apoiados foi executada com pleno êxito. O recurso utilizado foi para viabilizar maior oferta de espaço físico no Centro de Ciências da Saúde trazendo uma grande melhoria nas atividades de ensino, pesquisa e extensão além de melhores condições de trabalho para todos os servidores.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0000 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior. A Meta física foi alcançada com êxito no tocante a ação. Sendo aplicados a maior parte dos seus recursos na área de Infraestrutura e equipamentos. Uma grande parte dos recursos já foi executada para viabilizar o projeto, conforme a seguir:

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Não Processados – R\$ 3.890.132,05 (Material de consumo; equipamentos e material permanente; obras e outros serviços de pessoa jurídica).

3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Dentre os principais fatores intervenientes no desempenho orçamentário da instituição destacamos a incerteza do percentual de liberação do limite de empenho e financeiro o que dificulta uma definição previa dos recursos que serão destinados para cada unidade e conseqüentemente as unidades não conseguem se planejar na execução.

Outro ponto que podemos definir como elemento interveniente no desempenho orçamentário é a falta de conhecimento por parte de alguns demandantes das especificidades do processo de execução orçamentária o que provoca gargalos que culminam em atrasos no processo de compras por exemplo.

3.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício não houve obrigação assumidas sem o respectivo crédito autorizado na Lei Orçamentária Anual, Entretanto existe registros contábeis classificados como Despesas de Exercício Anteriores(DEA), conforme previsto no art. 37 da Lei nº 4.320/1964. Contudo há de se observar que o contingenciamento (autorização para realização de empenho) tem gerado sérios impactos desde 2014. Ressalta-se entretanto que existia previsão orçamentária para as referidas despesas conforme créditos orçamentário previsto na Lei Orçamentária anual(2016), mas por questões de fluxo dos processos não foi possível a realização do empenho em tempo hábil.

No tocante ao orçamento efetivo de 2016, ressaltamos que dado a agravação do cenário político e econômico nacional, com a sanção da LOA pela presidenta da Republica em 14 de Janeiro de 2016 não foi possível estabelecer de forma precisa o rito de execução. Destacamos aqui a edição do Decreto nº 8.670 – Dispõe sobre execução orçamentária até a publicação da LOA/2016 - Tal decreto foi a ratificação de que teríamos serias dificuldade no exercício. Neste normativo foi definido como limite de empenho de despesas de custeio obrigatório, de contingenciamento de 20% de custeio e 60% de investimento.

Ressaltamos que para corrigir a defasagem orçamentária e financeira gerada pela não liberação dos limites orçamentários, foram definidos baseamentos duas frentes de ações. a primeira com a construção de um plano emergencial de execução orçamentária e financeira, na qual foi definido as prioridades para realização dos empenhos e a segunda a adoção de política interna de redução de despesa. Para o primeiro ponto, foi apresentado uma proposta cujo objetivo é estruturar o fluxo orçamentário e financeiro no exercício, empenhando os contratos continuados referentes ao exercício e o atendimento das demandas reprimida do exercício. Para tanto foram categorizadas as despesas orçamentárias com vista a definir as prioridades no processo de execução. Nesta etapa foram consideradas as despesas derivadas de contratos e/ou de fluxo contínuo (Unidades Básicas de Custeio), tais como: serviços terceirizados, serviços públicos, aluguel e outras despesas emergenciais. Na definição dos critérios para execução foram priorizadas as despesas cujo impacto refletiria diretamente na atividade acadêmica, na atividade administrativa, na economia local e as por fim as com maior flexibilidade contratual. Quanto ao segundo ponto, foram desenvolvidas ações administrativas tais como:

- Redução de despesas administrativas:
 - Diárias e Passagens,
 - Material de Consumo
 - Ações da Reitoria e Pró Reitorias.
- Redução de despesas correntes (Energia, água, Correios, Combustível, telefonia etc.) – Conversão de Capital em custeio.
- Redução de mão de obra terceirizada.

3.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 29: Restos a Pagar Inscritos

Restos a Pagar Processado e Restos a Pagar não Processado Liquidados					
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016	
2009	633,08			633,08	
2010	892,78			892,78	
2011	44.361,17			44.361,17	
2012	93.255,22	57.018,00		36.237,22	
2013	1.215.793,36	586.425,53	253.300,00	376.067,83	
2014	1.186.691,15	1.123.234,26		63.456,89	
2015	5.252.093,21	5.234.412,68		17.680,53	
Restos a Pagar Não processado					
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2009	1.176.096,47			1.176.096,47	0,00
2010	1.061.021,12	1.752,80	1.740,32	169.246,23	890.034,57
2011	1.797.775,09			1.649.288,21	148.486,88
2012	3.281.763,41			408.818,67	2.872.944,74
2013	9.328.275,18	315.764,09	315.764,09	1.410.055,46	7.602.455,63
2014	1.522.160,91	182.475,48	182.475,48	572.111,18	767.574,25
2015	5.657.757,59	3.507.308,89	3.506.548,37	195.857,14	1.955.352,08

Fonte: Proplan

Análise Crítica

Na análise abaixo demonstra a situação dos restos a pagar de exercício entre 2009 a 2015. Os Restos a Pagar Processados foram inscritos um montante de R\$ 5.252.093,21 alusivo aos valores da despesa empenhada, liquidada e não paga até o final do exercício financeiro dos empenhos emitidos no ano de 2016. Já os Restos a Pagar não Processados foram inscritos um montante de R\$ 5.657.757,59 referente aos valores da despesa empenhada, não liquidadas e não paga até o final do exercício financeiro dos empenhos emitidos no ano de 2016.

Os RP processados são em maior número referentes aos contratos de serviços terceirizados cujo serviço já foi prestado, mas o pagamento ainda está em trâmite. Já os RP não processados e empenhos de obras, equipamentos e/ou projetos em execução com os recursos descentralizados recebidos dos ministérios e demais órgãos. A liquidação da despesa é realizada como previsto na legislação.

Quanto a gestão financeira, não houve impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por fonte, cabendo a cada financiador a remessa tempestiva dos recursos e só em casos excepcionais é que são realizadas a conversão de fontes, afim de saldar os débitos eventuais. Ressaltamos o esforço da gestão financeira desta Instituição no sentido de realizar a execução dos Restos a Pagar, o que se evidencia pelos pagamentos dos processados e não processados e pelo cancelamento dos Restos a Pagar Processados e não Processados, com intuito de resguardar o interesse da Administração Pública.

Na UFRB a inscrição de Restos a Pagar Não Processados se baseia na análise prévia, realizada por servidor indicado pelos Ordenadores de Despesa, dos empenhos passíveis de serem inscritos e posterior solicitação de sua inscrição. Durante o exercício financeiro os valores de Restos a Pagar pendentes de liquidação e/ou pagamento são encaminhados para pagamento, caso haja condição para isso, ou justificativa para o seu cancelamento.

3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Está UPC em virtude de sua natureza jurídica e da sua finalidade institucional, durante o exercício apresenta em seu Balanço Orçamentário, apenas as Receitas Correntes.

As suas receitas vinculadas, conforme Balanço Financeiro são mais expressivas, as vinculadas à taxas de inscrição em Concursos serviços de estudos e pesquisas, as receitas de produção animal e taxas de ocupação de imóveis. A liberação de código de vagas no final do exercício 2015 e a obrigatoriedade de realização do concursos até agosto/16, o repasse de recursos para execução de projetos, a realização de leilão na fazenda experimental, a cobrança pela ocupação de imóveis oriundos da Antiga Escola Agronomia e a cobrança pelo registros de diplomas são respectivamente as receitas que mais contribuíram para a arrecadação no exercício.

Destaca-se a frustração na arrecadação provenientes principalmente da prestação de serviços, receitas estas que por conta de sua particularidade, variável não controlada, não foi possível sua realização. Um outro ponto é a redução na arrecadação se comparada com o ano anterior, neste contexto destaca-se a realização de maior número de concursos e a aplicação de multas em empresas prestadoras de serviços, por descumprimento dos contratos.

Tabela 30: Receitas Orçamentárias vinculadas

Código	Descrição	Valor Arrecadado	
		2016	2015
28883	Taxa de Inscrição em Concurso	381.580	916.572
28838	Serviços de Estudos e Pesquisas	95.326	27.938
28812	Receitas da Produção Animal e Derivados	86.551	69.521
28804	Taxa de Ocupação de Imóveis	52.232	52.092
28927	Taxa de Registro de Diplomas	50.940	48.644
28852	Outras Restituições	12.967	3.256
28830	Serviços Administrativos	10.321	12.050
28815	Receitas da Indústria Editorial e Gráfica	5.954	5.476
28832	Serviços Educacionais	2.440	10.885
28848	Outras Multas	1.705	497.593
28886	Outras Receitas Próprias	1.571	3.902
28811	Receita de Produção Vegetal	680	
28929	Taxa de Confeção de Diplomas	600	770
28881	Rec Próprias Recuperação de Despesas do Exercício Anterior	463	53.373
28900	Taxa de Inscrição em vestibulares	-	30
Total		703.329,70	1.702.101,75

Fonte: Proplan/Siafi Gerencial

3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Tabela 31: Modela de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	34.982.988,68	14%	33.194.676,26	16%	22.991.979,35	10%	25.290.915,56	13%
a) Convite	117.976,63	0,05%	78.808,08	0,04%	75.403,43	0,03%	78.808,08	0,04%
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência	862.912,20	0,35%	4.450.702,16	2,13%	418.286,92	0,18%	3.425.572,22	1,72%
d) Pregão	25.813.102,86	10,36%	25.967.109,24	12,42%	17.946.334,40	7,65%	20.458.610,93	10,30%
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	8.188.996,99	3,29%	2.698.056,78	1,29%	4.551.954,60	2,18%	1.327.924,33	0,64%
2. Contratações Diretas (h+i)	18.057.822,30	7%	12.365.204,19	6%	12.888.336,70	5%	9.437.675,89	5%
h) Dispensa	13.947.403,54	5,60%	8.305.585,12	3,97%	9.383.186,51	4,00%	6.442.673,53	3,24%
i) Inexigibilidade	4.110.418,76	1,65%	4.059.619,07	1,94%	3.505.150,19	1,50%	2.995.002,36	1,51%
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	175.219.101,03	70%	142.933.026,33	68%	175.173.486,62	75%	142.928.239,83	72%
k) Pagamento em Folha	174.751.466,66	70,16%	142.349.909,27	68,11%	174.735.345,82	74,53%	142.349.909,27	71,67%
l) Diárias	467.634,37	0,19%	583.117,06	0,28%	438.140,80	0,19%	578.330,56	0,29%
5.Total das Despesas acima (1+2+3+4)	228.259.912,01	92%	188.492.906,78	90%	211.053.802,67	90%	177.656.831,28	89%

6. Total das Despesas da UPC	249.083.382,77	100	209.000.163,88	100	234.441.656,65	100	198.619.427,59	100
-------------------------------------	-----------------------	------------	-----------------------	------------	-----------------------	------------	-----------------------	------------

Fonte: Proplan/Tesouro Gerencial

Tabela 32: Despesas por grupo e elementos de despesas

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	137.669.187,45	113.021.649,90	137.669.187,15	113.021.649,90			137.669.187,15	113.021.649,90
Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias	27.441.721,97	22.663.045,85	27.441.721,87	22.663.045,85			27.441.721,87	22.663.045,85
Aposentadoria.Rpps, Reserva.Remunerada e Refor.Militar	4.089.291,78	3.357.405,53	4.089.291,78	3.357.405,53			4.089.291,78	3.357.405,53
Demais elementos do grupo	5.551.265,46	3.307.807,99	5.535.145,02	3.307.807,99	0,00	0,00	5.535.145,02	3.307.807,99
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Locação de Mão-De-Obra	23.268.869,05	20.558.639,36	17.742.697,31	19.857.436,33	22.935,47	309.860,52	17.334.327,27	17.951.383,27
Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica	13.204.959,45	11.176.452,55	10.585.854,32	9.813.905,87	640.768,43	1.044.093,52	9.429.453,82	8.612.252,50
Auxílio Financeiro a Estudantes	9.033.797,52	8.189.069,76	8.340.827,88	8.189.069,76			8.340.827,88	8.169.769,76
Auxílio-Alimentação	8.060.002,11	5.424.121,06	8.060.002,11	5.424.121,06			8.060.002,11	5.424.121,06
Demais elementos do grupo	16.569.605,44	13.479.970,53	15.054.074,55	12.483.842,15	954.031,96	1.114.596,57	15.035.427,23	12.141.264,98
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
Obras e Instalações	8.807.602,06	6.605.919,27	4.618.076,59	4.965.804,27	12.417.483,44	13.950.212,13	4.618.076,59	4.210.656,88
Equipamentos e Material Permanente	2.651.476,40	2.534.069,48	638.072,74	1.623.417,95	155.469,91	1.044.970,39	638.072,74	596.055,73
Despesas de Exercícios Anteriores	671.743,79		599.831,59				599.831,59	

Demais elementos do grupo	11.106,00	89.652,13	2.556,00	42.539,16	45.385,94	0,00	2.556,00	42.539,16
---------------------------	-----------	-----------	----------	-----------	-----------	------	----------	-----------

Fonte: Proplan/Tesouro Gerencial

Análise Crítica

As despesas empenhadas por modalidade de licitação comparadas com o exercício 2015 apresenta uma leve aumento do volume de recursos empenhados, este fato trás fortes relações com: a redução do montante do orçamento, do processo de contingenciamento e da realização de licitações para contratação de prestação de serviço ocorridas em 2015. Já a contratação direta e o pagamento de pessoal, tiveram seus valores majorados de forma mais significativas por conta de rompimento de contrato com empresas licitadas em 2015, aumentos salariais e a realização de novos concursos, tanto para técnicos quanto para docentes e das progressões dos servidores na carreira respectivamente.

O montante de recursos empenhados na modalidade de licitação Pregão não sofre redução substancial, uma vez que os contratos novos foram feitos via modalidade de dispensa. Destaca-se também a ampliação na ordem de R\$ 5.490.940,21, na modalidade RDC, em virtude da retomada de obras paralisadas e a de redução de R\$ 3.587.789,96 na modalidade concorrência, dada a opção administrativa pela modalidade anterior, ressalta-se que estas duas modalidades são adotadas predominantemente em obras. No período não houve contratação por meio de Tomada de Preço, concurso e consulta.

Nas Contratações Diretas, ocorreu um aumento na ordem de R\$ 5.692.618,11, reflexo das contratações por dispensa de licitações ocorridas em virtude de rompimentos de contratos, principalmente de terceirizados, a convocação por dispensa dos 2º colocados. Destaca-se também a pequena variação na modalidade Inexigibilidade, apesar dos reajustes de preço, promovida pelo desenvolvimento de ações institucionais com vista a adequar as despesas a nova realidade orçamentária. Não houveram também registro de Suprimentos de Fundos, assim como nos exercícios anteriores.

As despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ mostram o volume dos gastos com pessoal e encargos sociais, o qual representa 68% aproximadamente do total de todas as despesas efetuadas no exercício. Entretanto a de se indicar que o montante despendido no período foi R\$ 32.401.557,39 maior que no exercício anterior, pelos motivos já citados nos parágrafos anteriores. No que tange as outras despesas correntes houve a ampliação na ordem de R\$ 11.308.980,31, que necessariamente não denotam os esforços realizados pela administração para adequar os contratos vigentes no período à nova realidade orçamentária. Quanto aos investimentos, houve uma ampliação no volume recursos executado em virtude da ampliação da liberação de 10% a mais do limite de empenho com relação ao exercício anterior.

As dotações iniciais para as Despesas Correntes, assim como no exercício 2015, continuam sendo insuficientes para atender às crescentes demandas da UFRB, surgidas a partir do aumento contínuo de sua capacidade instalada, da evolução da intensidade de suas atividades fins e das contratações de pessoal. Ressalta-se que em virtude do contingenciamento orçamentário neste período, foi necessária a readequação de algumas despesas previamente planejada, tais como: diárias, passagens, redução das ações das pro reitorias, despesas com estagiários, com impactos negativos no primeiro nível para as atividades administrativas. É importante salientar que com vistas a manter o equilíbrio econômico e financeiro foi necessário a conversão de custeio em capital.

3.5.1 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica

3.6 DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional é a tradução prática dos níveis de resultados alcançados por cada área da organização tendo como referencia aquilo que foi planejado.

Com o permanente processo de qualificação e amadurecimento do quadro de pessoal esta UPC tem melhorado seu processo administrativo aproximando cada vez mais suas ações do nível de profissionalismo que o ambiente atual exige, alinhando as ações das diferentes áreas administrativas com os objetivos estratégicos possibilitando melhores resultados.

Na área de gestão tem se atingido melhoria e celeridade nos processos e rotinas administrativas superando algumas dificuldades resultantes da localização de alguns centros de ensino em municípios distantes da sede desta UPC.

Produção de marcos regulatórios que atendam as necessidade e especificidades das unidades e adéqüem-se com a legislação vigente. Destaca-se o esforço das unidades na oferta de serviços a comunidade e na arrecadação de recursos resultantes desses serviços.

No ensino mantém-se a oferta de vagas mesmo com as restrições orçamentárias dos últimos exercícios, inclusive com ampliação das vagas de pós-graduação.

Em relação a proposta de universidade inclusiva intensificou-se o fomento a ações com vistas a atender as demandas de acessibilidade dos estudantes com deficiência por meio de recursos do programa INCLUIR.

No campo das políticas afirmativas a unidade tem desenvolvido atividade de acolhimento, prestando atendimento psicológico aos discentes, auxiliando nas dificuldades de relacionamento interpessoal e na melhoria do rendimento acadêmico.

Ainda na área de políticas afirmativas a unidade tem atendido os discentes com aparelhos corretivos, auxílios para apresentação de trabalho em evento acadêmico, auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte além de outros auxílios emergenciais. Dessa forma buscando eliminar desigualdades históricas.

No que tange a extensão a unidade desenvolveu ações voltadas a realização de eventos, fortalecimento do PIBEX e parcerias com outras instituições, as atividades extensionistas ao longo do exercício se diversificam nas seguintes áreas: Trabalho, direitos humanos, comunicação, meio ambiente, tecnologia e produção, cultura, arte, saúde e educação.

No campo da pesquisa a IFE ao longo do exercício fortaleceu as atividades de pesquisa e promoveu ações de incentivo a inovação. No período houve aumento de bolsas de mestrado e doutorado, proposta de criação de novos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensus e conseqüentemente aumento do número de discentes inseridos em grupos de pesquisa.

3.7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

3.7.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Apresentamos alguns indicadores de gestão referente ao ano de 2016, estes estão compilados em seis categorias: Indicadores de pesquisa, de graduação, de gestão de pessoas, de extensão e de acervo bibliográfico. Esses dados são relevantes para a composição do Relatório de Gestão, e tendo em vista a percepção de que estes indicadores se constituem numa ferramenta efetiva de desenvolvimento institucional.

Em relação aos indicadores de pesquisa houve pequenas variações em relação ao ano anterior como a diminuição de cursos de pós-graduação e da oferta de vagas, porém com aumento no número de grupos de pesquisa e números de docentes com atuação na pós-graduação.

Os indicadores de extensão apresentaram em sua quase totalidade uma significativa evolução das ações de extensão em todos os centros de ensino.

Quanto aos indicadores de gestão de pessoas destacamos o grande número de docentes nomeados no exercício de 2016 e a queda no índice de qualificação do corpo docente.

Os indicadores administrativos destacamos o aumento no número de solicitações de viagens no sistema de transporte, porém com queda na taxa de viagens atendidas com relação ao exercício anterior.

Para os indicadores do acervo bibliográfico destacamos a queda no número de títulos adquiridos com relação ao ano anterior tendo em vista que esse fato se deu muito por restrições orçamentárias.

Em relação aos indicadores de graduação houve uma pequena variação no número total de alunos matriculados e uma pequena queda no número de diplomados com relação ao exercício anterior.

Abaixo o quadro de indicadores com os dados coletados separados por cada tema específico.

Quadro 21: Indicadores de desempenho

Indicadores de Pesquisa			
Nº de cursos de pós-graduação	PPGCI	Número absoluto	14
Nº de vagas ofertadas na pós-graduação	PPGCI	Número absoluto	193

Nº de bolsas de pós-graduação	PPGCI	Número absoluto	270
Taxa de sucesso na pós-graduação	PPGCI	Porcentagem	35%
Nº de teses, dissertações e monografias defendidas por ano	PPGCI	Número absoluto	66
Nº de docentes que atuam na pós-graduação	PPGCI	Número absoluto	258
Nº de grupos de pesquisa certificados	PPGCI	Número absoluto	172
Nº de alunos que participam em projetos de iniciação científica	PPGCI	Número absoluto	622
Nº de bolsistas de iniciação científica	PPGCI	Número absoluto	210
Nº de produção científica do corpo docente (livros, capítulos, artigos em periódicos, anais de congressos)	PPGCI	Número absoluto	2412
Nº de alunos da pós-graduação que publicam em revistas científicas	PPGCI	Número absoluto	66
Média do conceito (CAPES) para os cursos de pós-graduação	PPGCI	Porcentagem	3,57
Total de eventos científicos promovidos pela UFRB	PPGCI	Número absoluto	0
Indicadores de Extensão			
Evolução do número de ações de extensão por centro de ensino	PROEXT	%	CAHL: 88%
			CCAAB: 29,20%
			CCS: 153%
			CECULT: 410%
			CETEC: 240%
			CETENS: -37%
CFP: 76%			
Nº de docentes que executam ações de extensão	PROEXT	Número absoluto	402
Nº de discentes que executam ações de extensão	PROEXT	Número absoluto	1030
Nº de técnicos que executam ações de extensão	PROEXT	Número absoluto	121
Nº de bolsas de extensão para alunos de graduação	PROEXT	Número Absoluto	101
Indicadores de Gestão de Pessoas			
Nº de docentes nomeados	PROGEP	Número absoluto	104
Nº de servidores técnico-administrativos nomeados	PROGEP	Número absoluto	59
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	PROGEP	Porcentagem	3,76
Indicadores Administrativos			
Nº de operações efetuadas no sistema de transporte	PROAD	Número absoluto	11.974
Nº de solicitações de transportes atendidas em relação ao total de solicitações registradas	PROAD	Porcentagem	62,25%
Indicadores do Acervo Bibliográfico			
Nº de títulos adquiridos (total e por campus)	BIBLIOTECA	Número absoluto	Amargosa - 28

			Cachoeira - 29
			Cruz Das Almas -269
			Feira De Santana - 02
			Santo Amaro - 01
			Santo Antonio De Jesus - 11
			Total títulos adquiridos EM 2016= 340
Nº de títulos de periódicos	BIBLIOTECA	Número absoluto	487 títulos NO ACERVO
Nº de consultas nas bibliotecas (total e por campus)	BIBLIOTECA	Número absoluto	Amargosa -351
			Cachoeira – 227
			Cruz Das Almas – 1.017
			Feira De Santana – 0
			Santo Amaro - 0
			Santo Antonio De Jesus -894
			Total Consultas na Biblioteca = 2.489
Indicadores de Graduação			
Nº de alunos matriculados em cursos presenciais	SURRAC	Numero absoluto	15.652
Nº de alunos matriculados em cursos EAD	SURRAC	Numero absoluto	245
Nº de alunos matriculados em cursos de pós graduação	SURRAC	Numero absoluto	880
Nº de alunos diplomados nos cursos presenciais	SURRAC	Numero absoluto	244
Nº de alunos diplomados nos cursos EAD	SURRAC	Numero absoluto	0
Nº de alunos diplomados nos cursos de pós graduação	SURRAC	Número absoluto	110

Fonte: Proplan

3.7.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 22: Resultado do Indicadores Primários da DN TCU 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS ANTERIORES						
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 228.863.034,91	R\$ 194.921.865,78	R\$ 163.447.015,10	R\$ 153.456.379,95	R\$ 106.913.118,79	R\$ 108.397.252,39	R\$ 89.819.263,44
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 228.863.034,91	R\$ 194.921.865,78	R\$ 163.447.015,10	R\$ 153.456.379,95	R\$ 106.913.118,79	R\$ 108.397.252,39	R\$ 89.819.263,44
Numero de Professores Equivalentes	756	722	547	460	529,5	531,5	509
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	1218,71	1380,01	1222,4	1641,29	1090,24	907,24	751,8
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1218,71	1380,01	1222,4	1641,29	1090,24	907,24	751,8
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	7650,5	7422,5	8.631,5	7821	3291,5	5951	4867,5
Total de Alunos na Pós-graduação stricto sensu , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	331	354	486,50	351	273	219,5	198
Alunos de Residência Médica (AR)	-	-	-	-	-	-	-
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	10220,51	10.268,83	9870,2	8156,26	7026,7	8198,18	6446,07
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	5706,53	5.742,07	5794,92	4535,43	3936,58	4544,41	3579,13
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	662	708	973	702	546	439	396
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo	-	-	-	-	-	-	-

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS ANTERIORES						
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Integral (ARTI)							

Fonte: Proplan

Quadro 23: Resultado do Indicadores da Decisão DN TCU 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	2016	EXERCÍCIOS ANTERIORES					
		2015	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 21.030,35	R\$ 17.757,57	R\$ 15.073,69	R\$ 17.323,54	R\$ 14.118,24	R\$ 12.550,08	R\$ 13.127,50
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$ 21.030,35	R\$ 17.757,57	R\$ 15.073,69	R\$ 17.323,54	R\$ 14.118,24	R\$ 12.550,08	R\$ 13.127,50
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	8,42	8,93	12,37	11,39	8,47	9,38	7,81
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,23	4,67	5,54	3,12	4,11	5,49	5,29
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	5,23	4,67	5,74	3,12	4,11	5,49	5,29
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,61	1,91	2,23	3,65	2,06	1,71	1,48
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,61	1,91	2,23	3,65	2,06	1,71	1,48
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,75	0,77	0,67	0,58	0,59	0,76	0,74
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,04	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04	0,04
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,00	3,38	3,43	3,44	3,29	3,17	3,17

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,76	3,94	4,05	3,89	3,83	3,83	3,85
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,32	0,28	0,9	0,36	0,61	0,72	0,45

Fonte: Proplan

Em conformidade com a Decisão TCU 408/2002 e modificações posteriores, os indicadores de desempenho da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) apresentaram algumas variações no quinquênio destacado na tabela (2012 a 2016).

Neste período supracitado, houve alguns fatores que dificultaram a mensuração destes indicadores, dentre os quais: greve dos servidores TAEs, greve dos docentes e os movimentos de ocupações dos estudantes da Universidade.

Referente ao número de alunos diplomados (NDI) foram utilizados os períodos letivos 2015.1 e 2015.2, pois ao final do exercício 2016 a UFRB ainda encontrava-se em meio ao primeiro período letivo deste ano. Já para o número de ingressantes foram utilizados os períodos 2015.2 e 2016.1.

O Custo Corrente/ Aluno Equivalente aumentou 18% em relação ao exercício anterior, devido principalmente às despesas com pessoal e encargos sociais que sofreu um aumento de mais de 30 milhões de reais, enquanto o número de alunos equivalentes manteve-se no mesmo nível.

O indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente apresentou uma leve redução de 0,51 em relação a 2015 devido à contratação de novos docentes e o número de alunos equivalentes de graduação se manter no mesmo patamar.

A contratação de novos docentes também influenciou na redução do indicador Funcionário Equivalente / Professor equivalente que apresentou uma variação de 0,30 em relação ao ano anterior. Um fator significativo para esta redução foi a diminuição do número de postos de trabalho de terceirizados ocorrido em consequência de ajustes orçamentários na ação 20RK.

O IQCD apresentou uma leve redução de 0,18 em virtude do aumento proporcional de docentes com grau de titulação inferior (graduação e especialização) em relação aos de titulação superior (mestrado e doutorado).

Em relação ao ano anterior, a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) apresentou um aumento de 0,04 chegando ao nível de 32%. Esta taxa mede a relação do número de ingressantes que conseguem finalizar o curso no tempo previsto.

3.8 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não existe projetos financiados com recursos externos

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de Governança da UFRB ainda está em desenvolvimento, como é de se esperar de uma entidade criada há apenas 11 anos em meio ao próprio desenvolvimento de conceitos de Governança capitaneados com critérios indicados por organizações como a OCDE. Neste construto a administração universitária e executada por órgãos colegiados deliberativos e por órgãos executivos, nos níveis da administração central e centros de ensino, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

A UFRB tem investido recursos físicos e humanos no fortalecimento de uma estrutura de Governança que aprimore a relação de comunicação e transparência com os usuários de seus serviços, utilizando das ferramentas de TI e da criação de estruturas administrativas que de forma complementar permitam ampliar o acesso das informações pelos seus usuários internos e externos dando conta do alcance de seus objetivos fundamentais, calcados nos pilares do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Notadamente se destacam como tais iniciativas os sistemas informatizados e sítios desenvolvidos pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação –COTEC e Assessoria de Comunicação – ASCOM, que são responsáveis por disseminar informações de interesse da coletividade utilizando mecanismos como sítios abertos, intranet, e-mail institucional e o Sistema Integrado de Gestão-SIG em processo de implantação. Ainda podem ser indicados o núcleo de segurança da informação, como iniciativa de prevenção e correção de riscos relacionados a TI, com criação de políticas, normas e conscientização ao uso adequado das ferramentas de TI.

Como mecanismos diretos de comunicação com o usuário estabelecem-se as atividades da Ouvidoria Geral da UFRB, responsável pela operacionalização do sistema de controle da Lei de Acesso ao cidadão. Ademais a Ouvidoria da UFRB recebe outras demandas internas e colabora temporariamente com o sistema de correção por monitorar a alimentação do sistema CGU-Pad.

Quanto à atividade de correção, a Comissão Disciplinar (COMDIS), que além de monitorar a alimentação do sistema CGU-Pad, fará juízo de admissibilidade de processos disciplinares e acompanhamento dos trâmites de acordo com a legislação correlata.

Como mecanismos adotados para assegurar a conformidade da gestão e o aprimoramento dos controles internos a UFRB conta com a Conformidade Contábil, Conformidade de Registro de Gestão e atuação da unidade de Auditoria Interna. As conformidades estão em reestruturação capacitação do conformista contábil e com seleção e capacitação de servidor para atuar na conformidade de gestão. A unidade de Auditoria Interna tem atuado desde 2009 na execução de auditorias internas de verificação de conformidade e avaliação de controles internos, representando mecanismo atuante de colaboração com a estrutura de Governança da UFRB, além de atuar como elo entre a UFRB e instancias de controle interno e externo, notadamente a CGU e TCU, que com suas ações de auditoria colaboram para a verificação de conformidade e crítica de controles internos voltados ao alcance de objetivos institucionais.

No que se refere a formas de remuneração dos membros de diretoria e colegiados, não se aplica uma remuneração específica por tal atuação, sendo tais acentos em conselhos e colegiados determinada pelo exercício de cargos que são remunerados em níveis diferenciados por funções gratificadas ou cargos de direção nomeados em portarias específicas.

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

a) **indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na *Internet*, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas no anexo do relatório de gestão;**

A auditoria Interna da UFRB possui Manual e Regimento próprios que regem suas áreas de atuação e orientam sobre as atividades a serem realizadas na unidade, tais documentos foram aprovados pelo CONSUNI e podem ser encontrados através do link: <https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos>

b) **demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;**

O Regimento da Auditoria Interna aprovado pelo CONSUNI – Conselho Superior Universitário da UFRB, atendendo ao disposto no art. 15 do decreto 3.591/2000, contempla nos seus artigos 2, 3 e 4 o seguinte:

Art.2 A Auditoria Interna da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é unidade técnica de assessoramento da gestão com subordinação hierárquica ao Conselho Curador, conforme determina o § 3º do artigo 15 do Decreto nº 3591/2000.

Art.3 A Auditoria Interna, sem prejuízo de sua subordinação, vincula-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e unidades que o integram, conforme prescreve o Art. 15 do Decreto nº. 3591/2000 e alteração dada pelo Decreto nº. 4.304, de 16.07.2002.

Art.4 Os servidores da Unidade de Auditoria interna, é autorizado por parte dos dirigentes máximos da instituição, acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes a execução de suas auditorias.

Ademais, no seu Art.11 inciso I e parágrafo único, onde relata sobre o que Compete aos Auditores Internos, consta que:

Art.11 Compete aos Auditores Internos:

I- Manter uma atitude de independência que assegure a imparcialidade de seu julgamento em todas as fases dos trabalhos, abstendo-se de intervir em casos onde haja conflito de interesses;

Paragrafo Único - Fica vedada a participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão.;

Tais citações podem ser confirmadas através do acesso ao Regimento Interno da Auditoria Interna publicado no site da UFRB através do link: <https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos>

c) **estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;**

A estratégia de atuação da Auditoria Interna é consignada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, que tanto no aspecto finalístico (na segregação das ações de auditorias por áreas) como na disposição geográfica de suas ações (no programa específico de cada ação de auditoria) organiza suas ações. No ano de 2017, o PAINT da UFRB avança ao contemplar metodologia de gradação de riscos adaptada de capacitação fornecida pela Controladoria Geral da União. Tendo em vista a elaboração do Mapa e Matriz de riscos da Auditoria Interna para as ações no decorrer do ano de 2017 a Auditoria Interna tem como estratégia de atuação cobrir o mapa de riscos existente de modo agir de maneira preventiva e pró-ativa com vistas a contribuir positivamente para a gestão da UFRB. Para tanto, a realização de capacitações por parte dos membros da auditoria interna configura-se como elemento de grande importância para que se alcance os objetivos com excelência.

d) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

Conforme o Regimento Interno da Auditoria Interna (<https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos>) quanto a estrutura o consta do art.6 o seguinte:

Art. 6 A unidade de Auditoria Interna é constituída da seguinte estrutura:

I – Chefia (CD 4);

II - Núcleo de Acompanhamento e Controles Internos (FG 1);

II - Núcleo de Execução de Auditorias (FG 1);

IV - Equipe de Apoio Administrativo.

- Quanto a escolha do titular o art.13 do Regimento Interno relata o seguinte:

Art.13 A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Chefe da Auditoria será submetida, pelo dirigente máximo da Instituição, à aprovação do Conselho Curador, e posteriormente encaminhado para aprovação no CONSUNI, finalizando com a chancela da Controladoria Geral da União, conforme determina o § 4º do art.15 do Decreto 3.591/2000.

Parágrafo único - A escolha do Chefe de Auditoria recairá entre os servidores técnico-administrativos, estáveis, qualificados e legalmente habilitados pertencentes ao quadro de pessoal da Instituição.

- Quanto ao posicionamento na estrutura da UFRB, o art 2 do Regimento Interno relata:

Art.2 A Auditoria Interna da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é unidade técnica de assessoramento da gestão com subordinação hierárquica ao Conselho Curador, conforme determina o § 3º do artigo 15 do Decreto nº 3591/2000.

e) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

O Manual de Procedimentos da Auditoria Interna, aprovado pelo CONSUNI, publicado no site da auditoria interna através do link: <https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos>, apresenta nas páginas 12 e 13, no item 7 (metodologia), o seguinte:

A unidade de Auditoria Interna executa diversas ações para cumprir seus objetivos, atuando no fortalecimento da gestão, na comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados, quanto à economicidade, eficácia e eficiência, de forma conjunta com o Controle Interno do Governo Federal (CGU) e Controle Externo (TCU).

Tais ações de auditoria, sobretudo as constantes no PAINT, seguem fluxo padrão, assim determinado:

a) Encaminhar Memorando ao setor a ser auditado, comunicando a previsão de início e término, com prazo mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da abertura dos trabalhos;

b) Decorrido este prazo, será encaminhada Solicitação de Auditoria (SA) , caso necessário, poderão ser emitidas outras SA's;

c) Após análise das informações obtidas, ocorrerá a emissão do Relatório Preliminar de Auditoria, no qual o auditado terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento, para apresentar, por escrito, manifestações que julgarem importantes e que justifiquem as constatações apresentadas;

d) Durante o prazo para manifestação, deverá ser realizada reunião para discussão do Relatório Preliminar de Auditoria, com os responsáveis pela unidade auditada, e o gestor hierarquicamente superior (GRIFO NOSSO);

e) A equipe de auditoria deverá analisar os documentos e informações apresentadas pelo auditado, caso ocorra à remessa, e posteriormente emitirá o Relatório Final de Auditoria.

O auditado que por qualquer razão não cumprir os prazos de entrega de documentação e/ou informações, exceto em casos devidamente justificados, ou que sonegue qualquer informação ou causar embaraço, constrangimento ou obstáculos à atuação da AUDINT, poderá ser responsabilizado com base no art. 26 da Lei nº. 10.180, de 06/02/2001.

Note-se que no subitem d), antes mesmo da finalização do Relatório de Auditoria a unidade auditada e Pró-Reitoria responsável pela unidade (gestão hierarquicamente superior, representante da alta gestão da UFRB para a área em questão) toma conhecimento e se compromete, através de manifestação por escrito para cada constatação pontuada, a qual constará do Relatório Final da Auditoria em questão, a tomar providências de modo a sanar os problemas apontados.

f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

Conforme consta no Regimento Interno da Auditoria Interna no art. 7 inciso XIII, bem como em atendimento a IN 24/2015 da CGU, a auditoria interna deve:

XIII – apresentar, ao final de cada trabalho de auditoria, pelo menos, o resumo dos relatórios de auditoria ao Conselho Curador.

Além disso, conforme informado no item e) desse documento, todo Relatório de Auditoria tem o seu teor exposto a discussão em reunião específica com membro da alta gestão (Pró-Reitor/Superintendente), em que os gestores da área incluem as suas providências para solução dos fatos constatados. Posteriormente, o Relatório Final, é encaminhado para a Pró-Reitoria da área envolvida, para o Reitor e Controladoria Geral da União. Em momento posterior o resumo dos relatórios de auditoria são apresentados em reunião do Conselho Curador, para conhecimento de seus membros como preconiza a IN 24/2015 CGU. Ademais, há um plano de providências das auditorias internas em que são acompanhados o cumprimento das recomendações exaradas pela auditoria interna, tal documento tem suas informações atualizadas periodicamente através de solicitações de auditoria às Pró-Reitorias responsáveis por cada área, visando o cumprimento efetivo das recomendações. O plano de providências das auditorias internas atualizado é encaminhado a CGU anualmente.

g) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

No ano de 2016, quanto a estrutura da unidade, não houve mudanças.

4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Quanto às atividades de correição, em 2016 foram instaurados os seguintes procedimentos disciplinares na UFRB:

Quadro 24: Procedimentos Administrativos abertos

Quantidade de PADs instaurados em 2016	01
<ul style="list-style-type: none"> • Processo nº 23007.019219/2016-93 (abertura em 02.08.2016) - Instaurado para apurar a veracidade de autenticidade da denúncia recebida pelo CCAAB, em relação à conduta da docente vinculada ao referido Centro de Ensino. 	
Quantidade de Sindicâncias instauradas em 2016	06
<ul style="list-style-type: none"> • Processo nº 23007.007154/2016-33 (abertura em 24.03.2016) - Apuração de supostas irregularidades no Restaurante Universitário da UFRB • Processo nº 23007.011540/2016-20 - Apuração de denuncia relacionada à SIPEF. • Processo nº 23007.013600/2016-49 (abertura em 19.05.2016) - Apuração de suposta irregularidade no recebimento de auxilio transporte. • Processo nº 23007.015963/2016-19 (abertura em 08.06.2016) - Apuração do roubo do veículo oficial: AMAROK. • Processo nº 23007.029502/2016-23 (abertura em 21.11.2016) - Apuração dos fatos que antecederam o óbito do Prof. Luiz Gonzaga Mendes. • Processo nº 23007.028728/2016-15 (abertura em 25.11.2016) - Apuração de furtos de materiais empregados na obra de Pavilhão de Aulas III. 	
Quantidade de Inquéritos instaurados em 2016	00

Fonte: Gabinete

Seguem consignadas em anexo ainda informações sobre processos disciplinares em conformidade com os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, inseridas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD. Justificando-se, por ora, a não inclusão ainda, no referido sistema, do Processo nº 23007.019219/2016-93, em razão de que se concluiu que o seu objeto seria idêntico ao do Processo nº 23007.008128/2015-41, o qual já fora incluído no CGUPAD. Entendeu-se, então, por bem aguardar a definição de em qual processo o objeto seria resolvido, se seriam registrados conexamente ou de modo separado, o que ainda não ocorreu. Ambos os processos referidos tratam de suposta falsidade ideológica praticada por candidata para o concurso público para docente - Edital 01/2010 – CCAAB. Os Processo nº 23007.013600/2016-49 e 23007.011540/2016-20 acima detalhados também ainda não possuem registro no CGUPAD.

Observe-se que o quadro abaixo extraído do relatório CGUPAD incluem processos instaurados em outros exercícios, como 2014 e 2015, mas que tiveram atos e fases ocorridos no exercício de 2016, o que explica o quantitativo maior de procedimentos encontrados no sistema, em comparação com a tabela acima apresentada de processos instaurados em 2016.

Quadro 25: PAD e Sindicâncias Status 2016

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Quadro Consolidado:		
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Sindicâncias		4
Total de Procedimentos		4
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da	Tipo de Processo

230070071542016	25/03/2016	Sindicância
230070159632016	10/06/2016	Sindicância
230070287282016	16/11/2016	Sindicância
230070295022016	22/11/2016	Sindicância
PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO		
Quadro Consolidado		
Total de Processos Administrativos Disciplinares		1
Total de Sindicâncias		2
Total de Procedimentos		3
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da	Tipo de Processo
23007008128201500	22/04/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23007010473201500	04/03/2016	Sindicância
23007015963201600	08/08/2016	Sindicância
PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO		
Quadro Consolidado		
Total de Processos Administrativos Disciplinares		1
Total de Sindicâncias		3
Total de Procedimentos		4
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da	Tipo de Processo
23007008128201500	15/06/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23007010473201500	06/04/2016	Sindicância
23007015963201600	16/09/2016	Sindicância
23007017829201400	24/03/2016	Sindicância
PROCEDIMENTOS JULGADOS		
Quadro Consolidado		
Total de Processos Administrativos Disciplinares		1
Total de Sindicâncias		1
Total de Procedimentos		2
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
230070020212015	12/08/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
230070159632016	11/10/2016	Sindicância

Fonte: Gabinete

4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Entendendo a relevância da temática da gestão de riscos e controles internos para a eficiência das ações de uma Instituição, esta UPC tem se empenhado esforços para a implementação da política de gestão de riscos, prova disso foi a criação do mapa de matriz de riscos da Auditoria Interna como diretriz das atividades da unidade para o ano de 2017, tal mapa e matriz de riscos servirão como piloto para a elaboração da matriz de riscos da UFRB, a qual será construída por um grupo de trabalho constituído com esse objetivo.

Como resultado do mapa de riscos da Auditoria Interna, identificou-se que os principais pontos fracos das unidades administrativas e acadêmicas da UFRB são a ausência de rotinas escritas e publicadas, controles internos frágeis (controles manuais e/ou em planilhas), ausência de arquivo central que concentre as informações relevantes da UFRB e as armazene de forma organizada e segura (documentos fragmentados arquivados em locais diversos e em alguns casos de forma precária) e fragilidades da infraestrutura de rede elétrica e de internet. Diante disso, visando combater essas fragilidades a gestão da UFRB já tem implementado algumas ações, como elaborar/aperfeiçoar rotinas escritas na maioria das suas unidades e encaminhá-las para apreciação e aprovação do Conselho Superior Universitário – CONSUNI, a exemplo da Resolução 005/2016 do CONSUNI que regulamenta os regimes de trabalho e atividades docentes, revogando a resolução 003/2008 CONAC que tratava do mesmo assunto e estava desatualizada quanto a prática vigente no meio acadêmico. Outro exemplo é a criação do Manual da PROAD - Pró-Reitoria de Administração que tramita no CONSUNI, manual que norteia as atividades administrativas da UFRB regulamentando e direcionando as rotinas administrativas. A implantação de grande parte dos módulos dos sistemas integrados da UFRB, com vistas a conceder agilidade e melhor controle das atividades administrativas e acadêmicas da Instituição também se apresenta como um avanço na busca de melhorar os controles internos da UFRB. Acredita-se que com a implementação da política de gestão de riscos da UFRB prevista até maio de 2017 novas ações possam ser empreendidas com vistas a fortalecer os controles internos da Instituição e combater os riscos impostas.

4.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Não se aplica

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Tabela 33: Movimentação de Pessoal (Situação em 31/12/2016)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos Exercício	Egressos Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.565	1.488	164	46
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.565	1.488	164	46
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.559	1482	163	45
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	155	53	32	33
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	12	12	6	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.732	1.553	322	81

Fonte: Progep

Tabela 34: Distribuição da Lotação Efetiva (Situação em 31/12/2016)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	402	1.086
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	402	1.086
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	396	1.086
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	53
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	12
4. Total de Servidores (1+2+3)	402	1.151

Fonte: Progep

Tabela 35 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2016)

Tipologia do Cargo	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	66	64	20	16
1.1 Cargos Natureza Especial	-	0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	0	0	0
1.2.1 Servidores de Carreira vinculado ao Órgão	-	59	19	14
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	2	1	1
1.2.3 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	1	0	0
1.2.4 Sem Vínculo	*	2	0	1
1.2.5 Aposentados	-	0	0	0
2. Funções Gratificadas	290	281	123	71
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	281	123	71
2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3 Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	0	0	0

3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	356	345	143	87
--	------------	------------	------------	-----------

Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

[\(*\) A Lei no 8.168, De 16 De Janeiro De 1991, estabelece que poderão ser nomeadas ou designadas para o exercício de cargo de direção e função gratificada pessoas não pertencentes ao quadro ou tabela permanente da instituição de ensino, até o máximo de dez por cento do total dos respectivos cargos e funções.](#)

Fonte: Progep

Análise Crítica

Através da análise das planilhas acima, verifica-se que o número de servidores da Universidade apresentou um aumento de aproximadamente 10% em relação ao exercício de 2015, passando de 1355 em dezembro de 2015 para 1491 em dezembro de 2016, considerando para isso o número total de servidores técnicos administrativos e servidores docentes.

Este número representa aproximadamente 90,11% da força de trabalho prevista, no Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos - QRSTA e Banco de Professores Equivalentes - BPEq, este quantitativo vem atendendo as demandas da instituição, uma vez que praticamente 100% dos técnicos já estão em exercício e o número de docentes encontra-se em expansão, tendo em vista os concursos em andamento. Desde outubro de 2015, quando houve uma entrada significativa de novos servidores técnicos percebe-se um equilíbrio entre demanda de trabalho e número de servidores tanto nas áreas meio quanto nas áreas fins, sendo realizados pequenos ajustes com a movimentação interna de servidores.

Dos 1491 servidores apurados no exercício 2016, verifica-se 1278 servidores, aproximadamente 86%, tem idade inferior a 50 anos e apenas aproximadamente 14% tem idade superior a 50 anos. Tal informação é de extrema importância no que tange as possibilidades de aposentadorias para os próximos anos, uma vez que os servidores com idade superior a 50 anos, a depender das regras de aposentadoria e da data de exercício no serviço público já podem preencher os requisitos necessários para a concessão de sua aposentadoria.

Ainda sobre aposentadoria, cabe destacar que o número de servidores aposentados teve um aumento aproximado de 17% no exercício 2016, contudo sem prejuízos a UFRB visto que a série histórica é baixa e tanto o Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos, quanto Banco de Professores Equivalentes, permitem a reposição automática (mediante concurso) dos cargos vagos, oriundos de aposentadoria ou vacância.

Outra reflexo positiva do BPEq, é a minimização do impacto por conta de afastamento docente para capacitação, motivo de saúde e outras licenças, pela possibilidade de contratação de Professor Substituto, vantagem esta, não prevista no QRSTA, contudo não há um histórico de afastamento de servidores técnicos que comprometam a eficiência do serviços oferecidos.

A UFRB contava em 2016 com 345 servidores investidos em alguma função de confiança/gratificada o que corresponde a 96,91% da funções previstas para órgão e representando 23,87% do efetivo de pessoal assumindo Função/Cargo de Direção.

No que se refere à qualificação do quadro de pessoal, verifica-se que aproximadamente 91% já possui minimamente a graduação de nível superior, demonstrando assim um nível de qualificação adequado para o atendimento das demandas da comunidade acadêmica.

Em relação às despesas variáveis com pessoal, verifica-se um crescimento no decorrer dos últimos anos, num comparativo com o exercício 2014, observa-se um aumento nas despesas num percentual aproximado de 40%. Já num comparativo com o exercício 2015, nota-se um aumento nas despesas variáveis de aproximadamente 22%. Tal variação tem relação direta, entre outros fatores, com o crescimento do quadro de pessoal da Universidade, observado nos últimos anos.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 26: Despesas de Pessoal - Situação Apurada em 31/12/2016.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2016	70.283.012,91	0,00	48.334.604,91	5.545.321,29	13.727.430,77	7.420.153,12	275.532,11	1.160.460,44	104.715,71	146.851.231,26
	2015	58.301.521,17	0,00	43.874.353,86	3.996.298,23	9.317.616,47	5.318.717,51	155.062,96	313.310,38	114.800,28	121.391.680,86
	2014	49.376.823,98	0,00	39.819.725,54	3.389.077,39	7.988.523,75	4.527.626,30	134.774,85	155.215,15	124.330,46	105.516.097,42
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	1.941.137,17	0,00	210.430,76	4.568,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.156.135,98
	2015	1.488.617,81	0,00	150.422,04	3.365,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.642.405,13
	2014	1.475.392,35	0,00	150.687,65	6.338,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.632.418,72
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2016	361.391,49	0,00	219.580,01	26.240,78	34.029,00	17.681,15	0,00	209,92	0,00	659.132,35
	2015	422.789,61	0,00	244.532,26	9.889,31	35.266,04	12.062,87	0,00	183,29	0,00	724.723,38
	2014	291.466,87	0,00	141.196,48	17.499,89	25.364,00	5.740,68	0,00	0,00	0,00	481.267,92
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2016	0,00	0,00	3.035.493,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160.460,44	104.715,71	4.300.670,11
	2015	0,00	0,00	2.940.691,69	0,00	0,00	0,00	0,00	313.310,38	114.800,28	3.368.802,35
	2014	0,00	0,00	2.703.602,80	0,00	0,00	0,00	0,00	155.215,15	124.330,46	2.983.148,41
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2016	0,00	0,00	748.521,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160.460,44	104.715,71	2.013.697,31
	2015	0,00	0,00	700.803,46	0,00	0,00	0,00	0,00	313.310,38	114.800,28	1.128.914,12
	2014	0,00	0,00	668.125,87	0,00	0,00	0,00	0,00	155.215,15	124.330,46	947.671,48

Fonte: PROGEP

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O exercício de 2016 foi particularmente difícil para a área de gestão de pessoal, em função de diversas questões ocorridas ao longo do ano que trouxeram percalços para a execução do planejamento da unidade. Entendemos que tais problemas representam e/ou representaram riscos ao andamento da gestão de pessoal. Estes riscos na sua grande maioria estão no ambiente externo, visto que se relacionam ao orçamento disponibilizado para a execução de atividades bem como paralisação da categoria dos Técnicos Administrativos.

Movimentação de Servidores -A constante redistribuição de servidores, tendo como contrapartida códigos de vaga, gera uma lacuna entre a saída dos servidores já treinados nas atividades de cada unidade e a recepção de novos servidores sem a devida capacitação. Verificamos ainda a saída de servidores que foram aprovados em concursos públicos de outras instituições, pediram exoneração ou solicitaram aposentadoria.

Greve dos Servidores- Iniciada em 14 de outubro de 2016, a greve dos servidores técnico-administrativos em educação, que contou com a adesão de quase todo o quadro de servidores, paralisou atividades importantes para a gestão de pessoas. O movimento paredista perdurou até o mês de dezembro de 2016.

Deficiência dos recursos tecnológicos, sobretudo de Softwares- A falta de sistemas específicos para trabalhar com o planejamento, aplicação e acompanhamento dos programas de capacitação e avaliação de desempenho gerou atraso na execução das etapas dessas ações. Todo o acompanhamento das ações da unidade é realizado através de planilhas eletrônicas e controles manuais escritos e/ou digitais, que, obviamente, podem apresentar alterações nos resultados finais, sobretudo em função do crescimento do número de servidores da instituição, que alcançou o número de 1482 servidores, em 2016. Espera-se a supressão destas deficiências com a plena implantação dos módulos do SIGRH, ao longo do próximo exercício.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 27: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante											
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA											
Informações sobre os Contratos											
Item	Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	Nº de Postos	Nº de Terceirizados	Valor Mensal	Valor Anual
				(CNPJ)	Início						
1	03/2016	Serviços de LIMPEZA, asseio e conservação - CFP	00.482.840/0001-38	29/03/16	28/03/17	Fundamental incompleto	A	14	14	36.211,36	434.536,32
2	04/2016	Serviços de LIMPEZA, asseio e conservação - Pavilhões de Aula-CRUZ	00.482.840/0001-38	29/03/16	28/03/17	Fundamental incompleto	A	10	10	34.309,06	411.708,72
3	05/2016	Serviços de LIMPEZA, asseio e conservação - CAHL	10.297.311/0001-18	29/03/16	28/03/17	Fundamental incompleto	A	12	12	38.480,43	461.765,16
4	08/2016	Serviços de LIMPEZA, asseio e conservação - CETENS	10.297.311/0001-18	29/03/16	28/03/17	Fundamental incompleto	A	5	5	14.003,98	168.047,76
5	09/2016	Serviços de LIMPEZA, asseio e conservação - CECULT	10.297.311/0001-18	29/03/16	28/03/17	Fundamental incompleto	A	4	4	6.803,88	81.646,56
6	10/2016	Serviços de LIMPEZA, asseio e conservação - CCS	00.482.840/0001-38	29/03/16	28/03/17	Fundamental incompleto	A	12	12	33.211,61	398.539,32
7	11/2016	Serviços de LIMPEZA, asseio e conservação - Unidades Acadêmicas e	00.482.840/0001-38	29/03/16	28/03/17	Fundamental incompleto	A	46	46	135.674,05	1.628.088,60

Unidade Contratante

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA

Informações sobre os Contratos

			Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas							
		Adm.CRUZ									
8	12/2016	Serviços de LIMPEZA, asseio e conservação - HUMV CRUZ	00.482.840/0001-38	29/03/16	28/03/17	Fundamental incompleto	A	8	8	25.558,66	306.703,92
9	17/2015	Condução de Veículos - Motoristas (Remanescente 23/2014)- Obs. Prazo limite)	19.048.341/0001-65	18/08/15	31/08/17	Fundamental completo	P	37	37	279.376,26	3.352.515,12
10	22/2016	Vigilância - Cruz das Almas - REMANESCENTE	10.423.421/0001-89	23/08/16	29/08/17	Fundamental completo	A	26	70	303.447,24	3.641.366,88
11	23/2016	Atividades Auxiliares / CCAAB	08.872.024/0001-42	10/10/16	09/10/17	Fundamental incompleto	A	23	23	61.853,35	742.240,20
12	24/2014	Prestação de serviços de vigilância patrimonial e segurança pessoal privada armada - SANTO ANTONIO DE JESUS	07.738.828/0001-90	30/08/14	29/08/17	Fundamental completo	P	5	14	60.097,10	721.165,20
13	24/2016	Jardinagem e Urbanização	08.872.024/0001-42	10/10/16	09/10/17	Fundamental incompleto	A	13	13	36.666,58	439.998,96
14	25/2016	Manutenção	10.956.539/0001-72	19/09/16	18/09/17	Fundamental incompleto	A	20	20	69.228,39	830.740,68
15	29/2016	Vigilância CFP - REMANESCENTE	03.394.369/0001-14	10/10/16	29/10/17	4ª Série	A	5	12	45.184,08	542.208,96
16	30/2016	Vigilância CAHL - REMANESCENTE	03.394.369/0001-14	10/10/16	29/10/17	4ª Série	A	6	18	64.764,48	777.173,76

Unidade Contratante

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA

Informações sobre os Contratos

			Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas							
17	31/2016	Vigilância Cetens e Cecult - REMANESCENTE	03.394.369/0001-14	10/10/16	29/10/17	4ª Série	A	5	14	51.465,38	617.584,56
18	34/2016	Portaria - REMANESCENTE	07.633.003/0001-01	14/10/16	16/10/17	Fundamental incompleto	A	26	51	130.398,07	1.564.776,84
19	35/2016	Apoio Administrativo - RU	10.956.539/0001-72	24/10/16	23/10/17	Fundamental incompleto	A	15	15	37.768,80	453.225,60
20	36/2016	Apoio Administrativo - CAHL	10.956.539/0001-72	24/10/16	23/10/17	Fundamental incompleto	A	11	11	29.594,14	355.129,68
21	37/2016	Apoio Administrativo - CCS	12.633.102/0001-23	24/10/16	23/10/17	Fundamental incompleto	A	12	12	30.863,88	370.366,56
22	38/2016	Apoio Administrativo - HUMV	12.633.102/0001-23	24/10/16	23/10/17	Fundamental incompleto	A	3	3	7.864,35	94.372,20
23	39/2016	Apoio Administrativo - Cruz das Almas - Acadêmico e Adm.	12.633.102/0001-23	24/10/16	23/10/17	Fundamental incompleto	A	44	44	118.803,68	1.425.644,16
24	40/2016	Apoio Administrativo - CFP	12.633.102/0001-23	24/10/16	23/10/17	Fundamental incompleto	A	9	9	23.333,33	279.999,96
25	41/2016	Apoio Administrativo - CETENS e CECULT	12.633.102/0001-23	24/10/16	23/10/17	Fundamental incompleto	A	3	3	7.569,34	90.832,08

Fonte: Proad

Estagiários

É competência deste núcleo a gestão dos estágios não-obrigatórios e remunerados, da seleção, lotação dos estagiários, controle dos prazos previstos na legislação de estágio (Lei 11.788/2008), renovação e desligamento de estágio.

Em 2016 foram efetivados 13 estagiários selecionados pelos Editais da SEAD (Educação Aberta e à Distância) e da SUPAI (Assuntos Internacionais), sendo 09 da primeira e 04 da segunda. No mesmo ano foram desligados 24 estagiários por término da vigência do contrato ou por solicitação do estagiário. Em decorrência do corte orçamentário não efetivamos a contratação de novos estagiários (Níveis médio e superior), para atendimento das demandas dos setores da Universidade, bem como não ocorreu a publicação de editais de seleção.

Conforme explanado acima, os estagiários contratados foram selecionados por editais das respectivas superintendências, cujo pagamento das bolsas é realizado via SIAPE, e posterior ressarcimento à Universidade através de recursos externos de programas específicos.

Em 31 de dezembro de 2016, a UFRB contava com apenas 09 estagiários, os quais 04 lotados na SUPAI e 05 na SEAD.

Nas tabelas abaixo relacionamos a distribuição dos estagiários por Lotação e por Curso

Tabela 36: Estagiários por Lotação

Setor	Quantidade de estagiários
PROEXT	03
COTEC/PROPLAN	01
Assessoria Especial da Reitoria	02
CAHL	02
HUMV	04
PROGEP	02
CETEC	01
CCAAB	02
SEAD	09
SUPAI	04
COCFI/PROPLAN	01
ASCOM	01
PIBID/CFP	01
TOTAL	33

Fonte: PROGEP

Tabela 37: Estagiários por Curso

Curso	Quantidade de estagiários
-------	---------------------------

Gestão de Cooperativas – NS	10
Gestão Pública – NS	03
Medicina Veterinária – NS	03
História – NS	01
Eng. Sanitária e Ambiental – NS	01
Comunicação Social – NS	02
Administração – NS	01
Cinema e Audiovisual – NS	03
Ciências Exatas e Tecnológicas – NS	05
Artes Visuais – NS	01
Engenharia Civil – NS	02
Técnico em Informática – NM	01
TOTAL	33

Fonte: PROGEP

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Atividade não realizada

5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

5.2.1 Gestão da frota de veículos

As informações a seguir relacionadas tem por finalidade informar sobre a gestão da frota de veículos oficiais à disposição da unidade prestadora da conta, qual seja, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Nesses termos, cumpre-nos apresentar informações relevantes sobre:

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A base as legislações abaixo descritas para a constituição e utilização da frota oficial de veículos:

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais;
- Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
- Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 183, de 08 de setembro de 1986, que dispõe sobre orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais;
- Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, que Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;
- Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004, que estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências;
- Deliberação CONTRAN nº 64, de 30 de maio de 2008, que disciplina a inscrição de pesos e capacidades em veículos de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os artigos 117, 230-XXI, 231-V e 231-X, do Código de Trânsito Brasileiro;
- Portaria DETRAN nº 2.045 de 27 de dezembro de 2012, que estabelece procedimentos complementares para o controle das vistorias veiculares realizadas no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/BA.
- Portaria DETRAN nº 2.044 de 28 de dezembro de 2012, que estabelece procedimentos para o controle das inspeções veiculares realizadas no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/BA.

Importância e impacto da frota de veículos

O impacto e importância da frota de veículos da UFRB pode ser verificada a partir da dimensão das demandas. As atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas dependem do uso da frota para a sua efetiva realização.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram cadastradas 11.974 (onze mil, novecentos e setenta e quatro) solicitações de viagem. Desse total, foram autorizadas 8.053 (oito mil e cinquenta

e três), ou seja, 67,25%. Assim, apenas 25,72% (3.080) da demanda não foi atendida e 7,03% (839) das solicitações foram canceladas pelo próprio solicitante.

Do total das solicitações cadastradas (11.974), 58,42%, o que corresponde a 6.996 (seis mil, novecentos e noventa e seis), pertenceram aos Centros de Ensino para atendimento das demandas acadêmicas, inclusive da multicampia. Foi possível autorizar 4.666 (quatro mil seiscientos e sessenta e seis) solicitações cadastradas pelos Centros de Ensino, o que equivale a 67,36% daquelas cadastradas.

O atendimento das solicitações além da oferta de transportes considera também o quantitativo de motoristas.

Tabela 38: Total de Solicitações de Viagem por Centro

Centro	Solicitações
CAHL	1049
CCAAB	1609
CCS	1539
CECULT	420
CETEC	420
CETENS	560
CFP	1399
Total	6.996

Fonte: PROAD

A partir das informações apresentadas, pode-se concluir que a frota de veículos oficiais da UFRB, vem se tornando de fundamental importância para a realização e andamento das atividades da instituição, gerando um impacto positivo com a satisfação aos usuários do serviço ofertado. Aliado a isso, destacamos a preocupação de obedecermos aos princípios da administração pública, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e economicidade.

Quantidade de veículos oficiais em uso

A frota da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é composta, até o momento, por 107 (cento e sete) veículos, conforme discriminado abaixo, possuindo como finalidade precípua atender as demandas das atividades acadêmicas e administrativas da instituição. Para fins de classificação, os veículos da frota oficial da UFRB são classificados em veículos de serviços comuns e veículos de transporte institucional, conforme Decreto n. 6.403, de 17 de janeiro de 2008.

Tabela 39: Total de Veículos por Tipo de Classificação

Classificação	Quantidade
Veículos de Serviços Comuns	94
Veículos de Transporte Institucional	13

Fonte: PROAD

Média anual de quilômetros rodados

Tabela 40: Média de Km anual

CLASSIFICAÇÃO	Km Rodados
Transporte Institucional	358.696
Veículos de Serviços Comuns	1.217.798
Total	1.576.494

Fonte: PROAD

Idade Média da Frota

Considerando o ano de fabricação dos veículos da frota oficial da UFRB, tem-se o seguinte cenário:

Tabela 41: Idade Média da Frota

Ano/Veículos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	Idade Média
Serviços Comuns	1	11	9	8	14	28	4	2	10	4	3	94	8,5
Transporte Institucional	-	-	-	-	-	2	-	3	8	-	-	13	4,3

Fonte: PROAD

Custos associados à manutenção da frota

Tabela 42: Custo de Manutenção da Frota

Tipo de Despesa/Classificação	Combustível	Manutenção
Serviços Comuns	507.738,40	348.857,98
Veículos de Transporte Institucional	R\$ 105.353,39	R\$ 86.399,39
TOTAL	613.091,79	435.257,37

Fonte: PROAD

Plano de substituição da frota

O plano de substituição da frota da UFRB está respaldado na aplicação da IN n. 03, de 15 de maio de 2008, a qual dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e no Decreto n. 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

No que tange a elaboração e aplicação da alienação dos veículos depreciados da UFRB, a Coordenadoria de Serviços Operacionais junto com a Coordenadoria de Material e Patrimônio está em fase de execução dos procedimentos administrativos necessários para leiloar os veículos depreciados em detrimento a aquisição de novos veículos adquiridos através de processo licitatório e/ou carona.

Razões de escolha da aquisição

A UFRB optou em adquirir a frota oficial com objetivo de atender de forma mais eficiente as demandas, considerando que uma empresa de locação de veículos não a atenderia com a mesma rapidez e eficiência que atualmente se realiza.

Ainda, um contrato de locação de veículos seria muito mais oneroso e dispendioso do que manter uma frota própria, pois, um contrato de locação abrangeria todas as especificidades que se tem nesse serviço.

Por fim, adquirir os veículos oficiais obedece a Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, que dá a administração pública todas as diretrizes para as aquisições.

Estrutura e Controle

Atualmente a PROAD por meio da Coordenadoria de Serviços Operacionais tem vinculada a sua estrutura o Núcleo de Gestão da Frota e o Núcleo de Apoio a Manutenção da Frota que tem a atribuição de gerenciar a frota oficial de veículos da UFRB, assegurando a seus usuários uma prestação de serviço eficiente visando os princípios da administração pública.

Os referidos núcleos contam com o apoio de 2 (dois) servidores cada, além de 1 (um) colaborador administrativo. O contrato da Universidade com a empresa de abastecimento e manutenção inclui o fornecimento por parte da empresa de ferramentas de controle desses serviços. Desta forma, através de um sítio na internet, é possível acessar histórico de transações e estabelecer parâmetros de controle no uso dos serviços de abastecimento e manutenção.

As viagens são programadas a partir do módulo de transporte disponível no sistema SIPAC, no qual é possível analisar requisições de viagem, autoriza e fazer modificações, além de outras funcionalidades. Esse sistema permite visualizar o movimento diário de cada unidade, além de permitir um visão rápida e objetiva de todas as viagens autorizadas.

O condutor do veículo recebe um documento chamado Autorização de Requisição de Veículo, que autoriza a saída do veículo e registra todas as informações da viagem, entre elas: hodômetro de saída e chegada, horário de saída e chegada, itens de manutenção do veículo e avaliação do passageiro.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

As informações a seguir relacionadas tem por finalidade informar sobre a Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso da unidade prestadora da conta, qual seja, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A UFRB, por meio do Núcleo de Manutenção da Frota, vinculado à Coordenadoria de Serviços Operacionais, realiza periodicamente avaliação e vistoria dos veículos oficiais, bem como a situação de consumo de combustível e manutenção, com o intuito de identificar os veículos que são recomendados para desfazimento por serem considerados antieconômicos ou inservíveis, conforme estabelece o Decreto n. 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

Após classificação dos veículos, elabora-se processo de desfazimento de bens para descarte por meio da modalidade leilão. Atualmente, encontra-se em tramitação um processo para desfazimento dos veículos de placa JRF-3381 e placa JOY-4271, cujo o valor do conserto é superior a 50% do valor do bem.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quanto à estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada; A gestão do patrimônio imobiliário da UFRB é realizada por três unidades distintas, cada uma com um papel específico. A Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico (SIPEF) é responsável pela parte técnica de engenharia e manutenção. A ela cabe realizar manutenção predial, reformas, medições, projetos, bem como fornecer informações técnicas. A Assessoria Especial para Projetos Estratégicos (ASSEPE) cuida de toda parte cartorial dos imóveis. Responde pela conformidade da documentação. E por fim, o Núcleo de Registro e Acompanhamento do Patrimônio Imobiliário (PROAD/CMP/NURAPI), que trata dos lançamentos no SPIUnet das informações disponibilizadas pela SIPEF, ASSEPE e PROAD/Coordenadoria de Contratos, esta última em específico no que diz respeito aos imóveis locados, além do gerenciamento e arquivamento da documentação de todos os imóveis da UFRB, tanto os próprios quanto os alugados.

Quanto a distribuição geográfica dos imóveis da União; A UFRB possui imóveis (próprios e locados) nas cidades de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix e Valença.

Quanto a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet. Os registros no SPIUnet estão fidedignos à documentação. Entretanto alguns documentos ainda precisam ser inseridos tais como: memoriais descritivos, benfeitorias e reavaliações.

Quanto a informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação. Os recursos arrecadados são utilizados para pagamento de bolsa de assistência ao estudante e despesas diversas.

Quanto despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis. A manutenção predial é de responsabilidade da SIPEF. Ela possui as informações a respeito. Quanto à qualidade dos registros contábeis, a PROAD/CMP/NURAPI já requereu à SIPEF que os engenheiros do seu quadro procedam à reavaliação dos imóveis.

Quanto aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los. Quanto à segurança da informação, que é o risco ao qual está exposto, somente 02 (dois) servidores, do setor de patrimônio, possuem acesso ao SPIUnet, com o fito de prevenir alterações indevidas nos registros daquele sistema, além de arquivar toda a documentação em armários fechados (meio físico) e o completo registro digitalizado no servidor de rede da Instituição.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 28: Promitente 1 (Espaço Cedido pela UFRB)

Imóvel	Identificação do Imóveis	Identificação dos cessionários
1	Espaço físico destinado às cantina da UFRB - Endereço: Rua Rui Barbosa, 710 - Centro - Cruz das Almas - Bahia. CEP 44.380-000	Cooperativa de Agricultura Familiar do Território do Recôncavo da Bahia; CNPJ 09.438.514/0001-06.
2	Espaço físico destinado à cantina no Centro de Ciências da Saúde – UFRB Endereço: Avenida Carlos Amaral, 1015, Cajueiro. Santo Antônio de Jesus – Bahia. CEP 44.574-490.	Fujiko Ishikawa & Cia Ltda ME ; CNPJ 11.978.993/0001-972.
3	Espaço físico destinado à cantina no Centro de Formação de Professores – UFRB - Endereço: Avenida Nestor de Mello Pita, 535, Amargosa – Bahia. CEP 45.300-000	Associação dos Produtores Rurais de Corta-Mão; CNPJ 00.841.063/0001-70.
4	Espaço destinado à reprografia no Centro de Artes, Humanidades e Letras - UFRB Endereço: Rua Maestro Irineu Sacramento, S/N, Centro – Cachoeira – Bahia. CEP 44.300-000	Gráfica e Copiadora Universo; CNPJ 06.534.246/0001-20.

Fonte: PROAD

Quadro 29: Promitente 2 (Espaço Cedido pela UFRB)

Caracterização da Cessão								
Imóvel	Forma de seleção do cessionário	Finalidade do uso	Prazo	caracterização	Benefícios pecuniários ou não,	Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Rateio dos gastos,	Uso dos benefício decorrentes
1	Chamada pública nº 01/2010	Cantina	11/10/2016 a 10/10/2017	58,82 m ² no Pav I; 58,82 m ² no Pav II e 56,05 m ² Pav Lab de graduação	R\$ 209,12	Receita Própria	Não aplicado	Pagamento de Auxílio Financeiros aos estudantes e Despesas diversas
2	Chamada pública 01/2012	Cantina	29/05/2016 a	71,96 m ² Pav aulas CCS	R\$ 687,75	Receita Própria	Não aplicado	Pagamento de Auxílio Financeiros aos

			28/05/2017					estudantes e Despesas diversas
3	Chamada pública nº 01/2012	Cantina	27/03/2016 a 26/03/2017	59,73 m² no Pav aulas do CFP	R\$ 176,56	Receita Própria	Não aplicado	Pagamento de Auxilio Financeiros aos estudantes e Despesas diversas
4	Chamada pública nº 03/2010	Reprografia	20/10/2016 a 19/10/2017	9,92 m² no Pav de aulas do CAHL (térreo)	R\$ 127,61 - Contrapartida em serviços reprográficos: R\$ 315,00	Receita Própria	Não aplicado	Pagamento de Auxilio Financeiros aos estudantes e Despesas diversas

Fonte: PROAD

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

No exercício de 2016, registramos a locação de 09 (nove) imóveis, onde 08 (oito) contratos permaneceram vigentes ao final do exercício, para atender as necessidades dos Centros Acadêmicos e Administração Central, conforme especificado a seguir:

Cachoeira/São Felix

Contrato de locação: 11/2011, Locador: NORMA LAPA ARAGÃO; CPF 508.836.407-59 e EUNICE PEREIRA DA SILVA; CPF 448.812.075-04, Endereço: Rua Ana Néri, nº 9, Centro, Cachoeira/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 3.495,89, Necessidade da locação: Atendimento e funcionamento da Superintendência de Cultura e Desenvolvimento do Recôncavo da Bahia – PROCULTURA/UFRB e sem despesas com reformas, transformações, manutenções:

Contrato de locação: 06/2012, Locador: JÚLIO CEZAR SOUZA VACCAREZZA, Endereço: Praça Inácio Tosta, nº 01, São Félix/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 10.578,97, Necessidade da locação: Funcionamento da residência estudantil para atender aos estudantes que possuem comprovada vulnerabilidade socioeconômica. Referência: Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010. e sem despesas com reformas, transformações, manutenções

Contrato de locação: 06/2013, Locador: JORGE ANTONIO SILVA DA FRANCA; CPF 217.979.435-53, Endereço: Rua Cônego Cortês, nº 2, São Félix/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 4.782,24, Necessidade da locação: Instalação dos Ateliês do Curso de Artes Visuais do Centro de Artes, Humanidades Letras – UFRB e sem despesas com reformas, transformações, manutenções.

Feira de Santana

Contrato de locação: 14/2013, Locador: INED – Instituto de Educação e Desenvolvimento; CNPJ 13.617.428/0001-20, Endereço: Avenida Centenário, nº 697, SIM, Feira de Santana/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 66.765,70, Necessidade da locação: Funcionamento provisório do Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade e sem despesas com reformas, transformações, manutenções.

Amargosa

Contrato de locação: 11/2014, Locador: ALBERTO CARLOS GOMES DE OLIVEIRA ARGOLO; CPF 007.844.225-75, Endereço: Avenida Josué Sampaio Melo, nº 8/10, Centro, Amargosa/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 3.000,00, Necessidade da locação: Atender às instalações e serviços dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Programa institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), Pacto Nacional pela Educação na idade Certa e o Projeto LIFE e sem despesas com reformas, transformações, manutenções.

Contrato de locação: 32/2014, Locador: IVONE MARIA SAMPAIO DE OLIVEIRA; CPF 448.287.565-15, Endereço: Rua Benedito Almeida, nº 239, Centro, Amargosa/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 1.997,41, Necessidade da locação: Sede para o Projeto Tecelendo e sem despesas com reformas, transformações, manutenções.

Contrato de locação: 36/2014, Locador: MAIZA VARJÃO ALVES; CPF 204.949.045-34, Endereço: Praça da Bandeira, nº 201, Amargosa/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 1.109,67, Necessidade da locação: Sede do Projeto Casa do Duka e sem despesas com reformas, transformações, manutenções.

Contrato de locação: 25/2015, Locador: MIRALVO OLIVEIRA DA SILVA; CPF 903.194.515-34, Endereço: Avenida Luiz Sande de Oliveira, nº 190, Santa Rita, Amargosa/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 10.288,24, Necessidade da locação: Atender as atividades atribuídas ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo no Centro de Formação de Professores e sem despesas com reformas, transformações, manutenções.

Santo Amaro

Contrato de locação: 32/2016, Locador: MARIA ELISA TEIXEIRA DE FREITAS ALMEIDA; CPF 132.628.075-91, Endereço: Avenida Viana Bandeira , nº 119, Centro, Santo Amaro/BA, Valor mensal do aluguel atualizado: R\$ 5.000,00, Necessidade da locação: Instalação da estrutura administrativa do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT e sem despesas com reformas, transformações, manutenções.

5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

Foi criada uma comissão através da portaria 721 de 23/08/2016 para criação do PDTI, entretanto, com as ocupação e a greve ocorrida no ano de 2016 a convocação para a primeira reunião da comissão foi adiada para fevereiro de 2017.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Governança Digital - CGD, por motivos de greve e ocupação não realizou reuniões nem emitiu decisões no ano de 2016 e é coposto por:

- Vice-Reitor;
- Pró-Reitor de Administração;
- Pró-Reitor de Planejamento;
- Pró-Reitor de Graduação;
- Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação;
- Pró-Reitor de Extensão;
- Coordenador de Tecnologia da Informação;
- Representante indicado pelo Fórum de Gerentes Técnico Administrativo;
- Representante acadêmico indicado pelo Fórum de Diretores de Centro.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

- Sistemas de Certificados, utilizado pelas Pró-reitorias e Centros para gerenciamento e emissão de certificados para ações de capacitação, atualmente em produção e mantido pelo núcleo de desenvolvimento.
- Sistema de Helpdesk, utilizado pela Coordenadoria de TI para gerenciamento de chamados abertos pela comunidade, atualmente em produção e mantido pelo núcleo de desenvolvimento.
- Sistema Pergamun, utilizada pela Biblioteca para gerenciamento de acervo bibliográfico da instituição, atualmente em produção e mantido pelo núcleo de desenvolvimento.
- Sistema de Projetos Pós-Graduação, solicitado pela pró-reitoria de Pós-graduação para gerenciamento do processo seletivo dos editais publicados pela pró-reitoria, atualmente em produção e mantido pelo núcleo de desenvolvimento.
- Sistema de Repositório, utilizado pela Biblioteca central para gerenciamento de teses e trabalhos de conclusão de cursos, atualmente em produção e mantido pelo núcleo de desenvolvimento.
- Sistema de Reservas, utilizado pelas Coordenadoria de Serviços Operacionais e núcleos administrativos dos centros de ensino para gerenciamento do processo de alocação de espaço físico, atualmente em produção e mantido pelo núcleo de desenvolvimento.
- Sistema SIGPP, utilizado pela Pró-Reitoria de Planejamento para gerenciamento das ações estratégicas e alinhamento de recursos e esforços com planos de Desenvolvimento Institucional e Planos Setoriais, atualmente em implantação pelo núcleo de desenvolvimento com apoio de empresa contratada.
- Sistema SIGRH, utilizado pela Pró-Reitoria de Pessoal para gerenciamento das ações que envolvem recursos humanos, atualmente em implantação pelo núcleo de desenvolvimento com apoio de empresa contratada.
- Sistema SIPAC, utilizado pelas Pró-reitorias de Planejamento, Administração, Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis e reitoria, para gerenciamento de processos, protocolo,

almoxarifado, compras, bolsas, aquisições, passagens, orçamento, projetos, convênios e patrimônio, atualmente em implantação pelo núcleo de desenvolvimento com apoio de empresa contratada

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:

Não existe um plano de capacitação específico para TI, os servidores da área estão incluídos no Plano de Capacitação institucional - PACAP. Oportunamente, com base em demandas oriundas de projetos, incluímos o servidor em treinamentos específicos, sendo executados os seguintes:

- Ponto de função
- IPv6
- Segurança de redes
- Segurança de Redes sem fio

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

O Quadro de servidores de TI é formado de 15 analistas, 06 técnicos, 02 assistentes em administração e 01 auxiliar em administração, todos do quadro da instituição, com apoio de 04 terceirizados do contrato administrativo gerenciado pela Pró-Reitoria Administrativa.

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

No ano de 2016 foi iniciada a implantação da Central de Serviços, com os seguintes objetivos:

- Registrar e classificar todas as aquisições levando em conta o impacto e urgência .
- Restabelecer o mais rápido possível os serviços com o mínimo de impacto para que sejam cumpridos os acordos de nível de serviço.
- Manter os usuários informados sobre suas solicitações.

O processo encontra-se em fase de adaptação ao cenário educacional e as restrições de pessoal.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

No ano de 2015 foram executados os seguintes projetos:

- Implantação de IPv6 na UFRB: para atendimento de demanda apresentada pela SLTI, o que permitiu o acesso aos serviços da instituição utilizando o protocolo IPv6, executado sem custo orçamentários para a instituição.
- Implantação de módulos SIG: que permitiu a qualificação das atividades administrativas, nas áreas de patrimônio e protocolo, almoxarifado entre outras áreas da instituição, com mediação técnica realizada pelo núcleo de desenvolvimento de sistemas da Coordenadoria de TI e gestão de custo pela Reitoria.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Atualmente possuímos apenas 02 contratos:

- Contrato de Implantação de Sistemas Integrados - SIG, o processo de atuação da contratada conta com acompanhamento técnico, rotina de transferência de conhecimento/tecnologia entre contratada e contratante especificando alterações realizadas e apoio às execuções realizadas pela equipe técnica do contratante afim de assegurar conhecimento técnico para utilização do equipamento, documentação por ferramenta de controle de versão e log de

alterações. Em paralelo a Universidade mantém vínculo com a universidade desenvolvedora da solução para aprimoramento técnico e de negocio dos servidores da UFRB.

5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

As informações a seguir relacionadas tem por finalidade informar sobre a gestão ambiental e sustentabilidade da unidade prestadora da conta, qual seja, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Nesses termos, cumpre-nos apresentar informações relevantes sobre:

Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade.

O atual contexto social, ambiental e político, no qual as pessoas e instituições estão inseridas, convoca, insistentemente, para uma responsabilidade maior com o consumo dos recursos de toda ordem.

Desse modo, com o propósito de aperfeiçoar as políticas voltadas para o meio ambiente, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) tem como proposta um sistema de gestão mais sustentável com a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS). Tal plano tem como objetivo minimizar as questões socioambientais nos campi, reduzindo o consumo dos recursos utilizados, elevando a qualidade de vida da comunidade acadêmica e minimizando os impactos ao meio ambiente.

Nesse sentido, a UFRB busca, por meio de ações e iniciativas que constam no PLS, adotar práticas que visem a racionalização e sustentabilidade das despesas da Instituição, como também, busca promover ações voltadas para a comunidade acadêmica com o objetivo de incentivar a cultura da sustentabilidade.

Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

A UFRB não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

A UFRB adota a política de separação dos resíduos recicláveis, possuindo em todos os campi coletores de lixo que permitem tal separação, além de possuir cláusula nesse sentido nos contratos de limpeza, conservação e asseio.

Após a separação, os resíduos são destinados à duas associações de catadores (CataRenda em Cruz das Almas e Artemares em Feira de Santana) com as quais a UFRB possui formalizado Termo de Cooperação Técnica.

Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

A partir da publicação do decreto n. 7.746/2012, a UFRB passou a adotar nos instrumentos convocatórios das licitações e nos contratos firmados, dispositivos e cláusulas que observam o quanto estabelecido no referido decreto.

Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012; Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012; Sobre a formalização e abrangência do PLS

na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012; Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012); Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

A UFRB possui o Plano de Logística Sustentável, conforme estabelece o decreto n. 7.746/2012, sendo a comissão gestora instituída pela Portaria n. 886/2013 do Gabinete do Reitor.

O Plano de Logística Sustentável da UFRB é fruto de um dedicado trabalho de servidores de diversos setores, que ao unirem suas forças e conhecimentos, buscaram produzir um documento que norteasse todo um processo de gestão pública mais sustentável, com a finalidade de desempenhar na Instituição práticas que reduzissem os impactos socioambientais.

As ações do PLS abrangem todos os campi da UFRB, sendo possível verificar nas avaliações a redução no consumo e adoção de práticas sustentáveis. O PLS consta disponível no website <https://www.ufrb.edu.br/logisticasustentavel/index.php/plano-de-logistica-sustentavel>, sendo que a avaliação de 2015 ainda está em fase de publicação.

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

O Núcleo de Gestão de Logística Sustentável vinculado à Coordenadoria de Serviços Operacionais, em sua atuação conjunta com os diversos setores da UFRB, possui o grande desafio de envolver e mobilizar toda a comunidade acadêmica para o objetivo principal, que é uma política de práticas sustentáveis em todos os procedimentos da instituição. Essa atuação visa firmar este instrumento norteador, o PLS, como uma agenda da Universidade, e implementar as ações nele contidas.

Não obstante as campanhas realizadas pelo Núcleo de Gestão de Logística Sustentável, é possível perceber na execução das atividades sobre sustentabilidade ambiental que há nos servidores a carência de uma visão crítica do assunto, no que tange às ações de coletas e iniciativas como desligar os interruptores, aparelhos de ar condicionado e monitores dos computadores quando saem da sala, etc., ou outras ações desenvolvidas em prol do tema.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia dispõe de alguns canais de comunicação entre eles destacamos: a utilização do Sistema de Informação ao Cidadão e a Ouvidoria. Estes funcionam, perspectivamente, com a finalidade de responder perguntas dos usuários-cidadãos, aumentando o relacionamento entre a Instituição e os cidadãos e contribuindo para a efetivação da transparência das informações públicas e de acolher as diferentes manifestações dos cidadãos-usuários contribuindo para o controle social e a transparência passiva.

A Ouvidoria foi criada, através da portaria nº426/2013, de 28 de março de 2013, atendendo a necessidade de uma estrutura organizacional que acolhesse melhor as necessidades de relacionamento com a sociedade de forma democrática e participativa e capaz de acompanhar à gestão Universitária.

Além das atividades rotineiras de receber e responder manifestações diversas a Ouvidoria nesta IFES pretende criar formas para medir a satisfação dos cidadãos-usuários quanto às ações da Instituição.

Nesta universidade é possível ter acesso ao Serviço de Acesso à Informação através do link na página da Universidade para o sistema e-sic, por carta e presencialmente. Da mesma forma se dá o acesso à Ouvidoria para registro de manifestações acrescentando-se a possibilidade de envio de e-mail e pelo sistema E-Ouv.

A fim de analisar o desempenho da Unidade durante o ano de 2016, foram criadas algumas tabelas que nos fornecem alguns indicadores e através de um estudo comparativo como os indicadores de 2015, podemos compreender o crescimento do grau de confiabilidade dos usuários-cidadãos no trabalho da Ouvidoria, a satisfação provocada pela utilização de um sistema administrativo e os impactos positivos da chegada de uma nova servidora ao setor.

Durante o ano de 2015 a Ouvidoria Geral registrou 110 manifestações e 164 em 2016. Isto significa um acréscimo de 49% nas demandas acolhidas.

Tabela 43: Classificação quanto ao tipo de demanda registrada 2015 e 2016

Tipo de manifestação	2015	2016
Reclamação	38,19%	32,30%
Denúncia	21,81%	43,30%
Elogio	1,81%	1,20%
Sugestão	1,81%	0,00%
Solicitação	36,36%	23,20%
Total de manifestações registras	110	164

Fonte: Gabinete/Ouvidoria

Ao analisarmos a tabela, podemos perceber um decréscimo no percentual de reclamações, solicitações, elogios e sugestões e acréscimo no percentual de denúncias.

Para prosseguirmos a análise é importante conhecermos melhor cada conceito. De acordo com o Manual para Ouvidores Federais, confeccionado pela Ouvidoria Geral da União há diferença entre reclamação e solicitação. A reclamação manifesta insatisfação ou protesto sobre um serviço prestado, ação ou omissão da administração e/ou servidor público, considerado ineficiente, ineficaz

ou não efetivo. Este conceito abrange, também as críticas. Enquanto por solicitação entende-se uma manifestação em que o objeto e o sujeito são claramente definidos, também podendo indicar insatisfação; deve conter, necessariamente, um requerimento de atendimento ou serviço a ser prestado pela Administração. Pode se referir também a uma solicitação material ou não (por exemplo: material de divulgação; pedido de reajuste salarial; ou, no caso da saúde, pedido de medicamento, ou intervenção do órgão em uma determinada situação). E, finalmente, entende-se por denúncia a comunicação de irregularidades ocorridas na administração pública ou de exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções. É também comunicação de infrações disciplinares ou prática de atos de corrupção, ou improbidade administrativa, que venham ferir a ética e a legislação.

Analisando o conceito de cada tipo de manifestação e os conteúdos das manifestações registradas ao longo do ano de 2016, percebemos que há um equívoco conceitual no momento em que são registradas algumas manifestações. Muitas manifestações registradas como denúncia tratam-se, na verdade, de reclamações, refletindo apenas o desejo de que sejam solicitadas providências por parte da Administração Pública. Infelizmente durante o ano de 2016, não era possível, através do sistema alterar o tipo de denúncia, para que fosse mais fiel as características do texto manifestado. Está alteração passou a ser possível e poderá transformar o relatório de 2017 em um texto com dados mais fidedignos aos conteúdos das manifestações.

Entre os principais assuntos denunciados, reclamados e solicitados registrados nesta Ouvidoria estão: Possível descumprimento de edital de concurso, indisponibilidade de sistemas e/ou dificuldade de acesso, demora na entrega de documentos, possível descumprimento do Regulamento Estudantil da Graduação da Universidade, possível irregularidade no cadastro de discentes para recebimento de auxílios estudantis, acesso ao segundo ciclo do curso de medicina, assédio e/ou má conduta ética, falta de transparência e atrasos para recebimento de auxílios.

Para todas as situações as medidas necessárias para análise e esclarecimento foram providenciadas pelos setores responsáveis. No entanto, acreditamos que a Administração da Universidade deva se debruçar-se em busca de ações que contribuam para evitarmos manifestações recorrentes para os mesmos assuntos.

Por fim, não entendemos que o aumento na quantidade de denúncias, reclamações e solicitações seja suficiente para concluirmos que há um grande número de usuários-cidadãos insatisfeitos com os serviços oferecidos pela Universidade. Dada a disparidade entre reclamações, denúncias e solicitações comparadas com elogios e sugestões, podemos concluir que ainda impera o entendimento de que a Ouvidoria seja apenas o lugar para registrar queixas, solicitar garantia de direitos e denunciar irregularidades.

A Ouvidoria entende que somente através de campanhas explicativas sobre o trabalho da Ouvidoria, por meio de internet, distribuição de panfletos, exposição de banners e participação da Ouvidoria em eventos da Universidade explicando o funcionamento e papel do órgão poderá modificar a cultura de que o espaço da Ouvidoria é apenas para manifestar denúncias e reclamações. Ademais se faz necessário, também a compreensão conceitual de cada tipo de manifestação.

Ressalta-s que em 2016 foram registrados 92 pedidos de acesso á informação destes 164, foram respondidos fora do prazo e 78 foram respondidos dentro do prazo. Devemos lembrar, que a maioria desses pedidos com respostas registradas fora do prazo aconteceram devido ao período de greve dos Servidores que ocorreu no ano passado. Não houveram registros de solicitação de informação de forma presencial ou por carta no ano de 2016. Todas as solicitações foram feitas através do E-SIC.

E por fim em 2016 foram registrados 50% a mais manifestações que no ano anterior, quando foram registradas 110 manifestações. Após adesão ao Sistema de Ouvidorias Federais foi possível o registro de todas as manifestações acolhidas pela Ouvidoria no sistema e-OUV, que assim como o E-SIC ajuda no gerenciamento das manifestações e garante o controle quanto ao prazo para respostas, facilitando o contato com os cidadãos-usuários.

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Existe no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia uma iniciativa conjunta do Gabinete do Reitor, da Pró-reitoria de Planejamento, da Auditoria Interna, da Ouvidoria Geral e do Serviço de Acesso à Informação e Assessoria de Comunicação para a construção da Carta de Serviços ao Cidadão, seguindo os parâmetros presentes no Decreto nº6.932, de 11 de agosto de 2009.

O Decreto nº6.932/2009 a partir dos décimo primeiro artigo ao conceituar a Carta de Serviços ao Cidadão, lista as informações que considera importantes para que o cidadão ao solicitar um serviço saiba a que setor deve solicitar, quais canais de acesso, qual a documentação necessária, qual o horário de funcionamento, em quanto tempo terá o serviço prestado, entre outras. Deste modo, o documento possui a finalidade de disponibilizar ao cidadão o acesso aos serviços oferecido pelo órgão de forma transparente.

Reconhecendo sua importância foi iniciado o trabalho de mapeamento dos serviços oferecidos pela Universidade à comunidade. Este trabalho está sendo gerenciado a partir da implantação do sistema de gestão administrativa. Atualmente, é possível identificar na página da Universidade, uma lista de serviços oferecidos, obtendo imediata informação quanto ao setor responsável, os meios de comunicação, horário de funcionamento, público-alvo e forma de atendimento.

Ainda não há uma Carta de Serviços ao Cidadão construída conforme as exigências do Decreto nº 6.932/2009, mas há trabalho inicial que será aprimorado para a construção da Carta.

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Em 2015 aguardávamos a resposta da equipe de suporte do sistema E-Ouv quanto à possibilidade do envio de um formulário de satisfação de usuário através do próprio sistema. Satisfatoriamente, fomos informados que o Sistema E-Ouv disponibilizava um formulário com este objetivo que poderia ser preenchido pelo cidadão-usuário quando a manifestação fosse concluída. Porém, este não é um documento obrigatório para finalização da manifestação.

Ao buscarmos às informações quanto a este indicador percebemos que nenhum manifestante preencheu o formulário existente no sistema E-Ouv. A falta de resposta indica desconhecimento, por isto optamos por encaminhar aos manifestantes no ano de 2017, um link para preenchimento de um formulário de satisfação criado pela Ouvidoria Geral desta Universidade, com uma exposição de motivos quanto a importância do preenchimento.

Estamos atentos, também, quanto as solicitações presenciais, por isto temos alguns formulários impressos na sala da Ouvidoria, para preenchimento presencial.

O formulário possui as mesmas questões encaminhadas no relatório anterior ao Tribunal de Contas da União. Para reforço, segue o modelo do relatório.

Ilustração 5: Modelo de questionário de satisfação do Usuário-Cidadão

Modelo - Questionário de satisfação do Usuário-Cidadão				
1. Qual o meio de comunicação utilizado para formalização de manifestação na Ouvidoria?				
Site	Mensagem eletrônica		Presencial	
2. Você procurou o órgão ou setor envolvido na manifestação, antes de recorrer à Ouvidoria-Geral da UFRB?				
Sim		Não		
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		
3. Você já sofreu algum constrangimento do órgão ou setor envolvido na manifestação por ter procurado à ouvidoria-Geral da UFRB?				
Sim		Não		
<input type="checkbox"/>				
4. Assinale seu vínculo com a universidade				
Professor	Téc. Administrativo	Aluno	Terceirizado	Sem vínculo
5. Assinale o grau de satisfação em relação aos itens abaixo:				
a) Facilidade de acesso ao site da ouvidoria				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso

b) Clareza na apresentação dos itens do questionário no sistema				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
c) Facilidade de acesso ao endereço eletrônico da Ouvidoria				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
d) Tempo de resposta á sua solicitação				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
e) Solução da solicitação pelo setor envolvido				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
f) Atendimento/tratamento recebido do setor envolvido				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
g) Acompanhamento do processo pela Ouvidoria				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
h) Atendimento/tratamento recebido da equipe da Ouvidoria				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso

Fonte: Gabinete/Ouvidoria

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O endereço do Portal da UFRB na internet é www.ufrb.edu.br. O portal da UFRB dá acesso aos links da área de Acesso à Informação que possui, dentre outras informações:

- Estrutura Organizacional
- Competências
- Legislação
- Cargos e Responsáveis
- Agenda de Autoridades
- Horários de Atendimento
- Auditorias
- Despesas
- Servidores
- Licitação e Contratos
- Convênios
- Ações e Programas

Ilustração 6– Localização da área de Acesso à Informação no Portal da UFRB

The image shows a screenshot of the UFRB website. The top navigation bar includes 'BRASIL', 'Acesso à Informação', 'Participação', 'Serviços', 'Legislação', and 'Contato'. The main header features the UFRB logo and 'Recôncavo da Bahia' with the 'Ministério da Educação' logo. A large banner for 'sisu 2017.1' is visible, advertising 1,490 vacancies and registration dates from January 24 to 27. Below the banner, there are several news items and sections like 'Centros de Ensino', 'Pró-Retorias', and 'WebTV'. On the left side, there is a vertical menu with categories such as 'ENSINO', 'INGRESSO', 'PESQUISA', 'EXTENSÃO', 'PUBLICAÇÕES', 'POLÍTICAS ASSISTENCIAIS E TUTORIAIS', 'INTERNACIONAL', and 'ACesso à Informação'. The 'ACesso à Informação' menu item is highlighted with a red box, and a red arrow points to it. At the bottom of the page, there are four columns of links: 'Pró-Retorias', 'Centros de Ensino', 'Links de Interesse', and 'Sobre o site'. The footer contains the text 'Desenvolvido com o CMS de código aberto Joomla!'.

Fonte: Ascom

6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

6.5.1 Do ponto de vista da infra estrutura

Buscamos planejar e executar a urbanização dos espaços públicos dos Campi de forma a torná-los acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, entretanto algumas áreas dos campi da UFRB não estão plenamente urbanizadas e mesmo algumas etapas do planejamento inicial ainda não foram executadas, a exemplo dos acessos a algumas edificações e áreas de estacionamento. Existem ainda remanescentes de infra-estruturas antigas, anteriores a criação da UFRB que não são plenamente acessíveis e houve o acréscimo de dois novos campi, bem como a utilização de espaços alugados, tornando apenas parcial o atendimento a este quesito. Os estacionamentos planejados para os campi da UFRB possuem a previsão de vagas para pessoas com deficiência e idosos, entretanto algumas delas não estão adequadamente sinalizadas.

As edificações novas projetadas desde a criação da UFRB já prevêm elementos que as tornem acessíveis, entretanto mesmo estas atendiam as normatizações anteriores a 2015, e desde a atualização da NBR 9050-2015 necessitam de ajustes. Saliento que a UFRB dispõe de edificações antigas, anteriores a sua criação, e que nestes casos não foi possível garantir a plena acessibilidade, tendo sido alvo de intervenções a medida da sua importância no fluxo de pessoas e atendendo a disponibilidade financeira. Em alguns municípios foi necessário alugar imóveis para funcionamento de atividades acadêmicas e nestes casos também não foi possível contratar imóveis que atendessem plenamente os requisitos de acessibilidade. O que podemos informar é que os requisitos de acesso ao interior das edificações, itinerários internos, existência de sanitários acessíveis e o planejamento dos auditórios e seus lugares vem sendo atendido na maioria dos casos.

Da mesma forma, os projetos dos passeios novos dos Campi da UFRB prevêm piso tátil e rebaixamento de calçadas com rampas para acesso por cadeirantes, as edificações novas com mais de um pavimento possuem elevadores ou rampas, conforme norma da ABNT. As edificações da UFRB existentes cujos compartimentos para sanitários destinados a pessoas com deficiência não possuem ainda uma entrada independente deverão passar por adaptações nos próximos anos, sendo que algumas delas já possuem projeto elaborado para a adaptação. Do mesmo modo as edificações que não possuem ainda sinalização tátil, possuem uma previsão de instalação, algumas já com projetos elaborados. Ressaltamos, no entanto que nunca houve dotação orçamentária específica destinada pela União no orçamento da UFRB para fins de implantação de acessibilidade e que muitas destas adaptações demandam um custo considerável.

Por fim informamos que dentro das atribuições desta Superintendência não consta a realização de atividades relativas a “normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.” Questões relativas à “Acessibilidade nos Veículos de Transporte Coletivos”, “Acessibilidade nos Sistemas de Comunicação e Sinalização” e “Atendimento Prioritário” conforme prevê a legislação.

6.5.2 Do ponto de vista do ensino

No exercício 2016, ofereceu cursos de formação na área de Educação Inclusiva: *Acessibilidade no Ensino Superior e Língua Brasileira de Sinais - Libras* para formação de servidores docentes e técnico-administrativos.

A inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior envolve ações que possibilite o acesso e a permanência, viabilizando suportes pedagógicos necessários no âmbito de tecnologias assistivas, de modo a favorecer a vida acadêmica desses discentes nos cursos de graduação da UFRB.

Nesse sentido, no ano de 2016, visando atender as demandas de acessibilidade dos discentes com deficiência da instituição, tem disponibilizado equipamentos para o acesso e permanência dos mesmos. Realizando itinerância aos centros de ensino sobre as atribuições do Núcleo de Políticas de Inclusão-NUPI, bem como suas ações, informações e equipamentos para auxiliar a discentes.

Diante disso os recursos adquiridos e disponibilizados no ano exercício de 2016 foram: 04 (quatro) tablets e 02 (dois) tripés, disponibilizados no Centro de Formação de Professores e para auxiliar os servidores tradutores/intérpretes de Libras que atuam com os estudantes surdos; 05 (cinco) scanners com voz para empréstimo a discentes e servidores com deficiência para desenvolvimento de suas atividades. Em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC, solicitamos 02 (dois) notebooks para empréstimos a discentes que ingressaram no semestre 2016.1, viabilizando assim, a vida acadêmica dos mesmos. Salientamos que estamos em processo de aquisição de 15 (quinze) cadeiras de rodas para distribuição em todos os centros de ensino da UFRB, para promoção da acessibilidade nos campi, bem como, a aquisição de 01 (uma) cadeira de rodas stand-up para uso de discente com mobilidade reduzida.

Além disso, foram solicitadas 07 (sete) lupas eletrônicas portáteis e 02 (duas) filmadoras, porém os equipamentos não foram entregues pela empresa vencedora do pregão dentro do prazo estabelecido. Dentre as atividades, vale ressaltar a visita técnica da Diretoria de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – DPEE/SECADI/MEC, com a finalidade de consolidação e avaliação das Políticas Públicas da Diversidade. Para tanto, prevê dentre suas atividades, a identificação das medidas institucionais para a promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação superior. Dentre vários pontos, fora mencionado a carta de acessibilidade da UFRB, para promoção de acesso de pessoas com deficiência em seus espaços.

Visando favorecer a permanência dos discentes com deficiência registrados na UFRB disponibiliza bolsistas para atuarem junto a estes discentes. As atividades desenvolvidas por esses bolsistas são: adaptação do material impresso em tinta para formato digital com devida formatação do mesmo; atuar como leitor e escriba durante as avaliações e em atividades acadêmicas individuais e/ou em grupos; auxiliar estudantes com dificuldade de locomoção.

Outra ação que vem sendo desenvolvida pelos servidores tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras, lotados no NUPI, sendo uma ação em constante processo, realizando tradução e interpretação de notícias veiculadas no site e eventos da UFRB. Realizando ação juntamente com os servidores tradutores/intérpretes de Libras em orientação aos discentes formandos do curso Letras-Libras/Língua Estrangeira; Gravação do edital do concurso para professores do Centro de Formação de Professores; atuação no I Congresso de acessibilidade realizada no IFBA de Santo Antônio de Jesus em parceria com o Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFRB; II Setembro Azul da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; Tradução e interpretação do Coral da UFRB em eventos da instituição; Atuação dos servidores tradutores/Intérpretes de Libras no processo seletivo e no período de matrículas 2016.1, III Cólóquio sobre Educação Identidade Docente: Construção e Prática.

Os Estudantes com deficiência ou Necessidades Educativas Especiais registrados na política de acessibilidade em 2016, 19 estudantes com deficiência encontram-se registrados no Núcleo de Políticas de Inclusão/PROGRAD, conforme quadros abaixo, os quais relacionam a quantidade de estudantes por Curso de Graduação.

Quadro 30: Quantidade de estudantes com deficiência registrado no NUPI em 2016

Curso	2016
-------	------

Pedagogia	2
Filosofia	1
Letras Libras	4
Medicina	1
Nutrição	2
Museologia	1
Medicina Veterinária	3
Engenharia Sanitária e Ambiental	1
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	2
Física	1
Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Matemática	1

Fonte: prograd

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia não possui gerência sobre a movimentação de seu fluxo de caixa uma vez que depende, quase que na sua totalidade, das transferências financeiras efetuadas pelo MEC e este dependendo, por sua vez, das transferências financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional.

As liberações de recursos financeiros pelo MEC são efetuadas com base na apuração da conta “Despesas Liquidada a Pagar - cota e RAP”, em um determinado período do mês, deduzidas as disponibilidades financeira na conta limite de saque. Durante o exercício financeiro de 2016 a maioria das liberações financeiras ocorreu de forma parcial, o que inviabilizou a quebra da ordem cronológica de pagamento e as seguintes situações:

- Os recursos financeiros recebidos pelo MEC não eram suficiente para atender o pagamento das despesas liquidadas no mês de competências. O MEC transfere os recursos à medida que recebe do Tesouro Nacional;
- Partes dos recursos financeiros já vieram "carimbadas" para pagamento de determinadas despesas;
- Com a falta de recursos financeiros a Administração se viu obrigada a fazer escolhas, priorizando aquelas empresas com maior vulnerabilidade no seu fluxo de caixa: pagamento de contratos de serviços terceirizados, por exemplo;
- Priorizações também foram necessárias quando a falta de pagamento ameaçava serviços essenciais para o funcionamento da Universidade: energia elétrica, água e esgoto, fornecimento de alimentação dentre outros;

Ressalta-se ainda que a restrição orçamentária imposta pela não liberação de limites de empenho e financeiro, prática esta adotada pelo MEC desde o exercício 2014, assim como liberação de 1/12 avos do orçamento 2016 em virtude da não aprovação da LOA, são fatores que influenciam diretamente no processo de execução limitando o pagamento das obrigações contratuais e restringindo ao atendimento das demandas da comunidade acadêmica.

No exercício 2015 não foi possível realizar em sua totalidade os empenhos dos contratos, e dos pregões corridos naquele exercício postergando sua execução para o exercício 2016. Neste sentido execução orçamentário e financeiro foi prejudicada em virtude de dois fatores: a existência de despesas do exercício anterior não empenha e a postergação da liberação do Orçamento.

No primeiro ponto, destaca-se que o contingenciamento do limites de empenho dos recursos de 2015, inviabilizou a finalização de pregoes naquele exercício, pregoes estes planejados para ser executados no orçamento 2015. Situação agravada em virtude do volume de despesas também repassadas em 2014. Reconhecendo o impacto acadêmico que os pregões em andamento traria para a comunidade, os gestores optaram por realizar os empenhos das referidas despesas com o orçamento 2016, respeitando os prazos legais, tão logo fosse liberado o processo de execução.

No tocante ao segundo ponto, o orçamento efetivo de 2015, ressaltamos que dado a agravação do cenário político e econômico nacional, com mesmo com a sanção da LOA pela presidenta da Republica em 14 de janeiro de 2016, não foi possível estabelecer de forma precisa o rito de execução. Haja visto o estabelecimento do contingenciamento na ordem de 20% para o custeio e

60% para o Investimento, limites estes só restabelecidos em setembro com a liberação integral para custeio e mais 10% para investimento.

No Segundo semestre de 2016 à comunidade acadêmica estava paralisada em virtude das greves dos servidores Técnicos e Docentes e a ocupação das Unidades de Ensino e a Reitoria pelos discentes. Tal fato impossibilitou a formatação de algumas demandas estratégicas tanto para a área administrativa quanto para a área acadêmica.

Para corrigir a defasagem orçamentária e financeira gerada pela não liberação dos limites orçamentários em 2016, foram dadas continuidades as medidas já adotadas no exercício de 2015, quais sejam: Foram definidos baseamentos duas fretes de ações. a primeira com a construção de um plano emergencial de execução orçamentária e financeira, na qual foi definido as prioridades para realização dos empenhos e segundo a doção de política interna de redução de despesa com revisão dos diversos contratos de terceirização.

Para o primeiro ponto, foi apresentado uma proposta cujo objetivo é estruturar o fluxo orçamentário e financeiro no exercício, empenhando os contratos continuados referentes ao exercício 2015 e atender a demanda reprimida do exercício. Para tanto foram categorizadas as despesas orçamentárias com vista a definir as prioridades no processo de execução. Nesta etapa foram consideradas as despesas derivadas de contratos e/ou de fluxo contínuo (Unidades Básicas de Custeio), tais como: serviços terceirizados, pagamento de estagiários, serviços públicos, aluguel e outras despesas emergenciais. Na definição dos critérios para execução foram priorizadas as despesas cuja seu impacto refletiria diretamente na atividade acadêmica, na atividade administrativa, na economia local e as por fim as com maior flexibilidade contratual.

Quanto ao segundo ponto, foram desenvolvidas ações administrativas tais como:

- Redução de despesas administrativas:
 - Diárias e Passagens,
 - Despesas com Estagiários(praticamente zerada),
 - Contratação de prestação de serviço pessoal física,
 - Material de Consumo
 - Ações da Reitoria e Pró Reitorias.
- Redução de despesas correntes em 20% (Energia, água, Correios, Combustível, telefonia etc.) –Conversão de Capital em custeio.
- Redução de mão de obra terceirizada(revisão dos contratos com redução dos quadros).

7.2 INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

A manutenção financeira das atividades de ensino pesquisa e extensão são mantidos nesta UPC através de Recursos oriundos do Tesouro, arrecadação própria e convênios. No tocante a política para destinação dos recursos previstos na LOA (Recurso oriundos do tesouro e arrecadação própria), no âmbito da UFRB não existe instrumentos formalizados que definem o montante de recursos a ser destinados para tais atividades. A *praxis* é a apresentação das demandas conforme previsão em planejamento setorial e estratégico das áreas especificadas e a conciliação destas com a disponibilidade orçamentária.

Os recursos destinados para suprir as demandas áreas, são alocados em ação governamental destinadas para tal fim. No exercício 2016, a ação 20GK - Fomento as ações de Graduação, pós graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, PTRES 108743, utilizou tanto a fonte recursos do tesouro(matriz andifes) quanto arrecadação própria. Ressalta-se que esta última tem sua utilização tradicionalmente destinada a bolsas aos discentes, neste caso específico foram utilizadas para prioritariamente para pagamento de bolsas de monitoria.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Neste exercício houveram arrecadações apenas na fonte 250, os recursos captados foram usados prioritariamente na utilização para pagamento de auxílios e bolsas, tendo em vista que cerca de 40% são vinculados a projetos e/ou programas específicos. A outra parte da arrecadação, taxas de concursos alugues e vendas de produtos de derivação animal e vegetal, também por orientação do Gestor máximo da instituição, foi direcionada para mesma finalidade. Uma outra aplicação das receitas foi o pagamento de diárias, outros serviços de terceiros, hospedagens e pagamento do contrato de apoio administrativos.

Tabela 44: Execução da Arrecadação Própria no exercício 2017

Fonte Recursos	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas
Não Financeiro Arrecadados	251.319		
Diretos Arrecadados pela UFRB	931.356	931.356	928.709

Fonte: Proplan

7.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Avaliação e mensuração de ativos –Neste exercício foram dadas prioridades aos processos de migração dos dados dos bens para o novo sistema e a revisão e atualização dos cálculos da depreciação dos cerca de 60.000 itens que compõem os bens moveis da UFRB. Em razão deste processo de migração dos bens da UFRB para o novo sistema adquirido da UFRN, ainda não deu início à reavaliação dos mesmos.

Logo em razão da prováveis inconsistências no cálculo da depreciação e da depreciação acumulada, o que faria com que alguns itens do ativo imobilizado ficasse com saldo negativo, caso o registro fosse efetuado, foram suspenso os registros da depreciação até a finalização da migração para o novo sistema, assim como a revisão e atualização dos cálculos da depreciação.

7.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Estágio de apuração

O processo de apuração dos custos nesta UPC continua em desenvolvimento, entretanto não houveram avanços significativos no exercício 2016 em virtude dos movimentos grevistas dos docentes e dos técnicos administrativos. Para 2017 estão previstas à criação de GT para dar continuidade aos trabalhos.

No tocante a estrutura organizacional atual não existe unidade administrativa cuja a competência seja apurar custos. Entretanto algumas iniciativas são desenvolvidas pela Pro Reitoria de Planejamento.

Com a implantação dos módulos do SIG de almoxarifado pela PROAD e de pessoal pela PROGEP que aconteceu em 2013 e em 2014 respectivamente, já é possível identificar tais despesas. Na medida em que forem implantados novos módulos serão incorporados novos itens de despesas.

Inicialmente as informações coletadas permitem a apuração de custos nas unidades organizacionais que tenha servidor lotado e que efetivamente façam solicitação de material, entretanto existe algumas restrições, as quais relataremos a seguir:

No tocante a Pessoal podemos citar como exemplo: Selecionado a unidade organizacional Pro Reitoria de Planejamento, é possível identificar as despesas com pessoal lotadas diretamente na unidade e as subordinadas diretamente (Pro reitor e coordenadores). Entretanto estamos avançados na coleta dos dados e consolidação das informações a fim de que seja possível também identificar os custos consolidado, quais sejam, os custos com todas as unidades e suas respectivas sub unidades. Neste caso os custos com os núcleos subordinados.

Para Material de Consumo os relatórios gerados pelo sistema possibilita apuração dos custos por unidade solicitante. Independente do nível hierárquico, ou seja, por núcleo, coordenação pro Reitoria, inclusive com a possibilidade de apurados para as unidades do nível hierarquicamente superior de forma consolidada, ou seja, apurar custos da pro reitoria como a soma dos custos dos setores que a compõe.

Quadro 31: Nível Organizacional de apuração de custos

Nível 1	Nível 2	Nível 3
Pro Reitoria de Planejamento	Assessoria Pro Reitoria de Planejamento	Núcleos
	Coordenadoria de Projetos e Convênios	
	Coordenadoria de Informação e Documentação	
	Coordenação Orçamentária Contábil e Financeira	
	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	
	Superintendência de Planejamento e Implantação do Espaço Físico	
	Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional	

Fonte: Proplan

Metodologia para implantação

Com base na fundamentação teórica, observa-se que as organizações de ensino utilizam os sistemas de custeio por absorção, ou seus derivativos, destacando-se, entre outros, os sistemas de custeio por aluno. Os sistemas de custeio tradicionais utilizam os mais diversos métodos para o rateio dos custos indiretos. O ABC busca melhorar essas informações, partindo do pressuposto de que os recursos gastos pela organização são consumidos pelas atividades desenvolvidas em cada setor e que os produtos ou serviços consomem estas atividades. Na apuração dos custos através deste

método, os recursos serão alocados via direcionadores de custos ao invés de rateios, produzindo uma informação de custo mais acurada e que não será baseada em volumes. Por isso optou-se por implantar este sistema de custeio na UFRB.

Uma vez definida a estrutura geral da universidade e os seus principais produtos e indicadores, serão seguidas as seguintes etapas na construção do sistema de custo:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANOGRAMA DA UFRB

O organograma e o quadro de pessoal servem como ponto de partida para assegurar que a estrutura da organização seja totalmente entendida e também para que toda a organização esteja sendo coberta, uma vez que define as unidades de atividades;

DETERMINAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS CENTROS DE CUSTOS (ÁREAS DE ESTUDO).

O agrupamento dos centros de custo é organizado respeitando a variedade de atividades que diferem entre si quanto aos objetivos, enquanto algumas atividades estão voltadas à atividade fim (Ensino, Pesquisa e Extensão) outras cumprem o papel de auxiliares no processo e outras são alocadas de maneira a permitir a infra-estrutura básica.

Produtivo - onde se realizam as atividades fins: Centros, Colegiados, laboratórios, etc;

Apoio técnico e administrativo - dá suporte a realização das atividades fins: administração superior, seções técnicas administrativas, biblioteca, etc;

IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS FONTES DE DADOS DE RECEITAS E DESPESAS;

Nesta etapa poderão surgir algumas dificuldades, pela falta de dados, devido a organização da universidade, pela não-disponibilidade da informação. É uma das etapas importantes no desenvolvimento do trabalho, não podendo ser distinta nem isolada das demais, embora determine as outras etapas.

A fase de coleta dos dados será realizada da seguinte forma:

Dados de custo dos setores: Os custos serão coletados através de informações extraídas de fontes documentais como registros de arquivos financeiros e de pessoal, mapa de aquisição de material e relatório sobre os tipos de procedimentos efetuados no setor.

Dados de atividades realizadas nos setores: Serão entrevistados os profissionais que participam das atividades envolvidas no processo e observadas as rotinas existentes no setor. Os dados obtidos serão empregados para identificar as atividades mais relevantes que o produto ou serviço requer na sua elaboração. Para tanto, torna-se necessário conhecer o tempo que o setor gasta para realizar as atividades, sendo preciso fazer também a medição da energia elétrica, utilizando-se, para isso, instrumento apropriado.

Identificação das atividades: Uma atividade é uma ação que utiliza recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros para se produzir bens e serviços. É composta por um conjunto de tarefas necessárias ao seu desempenho. As atividades são necessárias para a concretização de um processo, que é uma cadeia de atividades correlatas, inter-relacionadas. Num departamento são executadas atividades homogêneas, onde o primeiro passo é identificar quais destas são relevantes.

Classificação das atividades: As atividades em um sistema ABC podem ser classificadas como: primárias, secundárias e de apoio. Nas organizações de ensino há uma multiplicidade de atividades que ocorrem fora do setor, algumas dessas atividades dão suporte às atividades primárias, classificadas como secundárias. As primárias são as que contribuem diretamente para os objetivos funcionais do setor. Existem, ainda, as atividades de apoio: aquelas que dão suporte às outras atividades.

Atribuição dos custos às atividades: Esta etapa deve ser feita da forma mais criteriosa possível, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

Alocação Direta: faz-se quando existe uma identificação clara, direta e objetiva de certos itens de custos com certas atividades. Pode ocorrer com salários, depreciação, material de consumo, etc.

Rastreamento: é uma alocação com base na identificação da relação de causa e efeito entre a ocorrência da atividade e a geração dos custos. Essa relação é expressa através de direcionadores de custos de primeiro estágio, também conhecidos como direcionadores de custos de recursos (isto é; de recursos para as atividades).

Rateio: é realizado apenas quando não há possibilidade de utilizar nem a alocação direta nem o rastreamento; porém deve-se ter em mente que, para fins gerenciais, rateios arbitrários não devem ser feitos.

Identificação dos direcionadores de custos: Direcionador de custos é o fator que determina o custo de uma atividade. Como as atividades exigem recursos para serem realizadas, deduz-se que o direcionador é a verdadeira causa de seus custos. Existem dois tipos de direcionadores de custos, os direcionadores de custos de recursos e os direcionadores de custos de atividades.

Os Direcionadores de custos de recursos identificam a maneira como as atividades consomem recursos e servem para custear as atividades, ou seja, demonstram a relação entre os recursos gastos e as atividades.

Os Direcionadores de custos de atividades identificam a maneira como os produtos “consomem” atividades e servem para custear produtos (ou outros custeios), ou seja, indicam a relação entre as atividades e os produtos.

Atribuição dos custos das atividades aos produtos: A última fase de implementação consiste em custear os produtos ou serviços prestados, uma vez que os custos, as despesas e as atividades relevantes já foram identificados, bem como seus direcionadores de recursos e direcionadores de atividades.

ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SIG):

O desenvolvimento de um software que integre as informações geradas pelo método, se implantado, poderá produzir uma visão mais abrangente sobre a instituição, a partir das informações de custeio por atividade.

Construção de módulos visando:

- Cadastro dos centros de custos, relações entre centro de custos e parâmetros de mensuração;
- Lançamento das fontes de receitas e despesas, dados de produção e criação de indicadores;
- Interface entre sistemas pré-existentes para aquisição de informações como, folha de pagamento e consumo de estoque;
- Módulo de apuração de resultados e elaboração de relatórios gerenciais.
- Definição do fluxo de dados, digitação, apuração, elaboração de relatórios, pré-análise, e envio das informações aos Centros de Custos (áreas de estudo).

Resultados Esperados

Depois de implantado o sistema de custos, será possível comparar o custo dos alunos por curso com o custo apurado pelo método ABC. A aplicação do método pode constituir-se em um guia para a tomada de decisões, tomando por base o custo gerado por qualquer atividade realizada no setor.

Com os relatórios gerados pelo sistema, será possível aos gerentes de cada área analisar seus custos, e promover a participação dos diversos níveis no processo de tomada de decisão.

Criação de alguns parâmetros de eficiência dos serviços prestados pelo UFRB bem como o conhecimento do custo real de cada curso. Esse conhecimento do custo também facilitará a priorização de investimentos.

A possibilidade do compartilhamento da análise das atividades e custos de cada centro estudado irá gerar uma melhora na atividade gerencial. Com o feedback dos centros de custos espera-se cada vez mais refinar as informações e por consequência, agilidade, rapidez e precisão nas tomadas de decisões do dia-a-dia.

Objetivando a centralização de todas as informações e dados necessários para a alimentação do sistema de custos, poderá ser criado, na instituição, um Núcleo de Apoio Técnico. Sua ação será intensa com todas as áreas de estudo (Centros de Custos) no sentido da aquisição de informações vitais para a alimentação mensal do sistema.

Esse sistema proporciona aos executivos a visão dos processos, eliminando desperdícios, revelando, inclusive, informações que pelos sistemas tradicionais de custos podem permanecer ocultas.

Uso das Informações do Sistema de Informações de Custo SIC

Considerando que o SIC ainda está em processo de implantação, considerando que as informações atualmente disponibilizada não atende as especificidades desta unidade, considerando que estamos em processo de implantação de um Sistema Integrado de Gestão que agregará informações tanto das atividades fins da instituição como das atividades meio e por fim considerando as especificidades existentes nas IFES.

Esta instituição Optou por construir plataforma de coleta de informações e tabulação de dados já existentes na instituição afim de gerar informações específicas de cunho gerencial voltadas para apuração de custos nesta IFES.

7.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20301 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCATO DA BAHIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	Atual
EMISSÃO	13/02/2017	PÁGINA	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	56.336,99	17.595,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	444,29	426,63
Contribuições	55.892,70	16.768,55
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.089.320,27	8.947.957,92
Prêmios	-	500,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autarquia Monetária	-	-
Incentivos	9.522.558,76	9.210.649,78
Subvenções econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Contribuição do Provedor	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-832.781,51	-278.058,13
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-4.718.520,86	-867.367,87
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
13/02/2017

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		292.060,80	838.309,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		243.090.857,46	229.497.255,20
Pessoal e Encargos		188.565.611,04	150.141.741,25
Remuneração a Pessoal		140.595.156,52	116.009.040,00
Encargos Patronais		28.391.025,77	23.215.236,70
Benefícios a Pessoal		17.179.429,75	10.917.464,55
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Despesas Previdenciárias e Assistência		1.790.113,43	3.056.050,98
Aposentadorias e Reformas		3.861.540,63	3.381.542,08
Pensões		920.271,73	458.867,08
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Reserva Indisponível de Transferência de Renda		-	-
Outras Reservas de Provisão e Restituição		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		34.660.797,38	60.634.266,24
Uso de Material de Consumo		1.862.891,20	1.869.583,24
Serviços		32.775.038,36	35.094.180,25
Depreciação, Amortização e Exaustão		192.667,82	13.670.522,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		12.968,38	5.428,79
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Oditivos		-	-
Juros e Encargos de Mora		12,48	153,25
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		12.956,50	5.276,06
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		535.927,79	953.349,04
Transferências Intragovernamentais		535.927,79	949.269,04
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	4.080,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		7.457.781,58	15.830.384,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes a Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		2.639.393,16	7.334.228,41
Destruição/paralisação de Ativos		4.818.388,40	7.886.166,13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
13/02/2017

PÁGINA
1

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26002 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		257.009.378,32	228.629.887,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Iluminação Pública			
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.421.068,71	1.148.254,41
Venda de Mercadorias		17.230,48	68.520,89
Vendas de Produtos		5.954,20	5.475,70
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.328.485,63	1.074.257,82
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Emprestimo e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Mora			
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Obtidos			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			
Aportes do Banco Central			
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas		250.597.543,41	211.709.425,01
Transferências Intergovernamentais		248.914.133,75	211.766.733,53
Transferências Intergovernamentais			
Transferências das Instituições Privadas		1.603.141,32	
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Consórcios Públicos			
Transferências do Exterior			
Execução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Recebidas		268,33	2.721,48
Valorização e Ganhos e/ou Ativos e Desincorporação de Passivos		5.498.105,60	15.072.968,91
Reavaliação de Ativos		4.822.701,40	4.891.739,43
Ganhos com Alienação			
Ganhos com Incorporação de Ativos		68.725,53	7.389.836,04
Ganhos com Desincorporação de Passivos		616.678,27	2.801.293,46
Reversão de Redução de Valor Recuperável			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		292.080,80	638.308,00
Variação Patrimonial Aumentativa e Classificar			
Resultado Positivo de Participações			
Operações da Autoridade Monetária			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 13/02/2017	PAGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-458.327,07	315.386,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.417.229,80	7.101.843,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.960.902,73	7.417.229,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
13/02/2017

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(-) Outros Bancários não Secados - Contas de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária de Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária de Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-25.628.480,56	-25.670.868,09
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-25.628.480,56	-25.670.868,09
Outros Desembolsos das Operações	-684.964,12	-998.340,86
Depósitos Extrabancários	-143.059,90	-43.071,47
Transferências Financeiras Concedidas	-536.927,73	-949.268,84
Valores Compensados	-67,53	-5.000,57
Demais Pagamentos	-67,53	-5.000,57
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.360.385,21	-14.690.337,37
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-10.360.385,21	-14.690.337,37
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.778.826,59	-14.447.160,21
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-601.558,62	-213.177,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
De Estados e/ou Distrito Federal	-	-
De Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Atual

EMISSÃO
13/02/2017

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - ALTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	9.924.058,14	14.975.723,82
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	290.030.166,83	213.599.011,47
Receita de Contribuições	964.957,43	1.732.256,95
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	51.958,00	62.032,27
Receita Industrial	87.230,86	93.520,89
Receita de Serviços	5.954,20	5.475,73
Remuneração das Disponibilidades	527.753,86	1.016.889,05
Outras Receitas Derivadas e Originárias	202.050,80	328.205,00
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Das Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outras Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários	40.055.209,40	211.017.265,32
Transferências Financeiras Recebidas	151.075,64	43.071,47
Demais Recebimentos	248.914.133,76	211.766.733,53
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo	-240.106.108,69	-198.623.347,85
Judiciário	-210.891.674,12	-174.157.738,28
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-4.918.787,89	-3.685.304,81
Trabalho	-	-
Educação	-204.975.337,12	-170.281.387,67
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-1.346,00
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-1.087.549,11	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONGAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSÃO
13/02/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	207.249.357,97	200.648.283,31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	207.249.357,97	200.648.283,31

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	6.706.353,97	7.469.886,41	PASSIVO FINANCEIRO	62.706.311,94	58.037.443,09
ATIVO PERMANENTE	200.264.862,10	193.197.617,90	PASSIVO PERMANENTE	272.692,60	3.070,00
			SALDO PATRIMONIAL	174.270.353,43	166.607.070,27

RESUMO DE EXECUÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2016	2015		2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	18.264.214,43	11.520.072,24	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	32.739.187,23	26.814.652,31
Execução dos Atos Potenciais Ativos	18.264.214,43	11.520.072,24	Execução dos Atos Potenciais Passivos	32.739.187,23	26.814.652,31
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	17.469.545,46	10.725.403,27	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congen	-	-
Direitos Contratados a Executar	794.668,97	794.668,97	Obrigações Contratadas a Executar	32.739.187,23	26.814.652,31
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	18.264.214,43	11.520.072,24	TOTAL	32.739.187,23	26.814.652,31

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.155.065,96
Recursos Vinculados	-23.556.890,21
Educação	-25.945.896,06
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-4.346,91
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.862.431,02
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.499.538,28
TOTAL	-25.711.916,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 13/02/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	9.433.396,63	9.290.011,49	PASSIVO CIRCULANTE	2.186.199,01	10.219.463,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.960.902,73	7.417.229,80	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	274.099,26	1.157,72
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.141.361,41	196.478,28	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.736.782,15	7.014.287,28
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	3.374,88	3.374,88
Estoques	1.331.042,49	1.666.363,41	Obrigações de Repartição e Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	151.938,72	3.196.663,38
ATIVO NÃO CIRCULANTE	197.810.051,34	191.368.271,82	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo	-	-
Investimentos:			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada do Proprietário e Investidores	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Propriedades para Investimento	-	-	Resultados Exercícios	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.186.199,01	10.219.463,23
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reserva de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	197.808.124,34	191.360.900,82	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	26.735.616,77	25.404.138,96	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	94.356.983,95	92.098.903,69	Resultados Acumulados	205.081.162,98	190.432.820,04
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-67.620.266,68	-67.594.817,13	Resultado do Exercício	14.719.520,66	-867.367,67
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	190.432.820,04	170.104.161,18
Bens Imóveis	171.070.507,57	165.956.764,26	Ajustes de Exercícios Anteriores	-70.177,94	21.196.026,73
Bens Imóveis	171.300.400,32	168.019.238,94	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	229.892,75	-67.474,68	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	205.081.162,98	190.432.820,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	9.927,00	7.371,00			
Softwares	-	-			
Softwares	542.918,35	542.918,35			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-542.918,35	-542.918,35			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	9.927,00	7.371,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	9.927,00	7.371,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 13/02/2017	PÁGINA 3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	218.524.283,00	262.640.014,00	257.030.628,48	248.377.338,91	238.793.921,05	5.609.385,52
TOTAL	218.524.283,00	262.640.014,00	257.030.628,48	248.377.338,91	238.793.921,05	5.609.385,52

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.171.909,66	3.059.878,09	2.688.266,51	2.608.193,51	1.925.026,38	1.618.508,86
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.171.909,66	3.059.878,09	2.688.266,51	2.608.193,51	1.925.026,38	1.618.508,86
DESPESAS DE CAPITAL	14.995.182,52	2.597.872,50	1.318.334,75	1.318.334,75	3.658.387,98	12.618.339,29
Investimentos	14.995.182,52	2.597.872,50	1.318.334,75	1.318.334,75	3.658.387,98	12.618.339,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.167.092,18	5.657.750,59	4.007.301,26	4.006.528,26	5.583.414,36	14.236.848,15

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	265.142,00	4.048.060,49	3.795.020,93	253.300,00	384.981,85
Pessoal e Encargos Sociais	66,64	-	-	-	66,64
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	365.075,45	4.048.060,49	3.795.020,93	253.300,00	384.915,01
DESPESAS DE CAPITAL	22.586,21	3.357.931,18	3.206.069,54	-	174.447,85
Investimentos	22.586,21	3.357.931,18	3.206.069,54	-	174.447,85
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	287.728,21	7.405.991,67	7.001.090,47	253.300,00	559.429,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2014

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - ALTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMISSION
13/02/2017

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.182.675,00	1.182.675,00	964.957,43	-217.717,57
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.182.675,00	1.182.675,00	964.957,43	-217.717,57
DÉFICIT	-	-	216.760,67	255.055,67
TOTAL	1.182.675,00	1.182.675,00	267.030.628,48	255.847.953,48
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	
DESPESAS CORRENTES	196.867.983,00	244.483.724,00	244.880.700,23	234.518.801,99	232.935.384,13	-804.976,23	
Pessoal e Encargos Sociais	139.017.218,00	176.377.633,00	174.751.468,66	174.735.345,82	174.735.345,82	1.626.166,34	
Juros e Encargos de Dívida	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	57.850.775,00	68.106.091,00	70.137.233,57	59.783.456,17	58.200.038,31	-2.031.142,57	
DESPESAS DE CAPITAL	21.858.290,00	18.156.290,00	12.141.928,25	5.858.536,92	5.858.536,92	8.014.381,75	
Investimentos	21.858.290,00	18.156.290,00	12.141.928,25	5.858.536,92	5.858.536,92	8.014.381,75	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS DESPESAS	218.524.283,00	262.640.014,00	257.030.628,48	240.377.338,91	238.793.921,05	5.609.385,52	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Ano

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
13/02/2017

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RFCHIA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES	1.182.675,00	1.182.675,00	964.957,43	-217.717,57	
Receitas Tributárias	-	-	-	-	
Impostos	-	-	-	-	
Taxas	-	-	-	-	
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	
Contribuições Sociais	-	-	-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profic.	-	-	-	-	
Receita Patrimonial	58.173,00	58.173,00	51.958,09	-7.214,91	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	58.173,00	58.173,00	51.958,09	-7.214,91	
Valores Mobiliários	-	-	-	-	
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-	
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	
Exploração de Patrimônio Intangível	-	-	-	-	
Saúde de Menores	-	-	-	-	
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	
Receita Agropecuária	174.322,00	174.322,00	87.236,08	-87.085,92	
Receita Industrial	18.859,00	18.859,00	5.954,20	-12.904,80	
Receitas de Serviços	923.585,00	923.585,00	527.753,06	-395.831,94	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	923.585,00	923.585,00	527.753,06	-395.831,94	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-	
Outros Serviços	-	-	-	-	
Transferências Correntes	-	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	6.736,00	6.736,00	292.060,60	285.324,60	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	1.705,32	1.705,32	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.736,00	6.736,00	288.794,66	282.048,66	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	
Demais Receitas Correntes	-	-	1.570,62	1.570,62	
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	
Operações de Crédito	-	-	-	-	
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	
Alienação de Bens	-	-	-	-	
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	
Transferências de Capital	-	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	20200 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2016	PERÍODO	Anual
EMISSÃO	13/02/2017	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2016	2015		2016	2015
Receitas Orçamentárias	964.957,43	1.782.238,25	Despesas Orçamentárias	257.030.828,48	210.407.803,41
Ordinárias	275.354,23	113.467,78	Ordinárias	78.122.221,83	33.009.400,76
Vinculadas	703.329,70	1.707.644,61	Vinculadas	181.908.406,55	177.398.402,63
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	703.329,70	1.707.644,61	Educação	174.461.651,11	149.297.162,37
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-13.726,50	-38.825,52	Seguridade Social (Extrato RGPS)	3.944.799,00	
			Operação do Crédito		25.578.112,71
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.483.501,36	1.056.396,93
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.018.476,28	1.477.730,62
Transferências Financeiras Recebidas	249.914.133,79	241.768.733,67	Transferências Financeiras Concedidas	535.927,79	949.288,84
Resultados da Execução Orçamentária	256.020.556,33	240.248.201,32	Resultados da Execução Orçamentária	7.850,94	1.636,27
Repasso Recebido	258.626.568,23	200.248.740,75	Repasso Concedido	7.830,94	1.636,27
Repasso Devolvido	-	1.120,67	Independentes da Execução Orçamentária	528.296,85	847.632,57
Independentes da Execução Orçamentária	12.287.566,53	11.516.671,91	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	252.172,82	826.074,81
Transferências Recebíveis para Pagamento de RP	11.355.841,69	0.888.475,84	Movimento de Sócios Patrimoniais	276.124,25	121.557,70
Movimentação do GCMR - Indenizações	1.091.725,84	628.385,67	Aporte ao INPS		
Aporte ao INPS	-	-	Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	18.387.783,07	10.860.501,89	Despesas Extraorçamentárias	11.156.645,06	12.837.083,77
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.583.417,66	5.252.093,21	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7.001.090,47	64.401,35
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	16.663.289,57	5.857.757,59	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.008.528,26	12.728.590,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	191.075,84	43.071,47	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	143.039,90	43.071,47
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	7.579,62	Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.988,43	3.000,57
Demais Recebimentos	-	7.579,62	Valores Compensados	57,93	3.000,57
			Demais Pagamentos	5.908,90	
Saldo do Exercício Anterior	7.417.229,80	7.101.843,55	Saldo para o Exercício Seguinte	6.960.902,73	7.417.229,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.417.229,80	7.101.843,55	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.960.902,73	7.417.229,80
TOTAL	275.684.104,06	231.611.365,82	TOTAL	276.684.104,06	231.611.365,82

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Esta UPC recebeu no ano de 2016 uma (1) determinação/recomendação através do acórdão 430/2016-TCU-Plenário que já foi parcialmente atendida com o encaminhamento do relatório final da TCE referente a obra do Hospital de Medicina Veterinária executada pela empresa MVA construções e Incorporações. Ademais restam ainda pendentes de atendimento completo de 3 determinações/recomendações originadas em anos anteriores, conforme detalhado nos quadros abaixo:

Quadro 32: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
032.458/2011-8	430/2016 – TCU - Plenário	9.3	Of. 0525/2016-TCU/SECEX-BA	18/03/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFRB/ Gabinete da Reitoria				
Descrição da determinação/recomendação				
9.3. determinar à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com fundamento no art. 18 da Lei 8.443/1992, que, no prazo de 180 dias, conclua e remeta à Controladoria Geral da União os processos de Tomada de Contas Especial instaurados para apurar os fatos, quantificar os danos, identificar os responsáveis, inclusive os agentes administrativos da Universidade que tenham participado da cadeia causal das supostas irregularidades, e obter o respectivo ressarcimento relativo ao Contrato 032/2009 firmado com a MVA Construções e Incorporações Ltda. e ao Contrato 08/2009, firmado com a Paraguaçu Engenharia Ltda., encaminhando no mesmo prazo a este Tribunal a comprovação do atendimento da determinação				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A determinação exarada foi cumprida em parte, sendo já encaminhado à CGU, em 15/12/2016 através do of. 398/2016-GR, o Relatório Final da TCE referente a obra do Hospital de Medicina Veterinária, obra executada pela empresa MVA Construções e Incorporações Ltda. Porém a TCE referente a obra do Pavilhão de Aulas de Amargosa, executada pela empresa Paraguaçu Engenharia Ltda. ainda encontra em fase de elaboração pelos fatos seguintes: Os dois processos de Tomadas de Contas Especiais-TCEs foram instaurados mediante emissão das Portarias 326/2015 e 327/2015, que em 18/03/2015 designaram a comissão original responsável pelos dois processos de TCEs, composta pelos servidores Leonardo José Cavalcante Pontes, Auditor, SIAPE 1654376, Cláudia Telles Godoy, Assistente em Administração, SIAPE 2663815 e Leila Selles Silva Lima, Contadora, SIAPE 1761308, sob a presidência do primeiro servidor. Após início dos trabalhos, houve em 26/05/2015 deflagração do movimento grevista por parte dos servidores técnicos e docentes, o que impactou os trabalhos na comissão em dois sentidos: pelo aumento da demanda natural dos trabalhos paralelos desempenhados pelos servidores integrantes das comissões e ainda pelo não exercício das atividades por um de seus membros, que se afastou dos trabalhos alegando exercício do direito legítimo de greve. A greve e seus impactos perduraram até sua conclusão em 08/10/2015, quase cinco meses. Diante do ocorrido foi necessário recompor a comissão com a substituição da Servidora Leila Selles Silva Lima, pelo Assistente em Administração José Joaquim da Silva Ramos, SIAPE 1755069 em 18/06/2015, mediante portaria nº 576/2015. Da continuidade dos trabalhos da comissão, considerando a natureza pioneira de execução de TCEs nas universidades federais (o que requereu inicialmente da comissão estudo sobre o trâmite a ser seguido), após coleta e apreciação dos documentos analisados, com vistas à verificação e quantificação de possível dano ao erário bem como definição de possíveis responsáveis em 20/10/2015, se iniciaram pedidos de manifestação de defesa formal e as oitivas. Tais sessões constaram de 10 oitivas realizadas com possíveis responsáveis e testemunhas por estes indicadas, seguindo os devidos ritos de convocação, apresentação de quesitos e formalização/homologação de respostas, sendo concluídas em 22/06/2016. Ato paralelo, como meio de subsidiar de forma mais imparcial as conclusões técnicas da comissão de TCE no âmbito do processo da Obra do Pavilhão de Aulas de Amargosa, construído pela empresa Paraguaçu Engenharia, a comissão decidiu por solicitar apoio técnico de unidade de engenharia externa à UFSB- Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, o que foi materializado em 18/12/2015, quando a pedido da comissão o Magnífico Reitor Silvio Soglia solicitou apoio técnico à UFSB mediante Ofício nº 393/2015, sob forma de um relatório que apresentasse elementos técnicos quanto a possíveis compensações de serviços apresentadas pelos responsáveis durante				

defesas e oitivas. Diante do pleito, o Magnífico Reitor da UFSB respondeu afirmativamente, o que culminou com a vinda à UFRB da responsável técnica da área de engenharia Livia Berti Sanjuan Farias, que mediante coleta preliminar de documentos e informações resultou na vinda em 16/03/2016 de três servidores técnicos engenheiros da UFSB, que procederam visita in loco às dependências do Pavilhão de Aulas I de Amargosa. Em 02/07/2016 o Servidor Leonardo José Cavalcante Pontes, presidente das duas comissões de TCE, afastou-se de suas atividades da UFRB, em exercício do direito legítimo de afastamento de servidor público para concorrência em pleito eleitoral, ao passo que concorrerá nas próximas eleições municipais como candidato a prefeito da cidade de Pau Brasil-BA. Tal fato tem impactado no andamento dos trabalhos das TCEs e demanda designação de novo membro e novo presidente das comissões. Em 06/07/2016, a UFRB recebeu ofício nº 97/2016 da UFSB em que se justificou a ausência até o momento da devolutiva do relatório requerido e onde, diante da importância do pedido, se solicitou prazo para atendimento do pleito até novembro de 2016. Atualmente, o processo de TCE das obras do Pavilhão de Aulas I de Amargosa depende da entrega e apreciação do relatório da UFSB para materialização do relatório final.

Fonte: Auditoria

Quadro 33: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
024.073/2013-0	3146/2013 – TCU - Plenário	9.2	Of. 2301/2014-TCU/SECEX-BA	12/11/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFRB/ Gabinete da Reitoria/ Auditoria Interna				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>“9.1. Dar ciência à UFRB que foram constatadas as seguintes não conformidade com relação ao Decreto 3.591/2000 e IN-SFC 01/2001: estrutura da unidade de auditoria interna: a Auditoria Interna da UFRB, para usufruir de independência suficiente para o cumprimento de sua missão, deve ser subordinada ao Conselho Universitário da UFRB, constatando esta circunstância no Estatuto da Ifes, para assim se dar cumprimento ao preceituado no art. 15, §§3º e 4º, do Decreto 3.591/2002, alterado pelo Decreto 4.304/2002, e na IN-SFC 01/2001 (Capítulo 10, item 8); 9.2 – Recomendar a UFRB que: 9.2.1- a competência do Conselho Universitário da UFRB para aprovar o regulamento da auditoria interna deve estar no Estatuto da Ifes; 9.2.2 – adapte seus regulamentos às normas do IIA, no que concerne à auditoria interna; 9.2.3- inclua em seus planejamentos uma política de desenvolvimento de competências para os auditores internos, com garantia orçamentária para sua execução permanente; 9.2.4- adote gestão de riscos em seus planejamentos, que garanta à auditoria interna um adequado acompanhamento da gestão, sem o que os resultados da Ifes podem não ser efetivos; 9.2.5 – inclua em seus regulamentos, normas atribuindo competência ao Conselho Universitário da UFRB para aprovar o planejamento da auditoria interna (Paint e Raint).”</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Uma vez que as recomendações deste acórdão demandam criação de normativos e alterações em regimento da UFRB, ações que demandam construção de documento e aprovação por parte do Conselho Superior da UFRB informamos que ainda estão em processo de cumprimento, tendo em vista que a alteração do Estatuto da UFRB incluirá outros pontos que ainda encontram-se em discussão nos conselhos superiores da Instituição, desta forma, aguarda-se fechamento das discussões para atualização do Estatuto da UFRB de uma só vez . No entanto há que se destacar que já se encontram aprovados pelo CONSUNI e publicados no site da Auditoria Interna o Regimento Interno e Manual da Auditoria Interna, os quais podem ser acessados pelo link: https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos. Quanto ao quesito 9.2.4 já foi elaborada a matriz e o mapa de riscos da Auditoria Interna, tendo sido o PAINT 2017 elaborado com base nesse documento. Essa ação representa primeiro passo para a elaboração da matriz de riscos da UFRB que já conta com formação de uma comissão para execução dessa ação, que prevê conclusão dos trabalhos até maio de 2017.</p>				

Fonte: Auditoria

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
041.158/2012-1	1410/2015	9.1	Of. 1544/2015-TCU/SECEX-BA	10/07/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
UFRB/ Gabinete da Reitoria/ Progep				
Descrição da determinação/recomendação				
“9.1. Considerar atendida pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia as determinações contidas no subitem 9.3 do Acórdão 1681/2012-TCU – Plenário, devendo alertá-la de acompanhar e informar a este Tribunal no próximo Relatório de Gestão e/ou Processo de Contas Anual acerca do andamento do mandado de segurança impetrado pelo servidor Adílio Campos Portugal, especificado no item 3.8.9, alínea “b”, do relatório da equipe de auditoria deste Tribunal (TC 019.109/2011-3), até a apreciação do mérito do processo.”				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O mandado de segurança ainda tramita no âmbito do TRF 1ª região sob o número 2008.33.00.018532-2, sendo a última movimentação a emissão de uma certidão ocorrida em 04/10/2016, conforme movimentação do processo verificada na página do TRF 1: https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=200833000185322&secao=TRF1&pg=1&trf1_captcha_id=80df389524de1cda47c29e1b72b6a266&trf1_captcha=jfcv&enviar=Pesquisar				

Fonte: Auditoria

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Durante o exercício de 2016 não houve Auditoria Anual de Contas realizada pela CGU na UFRB, havendo apenas acompanhamento das recomendações exaradas em anos anteriores via sistema monitor. Dessa forma no decorrer do ano de 2016 como fruto da atualização do plano de providências permanente da UFRB, a CGU considerou como atendidas 24 recomendações e cancelou o monitoramento de 5.

Das recomendações atendidas pela UFRB, destacam-se dentre aquelas que promoveram impacto positivo para a UFRB, a Criação da Cartilha do Servidor, documento entregue a cada servidor no ato de admissão contendo direitos e deveres e outras orientações que auxiliam o servidor na sua jornada na Instituição, evitando, sobretudo que os mesmos incorram em sanções administrativas no exercício das suas funções. Ademais, observou-se em atendimento a recomendação que tratava de recomposição da força de trabalho da UFRB, uma evolução de pessoal no âmbito da UFRB, mês a mês, considerando-se os anos de 2015 e 2016, onde verificou-se o crescimento de 31,35% do número de servidores técnicos e 17,58% do número de servidores docentes no âmbito da UFRB, suprimindo as demandas de trabalho das unidades. E no âmbito da Auditoria Interna, configura-se como um grande avanço para a unidade e para a UFRB, a construção da matriz e mapa de riscos da Auditoria Interna, instrumento de grande importância para o planejamento das ações de auditoria para o ano de 2017 e que servirá de base para a construção da matriz de risco da UFRB.

Quanto ao acompanhamento das deliberações do TCU para a UFRB e das recomendações emitidas pela CGU são feitos, na auditoria interna, com base em arquivos físicos e virtuais constantes na unidade, com suporte do sistema MONITOR no caso da CGU, que sinaliza permanentemente os prazos e revisões das atualizações no plano de providências junto a essa unidade de controle, todo acompanhamento é realizado através do Núcleo de Acompanhamento e Controles Internos constante na Auditoria Interna, que conta com uma servidora, um computador e arquivo compartilhado para toda a unidade da Auditoria Interna. Ressalta-se que todos os ofícios em geral e acórdãos do TCU direcionados à UFRB são recepcionados pelo gabinete da Reitoria, local onde ficam arquivados após encaminhamentos de cópias desses para a Auditoria Interna e/ou unidade/subunidade a quem se direciona a determinação em questão.

8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIOO

Em nenhum dos casos investigados neste ano houve comprovadamente dano ao erário, com emissão de Termo Circunstanciado, pois este só é produzido quando o processo é concluído e remetido ao Núcleo de Patrimônio.

8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A restrição orçamentária imposta pela não liberação de limites de empenho, prática está adotada pelo MEC no exercício, assim como liberação de financeiro levando em base um valor percentual da equação: montante liquidado menos a disponibilidade para saque, são estes os fatores que influenciaram diretamente no processo de execução, limitando o pagamento das obrigações contratuais e restringindo o atendimento das demandas da comunidade acadêmica.

Para corrigir a defasagem orçamentária e financeira gerada pela não liberação dos limites, estruturamos o fluxos orçamentários e financeiros de forma a que fosse cumprido o estabelecido no Art 5 da Lei 8.666/1993, mas ao mesmo tempo não emperrasse a lista de pagamentos. A quebra da ordem cronológica de pagamento quando ocorria deu-se pelo seguintes motivos: Os recursos financeiros recebidos pelo MEC não eram suficiente para atender o pagamento das despesas liquidadas no mês de competências e o MEC transfere os recursos à medida que recebe do Tesouro Nacional e Parte dos recursos financeiros recebidos por está instituição já vem "carimbados" para pagamento de determinadas despesas. Diante deste cenário, quando a falta de pagamento ameaçava serviços essenciais para o funcionamento da Universidade tais como: energia elétrica, água e esgoto, fornecimento de alimentação dentre outros eram priorizados os respectivos pagamentos.

8.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

A análise iniciada pela Sipef em 2016 restringiu-se inicialmente a avaliação do enquadramento dos contratos ao benefício da desoneração. A análise dos demais elementos relativos aos contratos com benefício da desoneração não foi concluída, pois encontramos muita dificuldade na análise dos dados tributários e questões relativas à gestão contábil interna das empresas contratadas. Informamos da necessidade de análise conjunta destes dados, pois não há no âmbito desta Superintendência, profissional com conhecimento técnico adequado a esta análise.

Informamos que todos os contratos atualmente vigentes possuem o benefício da desoneração, conforme tabela a seguir e considerando a mudança nos parâmetros da legislação após 01/12/2015:

Quadro 34: Relação de Contratos com empresas beneficiárias pela desoneração

Contrato	Data da assinatura do contrato	Desoneração *	Licitação	Objeto	Empresa
Contrato 19/2014	09/06/2014	Obrigatória	RDC 01/2014	Complexo de Laboratórios do CFP	Construtora Gabarito Eireli
Contrato 13/2015	11/05/2015	Obrigatória	RDC 01/2015	Pavilhão de Laboratórios CCS	Shock Instalações e Manutenção LTDA.
Contrato 19/2015	12/08/2015	Obrigatória	RDC 02/2014	Biblioteca CCS	Teknik Construtora LTDA
Contrato 24/2015	21/01/2016	Optativa	RDC 03/2014	Sede do CCS	H2 Construções e Serviços
Contrato 01/2016	04/03/2016	Optativa	RDC 05/2014	Laboratórios de Engenharia de Pesca	H2 Construções e Serviços
Contrato 14/2016	19/04/2016	Optativa	RDC 04/2014	Complexo Esportivo do CFP	Eifel Infra Estrutura de Obras e Transporte
Contrato 26/2016	06/10/2016	Optativa	PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2016	Construção da I Etapa da Estação Agroecológica.	Dinâmica Engenharia e Serviços LTDA
Contrato 28/2016	27/10/2016	Optativa	RDC 02/2015	Laboratórios de Ciência Animal e Vegetal	Eifel Infra Estrutura de Obras e Transporte

Fonte: UFRB/SIPEF

8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) é a unidade responsável pelo gerenciamento do serviço de impressão de material gráfico, necessário para divulgação e realização de eventos e atividades da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), aqui caracterizado como Publicidade Institucional. Para o ano de 2016, foram utilizadas as empresas vencedoras do Pregão Eletrônico N° 33/2015 (Registro de Preços), processo 23007.014771/2015-12, empreendido no ano de 2016 e com validade até 07 de março de 2017. As empresas vencedoras do certame foram a Texgraf Editora Ltda (Grupo 1) e a Grafika Impressão de Outdoor Ltda (Grupo 2).

Toda a gestão do serviço de impressão de material gráfico foi feita pela ASCOM através do SIGASCOM – Sistema de Gerenciamento dos Produtos e Serviços da ASCOM. O serviço era solicitado pela unidade de planejamento que informava a sua necessidade, devidamente aprovada pelo dirigente máximo. Os itens contratados foram identificados por valor unitário e quantidade mínima por solicitação.

Tabela 45: Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2032/20RK	103.898,00	-
Legal	2032/20RK	-	-
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Fonte: PROPLAN

8.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART 3º DO
DECRETO 5.626/2005

FALTA PROGRAD

9 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

9.1 PARACER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Em elaboração

9.2 PARECER DE COLEGIADO

Em elaboração

9.3 ROL DOS RESPONSÁVEIS

Naõ se Aplica

9.4 RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

Ilustração 7: Relatório de instância ou área de correição

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Quadro Consolidado:		
Total de Processos Administrativos Disciplinares		0
Total de Sindicâncias		4
Total de Procedimentos		4
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
230070071542016	25/03/2016	Sindicância
230070159632016	10/06/2016	Sindicância
230070287282016	16/11/2016	Sindicância
230070295022016	22/11/2016	Sindicância
PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO		
Quadro Consolidado		
Total de Processos Administrativos Disciplinares		1
Total de Sindicâncias		2
Total de Procedimentos		3
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23007008128201500	22/04/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23007010473201500	04/03/2016	Sindicância
23007015963201600	08/08/2016	Sindicância
PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO		
Quadro Consolidado		
Total de Processos Administrativos Disciplinares		1
Total de Sindicâncias		3
Total de Procedimentos		4
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23007008128201500	15/06/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23007010473201500	06/04/2016	Sindicância
23007015963201600	16/09/2016	Sindicância
23007017829201400	24/03/2016	Sindicância
PROCEDIMENTOS JULGADOS		
Quadro Consolidado		
Total de Processos Administrativos Disciplinares		1
Total de Sindicâncias		1
Total de Procedimentos		2
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
230070020212015	12/08/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
230070159632016	11/10/2016	Sindicância

Fonte: Gabinete/Audit

10 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

10.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

DECLARAÇÃO

Eu, **Sidiney Ferreira Sardinha**, CPF nº 357.461.305/91, **Coordenadora de Projetos e Convênios**, cargo exercido na **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 15 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cruz das Almas, 24 de janeiro de 2017.


Sidiney Ferreira Sardinha

CPF.: 357.461.305/91

Coordenadora de Projetos e Convênios

UFRB - 158092

10.2 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APROPRIAÇÃO E REGISTROS DOS ATOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONCESSÕES

ANEXO II




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Cruz das Almas, 31 de janeiro de 2017.


Wagner Favares da Silva
CPF: 000.044.795-13
Assistente em Administração
Pró-reitoria de Gestão de Pessoal

10.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.

6 - ANEXOS

ANEXO I



BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal


DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, obrigados pela Lei nº. 8.730/1993, disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Pró-reitoria de Gestão de Pessoal para fins de avaliação de evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Cruz das Almas, 31 de janeiro de 2017.

Wagner Favares da Silva
CPF: 000.044.795-13
Assistente em Administração
Pró-reitoria de Gestão de Pessoal


10.4 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
PRO REITORIA DE PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cruz das Almas, 06 de Maio de 2017


José Joaquim da Silva Ramos
SIAPE: 1755069
Coordenador de Orçamento e Desenvolvimento Institucional
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

10.5 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDGNIDADE DOS REGISTROS CONTABEIS NO SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	158092
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº. 4320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC riº. 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015 do órgão 26351 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a:</p> <p>Ressalvas:</p> <p>280 PASSIVO LIQUIDADO X DDR; 299 PASSIVO ORÇAMENTÁRIO X EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO; 318 NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL 634 FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS 690 PASSIVO FINANCEIRO - FONTE A CLASSIFICAR; 642 FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ; 641 BENS IMOV. NÃO CLASSIF.COMO.USO ESPECIAL</p> <p>a) As contas 123810100 — Depreciação acumulada e 124810100 — amortização acumulada apresentam erros de inconsistências nos cálculos devido a erros de configurações no sistema SIGEPAT;</p> <p>b) O valor informado na conta 123210601 Obras em andamento não reflete a real situação patrimonial da UFRB. Tal situação deve-se a ausência de registros de documentação que formalize a entrega e aceitação da obras após as mesmas serem concluídas;</p> <p>c) Não houve reavaliação de bens.</p>	

Justificativas para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2016:

Equações 280, 299, 318 e 690 - numero reduzido de pessoal, greve de servidores, ocupações da reitoria por estudantes e problemas na internet fez com que estas regularizações não fossem resolvidas no exercício de 2016. Esperamos que no primeiro semestre de 2017 tais situação sejam resolvidas;

Equação 315 – Existe um compromisso institucional que a Conformista de Gestão será indicado ainda no primeiro semestre de 2017 a UFRB resolverá esta situação;

Equação 634 – segundo a Coordenadoria de Material e Patrimônio, em razão do numero reduzido de pessoal e o processo de migração dos bens da UFRB para o novo sistema adquirido da UFRN, foi dado prioridade à revisão e atualização dos cálculos da depreciação dos cercas de 60.000 itens que compõem os bens moveis da UFRB, problema esse que já esta em fase de conclusão;

Equação 641 – a conta 123210601 contempla, indevidamente, por ser uma conta transitória, todas as benfeitorias realizadas pela UFRB, seja as acabadas, as paralisadas e as em andamento. Nenhum obra concluída cuja contrada para UFRB possui habite-se. O custo inicial levantado pelo municio de Cruz das Almas era de quase três milhões de reais, recurso esse que num período de corte orçamentário é muito significativo. A Universidade ainda esta em processo de negociação junto ao município de Cruz das Almas e espera-se que ainda no exercício de 2017 conclua a regularização.

Equação 642 – não foi efetuada o registro da depreciação em razão da conta depreciação acumulada esta superdimensionada. Estamos aguardando a revisão dos cálculos da depreciação pela Coordenadoria de Material e Patrimônio para que possamos corrigir os erros e regularizar esta conta. Acredita-se que ainda no primeiro semestre de 2017 este problema será resolvido.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Contador Responsável	Data	CRC
Cruz das Almas/Ba	Edson de Jesus Santa	12/01/2017	BA-023145/O-7

10.6 DECLARAÇÃO SOBRE CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Universidade tem adotado as medidas com vistas ao cumprimento das Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público no âmbito de sua execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

A UJ dispõe de uma Setorial de Contabilidade sob o número 158092, sob a titularidade de Contador responsável e um substituto, ambos pertencentes ao quadro efetivo da IFE, os quais exercem o acompanhamento e orientação contábil da setorial de Contabilidade do Ministério da Educação.

Entretanto não é observado o princípio da segregação de função, uma vez que o Contador responsável, concomitantemente, exerce funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar.

Concernente a Conformidade de Registro de Gestão que compreende a Conformidade Diária e a Conformidade Documental, a instituição não possui um servidor formalmente designado pelo titular da Unidade Gestora, entretanto existe o compromisso institucional de indicação do conformista ainda no primeiro semestre de 2017 para realização desta tarefa, que tem como objetivo primordial minimizar riscos, aperfeiçoar o controle preventivo e propiciar maior fidedignidade da Conformidade Contábil e das Demonstrações Contábeis.

A Conformidade Contábil da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é elaborada no Núcleo de Conformidade Contábil. O processo de conformidade é elaborado por este Núcleo que possui competência para o registro no sistema Siafi; porém o Contador responsável e o substituto designado para esta função possuem status de executor no SIAFI.

Na Conformidade Contábil é analisado se as informações registradas no sistema contábil da UFRB estão refletidas no Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – Siafi.

Durante o exercício de 2016, o registro de Conformidade Contábil pontuou algumas restrições ao longo dos meses do aludido ano, os quais, em sua maioria decorreram basicamente dos seguintes fatores:

REST. 302 – 634 – 641 - 642 – 643

OBSERVAÇÃO: Já contatamos a coordenadoria de patrimônio, para que regularize com a maior brevidade possível as restrições apontadas.

REST. 315

OBSERVAÇÃO: A administração está tendo dificuldade em conseguir um conformista de gestão, e espera-se que esta situação seja resolvida ainda no primeiro semestre de 2017.

REST. 696

OBSERVAÇÃO: Estamos efetuando as regularizações com parcimônia, pois trata-se de lançamentos de exercícios anteriores.

REST. 754

OBSERVAÇÃO: Estamos efetuando as regularizações com parcimônia, pois trata-se de lançamentos de exercícios anteriores.

10.7 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8958/1994

Quadro 35: Relação de contratos firmados com a Fundação em 2015

Identificação da Fundação de Apoio								
Nome:		Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão - FAPEX						
CNPJ:		14.645.162/0001-91						
Página na <i>Internet</i>		www.fapex.org.br						
Informações dos projetos e instrumentos contratuais								
Projeto		Instrumento celebrado						
Sequencial	Finalidade	N°	Tipo	Objeto	Vigência		Valor	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
01	Extensão	015	Contrato	Observatório nacional da inclusão e diversidade da educação.	20/04/2016	19/04/2018	1.795.575,00	1.200.000,00
02	Ensino	019	Contrato	Licenciatura em Matemática – ensino à distância	28/07/2016	27/08/2017	583.518,60	583.518,60
03	Pesquisa	020	Contrato	Mais mercado: articulação entre oferta e demanda da agricultura familiar e a demanda do PNAE na Bahia	12/08/2016	12/08/2018	1.400.000,00	289.392,00
04	Extensão	027	Contrato	Mulheres de fibra: formação em agroecologia para mulheres rurais do estado da Bahia	21/09/2016	21/09/2018	694.326,44	694.326,44
05	Ensino	042	Contrato	Universidade Aberta do Brasil: Laboratório de física em dispositivos móveis	17/12/2016	16/12/2016	91.338,04	91.338,04
06	Extensão	044	Contrato	Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar	25/11/2016	24/11/2016	454.694,13	454.694,13
Recursos da UPC envolvidos nos projetos								
Instrumento celebrado			Recursos da UPC à disposição da fundação					
N°	Tipo	Financeiros		Materiais		Humanos		
		Valor		Tipo	Valor	Quantidade	Valor	

Fonte: PROPLAN